



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE COMUNICAÇÃO E EXPRESSÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LINGUÍSTICA

Graziela Hahn

Discurso afetivo-reacionário: mobilizações da violência no nexo online/offline

Florianópolis

2025

Graziela Hahn

Discurso afetivo reacionário: mobilizações da violência no nexo online/offline

Tese submetida ao Programa de Pós-Graduação em Linguística da Universidade Federal de Santa Catarina como requisito parcial para a obtenção do título de Doutora em Linguística.

Orientador: Prof. Dr. Daniel do Nascimento e Silva.

Florianópolis

2025

HAHN, Graziela

Discurso afetivo-reacionário : mobilizações no nexos online/offline / Graziela HAHN ; orientador, Daniel do Nascimento e Silva, 2025.

140 p.

Tese (doutorado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Comunicação e Expressão, Programa de Pós-Graduação em Linguística, Florianópolis, 2025.

Inclui referências.

1. Linguística. 2. Discurso afetivo-reacionário. 3. Estratégias Linguísticas. 4. Extrema direita. 5. Mobilizações no nexos online/offline. I. Silva, Daniel do Nascimento e . II. Universidade Federal de Santa Catarina. Programa de Pós-Graduação em Linguística. III. Título.

Graziela Hahn

Discurso afetivo reacionário: mobilizações da violência no nexos online/offline

O presente trabalho em nível de Doutorado foi avaliado e aprovado, em 25 de setembro de 2025, pela banca examinadora composta pelos seguintes membros:

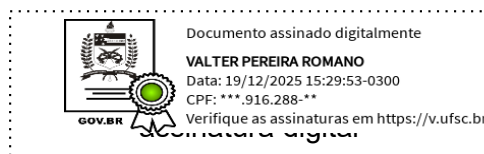
Prof. Carlos Bem Gonçalves, Dr.
Universidade Federal de Santa Catarina

Prof. Danilo da Conceição Pereira da Silva, Dr.
Instituto Federal de Alagoas

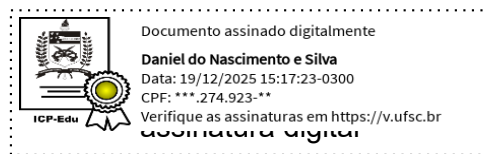
Prof. Gleiton Matheus Bonfante, Dr.
Universidade Federal Fluminense

Profa. Letícia Maria Costa da Nóbrega Cesarino, Dra.
Universidade Federal de Santa Catarina

Certificamos que esta é a versão original e final do trabalho de conclusão que foi julgado adequado para obtenção do título de Doutora em Linguística pelo Programa de Pós-Graduação].



Coordenação do Programa de Pós-Graduação



Prof. Daniel do Nascimento e Silva, Dr.
Orientador

Florianópolis, 2025.

Às mãos que me sustentaram quando pensei em desistir e me lembraram de que eu não caminhava sozinha; e também a mim mesma – àquela que chorou, duvidou, mas persistiu.

AGRADECIMENTOS

Escrever essa tese foi um exercício complexo e um processo de crescimento e superação. A estrada foi cercada por muitas pessoas que, ao longo dos últimos quatro anos, me ampararam para o caminho ser mais leve. Cada pessoa que passou por mim, à sua maneira, contribuiu para que eu pudesse chegar ao fim dessa viagem e quero, portanto, relembrar de algumas.

Sou (e serei sempre) grata ao professor Dr. Daniel do Nascimento e Silva, por sua acolhida e confiança em mim e no meu trabalho, que iniciaram muito antes de meu ingresso no doutorado. Por suas palavras acolhedoras e gestos de amparo, mesmo diante de momentos desafiadores que perpassaram a elaboração desta tese. Também agradeço pela paciência, pela leitura e pelo diálogo, sempre disponíveis, fortalecedores e dedicados. Por me permitir seguir o meu caminho e fazer minhas próprias escolhas, confiando que eu saberia por onde trilhar e, no fim (aliás, muito antes do fim), por reconhecer e direcionar palavras que acalentam alguém que se redescobriu ao longo desta pesquisa. Não tenho palavras suficientes para expressar o profundo sentimento de gratidão que tenho, pois sei que o trabalho aqui desenvolvido não seria possível sem você e as tantas possibilidades que descobri desde que o conheci. Obrigada, Daniel, por ser professor, orientador, amigo e, agora, colega.

Ao professor Dr. Valter Pereira Romano que, à frente do Programa de Pós-Graduação em Linguística, contribuiu com palavras acolhedoras e conselhos que repercutem na vida para além da escrita de uma tese de doutorado. Em seu nome, estendo o agradecimento aos demais professores do PPGL-UFSC, que fazem parte dessa etapa de formação que aqui concluo: Prof. Dr. Rodrigo Acosta Pereira, Prof. Dr. Sandro Braga, Prof^a Dr^a Edair Gorski, Prof^a Dr^a Izete Lehmkuhl Coelho e Prof. Dr. Atilio Butturi Jr, que faz a diferença em minha vida acadêmica, desde 2016.

Ainda na UFSC, agradeço à Leticia Maria Costa da Nóbrega Cesarino, que me recebeu - e continua recebendo - em suas disciplinas na Antropologia, pelo carinho e atenção com que me ouviu e orientou e por ser parte fundamental deste trabalho: foi a partir de suas aulas que boa parte das ideias que nortearam esta pesquisa surgiram.

Na Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ, agradeço especialmente aos queridos Prof. Dr. Luiz Paulo da Moita Lopes e Prof^a Dr^a Branca Falabella Fabrício, pela recepção na disciplina remota, pelo convite para o grupo de estudos, pelas leituras e discussões, sempre muito enriquecedoras, que contribuíram profundamente para o escopo desta pesquisa, em especial para o olhar em torno da linguagem abaixo do radar no terceiro capítulo. Estendo

meu agradecimento aos outros professores que, durante as reuniões do grupo de estudos, contribuíram para as reflexões que desenvolvo: Prof^ª Dr^a Adriana Carvalho Lopes, Prof. Dr. Bruno Coutinho de Souza Oliveira e Prof. Dr. Rodrigo Borba.

Ao meu marido, Carlos Eduardo Caetano, que gentil e amorosamente me acompanhou na jornada, acreditando em minhas escolhas e ciente das interferências que elas trariam para nossa vida a dois. Por segurar minha mão, por ser abrigo na tempestade e por cuidar para que eu tivesse as condições necessárias para me dedicar aos estudos. Por, incansavelmente, demonstrar orgulho e admiração, combustíveis para não me deixar desistir quando tudo parecia inalcançável. Entender a ausência de alguém que se dedica a estudar é tarefa que somente aqueles que nos amam compreendem.

E por falar em ausência de pessoas que amam, agradeço aos meus pais, Márcia Virginia Vandresen Hahn e Valdero Hahn, por confiarem que este dia chegaria, mesmo que dependesse da distância na família. A força e a determinação, necessárias para se chegar longe nesta vida, aprendi com vocês. Também aos meus irmãos Gustavo Greiwyd Hahn e Giovanni Guiorggy Hahn e à minha cunhada, Geovana Aparecida Alexandre Hahn (sem deixar para trás os filhos de vocês), agradeço a paciência, o carinho e a compreensão.

Agradeço aos amigos de longa data, aos que chegaram durante a jornada e aos que retornaram depois de algum tempo. Sou grata pelo apoio com que, tanto seus silêncios quanto suas palavras, foram combustíveis para que este dia chegasse. Em especial, João Ives Schmitt Huller, Michele Heinz, Danyara Milan, Anderson Adriano Schmidt, Beatriz da Silva, Rhyanne dos Santos Inácio, Gean Carlos Garcia, Maria Luiza Cardozo, Emanuel Gentile Sala Moraes Caiçara da Silva, Jair Ofrasio dos Santos, Joana Lilian Passos da Rosa, Diego da Rosa, Anderson Henrique Hirsch. Junto aos amigos, agradeço aos meus sogros Rodrigo Caetano e Marlete da Silva, e minha cunhada, Nayara Angelita Caetano, também pelo apoio.

Ao ex-prefeito de Santo Amaro da Imperatriz, Ricardo Lauro da Costa, a quem hoje incluo também na categoria de amigo, mas que foi, antes disso, um grande gestor. A oportunidade recebida para dirigir a Secretaria Municipal de Educação de Santo Amaro da Imperatriz no ano de 2024 foi um gesto de confiança que impulsionou não somente meu crescimento pessoal e profissional, como também possibilitou a vivência de boa parte do que esta tese trata. Obrigada pela escuta, pela atenção, pela confiança, por todas as orientações e por sua amizade.

Agradeço à Dr^a Juliany Luz, médica, que me possibilitou um caminho de redescoberta e uma nova forma de vida desde que nos encontramos. Também à Dr^a Laísa Ávila Silveira, psicóloga e à Karen Beppler Vieira, professora, que, juntas, cuidaram da minha saúde, prezando

para que corpo e mente se alinhassem, suportassem o processo e evoluíssem na jornada. Agradeço, às três, por serem mais do que simples profissionais, mas humanas, atenciosas e amigas.

Agradeço ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), pela bolsa concedida, que possibilitou amparo financeiro para o desenvolvimento desta pesquisa.

Por fim, o mais importante: sou grata à Deus, pelo sustento e amparo de toda a minha vida, permitindo que eu vivesse tudo que me cabia para chegar até aqui.

“A condição precária designa a condição politicamente induzida na qual certas populações sofrem com redes sociais e econômicas de apoio deficientes e ficam expostas de forma diferenciada às violações, à violência e à morte.”. (Butler, 2009, p. 46).

RESUMO

A presente tese investiga como a nova extrema direita brasileira mobiliza estratégias discursivas no nexo online/offline, articulando linguagem, afetos e infraestrutura digital como instrumentos de controle, violência simbólica e disputa política. A partir do conceito de *discurso afetivo-reacionário*, analiso como determinados enunciados produzem efeitos performativos que interpelam sujeitos, reorganizam antagonismos e legitimam práticas de exclusão. Entendo que esse tipo de discurso é *afetivo* porque mobiliza emoções; é *reacionário* porque estabelece uma gramática política hostil à democracia e favorável à reação do público. O objetivo central é compreender de que modo a linguagem, em sua dimensão performativa (Austin, 1962; Butler, 1997), torna-se um recurso estratégico para a nova extrema direita brasileira, sobretudo na era digital. Metodologicamente, desenvolvo esta pesquisa com uma abordagem entre etnografia, análise crítica do discurso, sob a perspectiva da Linguística Aplicada, e antropologia digital, observando três parlamentares catarinenses – Ana Caroline Campagnolo, Júlia Zanatta e Bericó – além de Jair Bolsonaro, em suas performances discursivas nas plataformas Instagram, YouTube e X (antigo Twitter). O *corpus* inclui capturas de tela, transcrições de vídeos, entrevistas, dados estatísticos e publicações digitais produzidas entre 2023 e 2025. Ao longo da análise, discuto a emergência do discurso afetivo-reacionário como estilo linguístico característico da nova direita reacionária no Brasil. Demonstro como enunciados aparentemente ingênuos operam como atos de fala capazes de mobilizar ódio, naturalizar exclusões e instaurar regimes de violência simbólica. Aponto como tais discursos são sustentados por ideologias linguísticas que posicionam *amigos* contra *inimigos* e se infiltram como norma social. Analiso as infraestruturas sociotécnicas das plataformas digitais, evidenciando como seus algoritmos modulam visibilidade, afeto e engajamento, demonstrando que as plataformas não são apenas meios de comunicação, mas dispositivos de controle que intensificam a circulação do discurso afetivo-reacionário. As práticas discursivas observadas se entrelaçam com a manipulação algorítmica, gerando efeitos de vigilância, espetacularização e populismo digital. Examino as estratégias linguísticas abaixo do radar (Abidin, 2021), como estratégia para escapar da detecção algorítmica e das sanções institucionais, garantindo legitimidade social para ataques dissimulados que acionam regimes de violência e ódio legitimados pelo espaço digital. Com base nessas estratégias, aponto a educação como campo de perseguição e assédio político, discutindo casos que ocorreram no Estado de Santa Catarina. A análise mostra como enunciados proferidos por parlamentares são entextualizados (Blommaert, 2020) e amplificados no nexo online/offline, evidenciando como as práticas discursivas da nova extrema direita produzem efeitos concretos sobre vidas, legitimando violências simbólicas e materiais contra professores e comunidades escolares. Os resultados revelam que a linguagem, quando articulada à lógica algorítmica das plataformas, produz formas contemporâneas de mobilização política que ultrapassam a divisão online/offline. O discurso afetivo-reacionário consolida-se como categoria analítica fundamental para compreender a nova extrema direita brasileira e sua retórica, pois mostra como a violência simbólica se naturaliza sob a forma de afetos.

Palavras-chave: Discurso afetivo-reacionário; Estratégias linguísticas; Extrema direita; mobilizações no nexo online/offline.

ABSTRACT

This thesis investigates how the Brazilian far right mobilizes discursive strategies in the online/offline nexus, articulating language, affections, and digital infrastructure as instruments of control, symbolic violence, and political dispute. Based on the concept of affective-reactionary discourse, I analyze how certain statements produce performative effects that interpellate subjects, reorganize antagonisms, and legitimize practices of exclusion. I understand that this type of discourse is affective because it mobilizes emotions; it is reactionary because it establishes a political grammar that is hostile to democracy and favorable to public reaction. The central objective is to understand how language, in its performative dimension (Austin, 1962; Butler, 1997), becomes a strategic resource for the Brazilian far right, especially in the digital age. Methodologically, I develop this research with an approach that combines ethnography, critical discourse analysis from the perspective of applied linguistics, and digital anthropology, observing three Santa Catarina state legislators—Ana Caroline Campagnolo, Júlia Zanatta, and Bericó—as well as Jair Bolsonaro, in their discursive performances on Instagram, YouTube, and X (formerly Twitter). The corpus includes screenshots, video transcripts, interviews, statistical data, and digital publications produced between 2023 and 2025. Throughout the analysis, I discuss the emergence of affective-reactionary discourse as a linguistic style characteristic of the new reactionary right in Brazil. I demonstrate how seemingly naive statements operate as speech acts capable of mobilizing hatred, naturalizing exclusions, and establishing regimes of symbolic violence. I point out how such discourses are sustained by linguistic ideologies that position friends against enemies and infiltrate as social norms. I analyze the socio-technical infrastructures of digital platforms, highlighting how their algorithms modulate visibility, affection, and engagement, demonstrating that platforms are not only means of communication but also control devices that intensify the circulation of affective-reactionary discourse. The discursive practices observed are intertwined with algorithmic manipulation, generating effects of surveillance, spectacularization, and digital populism. I examine under-the-radar linguistic strategies (Abidin, 2021) as a strategy to escape algorithmic detection and institutional sanctions, ensuring social legitimacy for covert attacks that trigger regimes of violence and hatred legitimized by the digital space. Based on these strategies, I point to education as a field of persecution and political harassment, discussing cases that occurred in the state of Santa Catarina. The analysis shows how statements made by parliamentarians are entextualized (Blommaert, 2020) and amplified in the online/offline nexus, highlighting how the discursive practices of the far right produce concrete effects on lives, legitimizing symbolic and material violence against teachers and school communities. The results reveal that language, when articulated with the algorithmic logic of platforms, produces contemporary forms of political mobilization that transcend the online/offline divide. Affective-reactionary discourse is consolidated as a fundamental analytical category for understanding the new Brazilian far right, as it shows how symbolic violence is naturalized in the form of affections.

Keywords: Affective-reactionary discourse; Linguistic strategies; Politic. Acrescentar “mobilizações no nexo online/offline”.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Resultado das eleições 2024 por partido político nos municípios de Santa Catarina.....	18
Figura 2: Publicação de Ana Caroline Campagnolo no Instagram em apoio às eleições municipais de 2024	23
Figura 3: Captura de tela de publicação no perfil oficial de Júlia Zanatta no Instagram	45
Figura 4: Gráfico de uso das plataformas digitais no Brasil em 2025.....	64
Figura 5: “Entenda os algoritmos do Instagram (no plural)”	73
Figura 6: Vídeo direcionado para o usuário por meio da página apresentada na Figura 5, acima	73
Figura 7: Representação do funcionamento do algoritmo do <i>feed</i> do Instagram	75
Figura 8: funcionamento da comunicação mediada algoritmicamente no Twitter.....	78
Figura 9: Página explicativa sobre o funcionamento do YouTube	80
Figura 10: “Nossa bandeira jamais será vermelha”	87
Figura 11: “Tabajara Futebol Clube diz porque não quer Neymar no seu time”	100
Figura 12: Capa do vídeo publicado no Instagram de Ana Caroline Campagnolo	104
Figura 13: Bericó utilizando a tribuna em sessão ordinária da câmara de vereadores de Florianópolis - SC	117
Figura 14: Capa de vídeo de Bericó no Instagram	119
Figura 15: Publicação no perfil oficial da deputada federal Júlia Zanatta	123

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Tradução da legenda do vídeo apresentado na captura de tela da Figura 6, acima.....74

Quadro 2: Transcrição do diálogo encenado por Ana Caroline Campagnolo 104

Quadro 3: Transcrição do vídeo representado em captura de tela na Figura 14.....124

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	16
CAPÍTULO 1.....	30
DISCURSO AFETIVO-REACIONÁRIO: UMA EMERGÊNCIA LINGUÍSTICA NA ERA DIGITAL	30
PLANO DO CAPÍTULO	30
1. LINGUAGEM, VIOLÊNCIA E A CIRCULAÇÃO NO DIGITAL	31
1.1 LINGUAGEM ANTIPOLITICAMENTE CORRETA E IDEOLOGIAS LINGUÍSTICAS	41
1.1.1 O discurso afetivo-reacionário como estilo de fala da nova extrema direita no Brasil e a mobilização do ódio	51
CAPÍTULO 2.....	55
PLANO DO CAPÍTULO	55
2. A ALGORITMIZAÇÃO DA VIDA E AS HUMANIDADES DIGITAIS.....	56
2.1 AS MÍDIAS DIGITAIS COMO CAMPO DE INVESTIGAÇÃO CIENTÍFICA: PERFORMANCES QUE CAPTURAM.....	62
2.2 ESTRATÉGIAS METODOLÓGICAS.....	70
2.3 FUNCIONAMENTO ALGORÍTMICO NO INSTAGRAM.....	71
2.4 FUNCIONAMENTO ALGORÍTMICO DO X - ANTIGO TWITTER	76
2.5 FUNCIONAMENTO ALGORÍTMICO NO YOUTUBE	79
2.6 A LINGUAGEM EM FUNÇÃO DO POPULISMO DIGITAL: PALAVRAS QUE CONVENCEM.....	81
CAPÍTULO 3.....	91
ESTRATÉGIAS LINGUÍSTICAS INDIRETAS E ABAIXO DO RADAR	91

PLANO DO CAPÍTULO	91
3 ESTRATÉGIAS LINGÜÍSTICAS ABAIXO DO RADAR E O PÚBLICO DO TIPO ANTIESTRUTURAL.....	91
3.3 “ELA QUERIA DAR O FURO”: A MÁQUINA DO ÓDIO BOLSONARISTA	96
3. 4 “TABAJARA FUTEBOL CLUBE DIZ PORQUE NÃO QUER NEYMAR NO SEU TIME”: O <i>MITO</i> REJEITADO	99
3.3.3 Era uma vez... Mamãe boa, juiz mau: a pedagogia do opressor político	103
3.4 A EFICÁCIA POLÍTICA ABAIXO DO RADAR	108
CAPÍTULO 4.....	110
A EDUCAÇÃO COMO MÁQUINA DE ASSÉDIO: LINGUAGEM E PERSEGUIÇÃO NO NEXO ONLINE/OFFLINE E O CASO JULIANA ANDOZIO	110
PLANO DO CAPÍTULO	110
4 CONTEXTUALIZANDO O CASO JULIANA ANDOZIO.....	110
4.2 “ESSA É A JULIANA – PRA AQUELA ESCOLA ELA NÃO VOLTA, SIMPLES ASSIM”: O NEXO ONLINE/OFFLINE DA VIOLÊNCIA NO MUQUÉM.....	116
4.3 LINGUAGEM E CONTROLE POLÍTICO NO NEXO ONLINE/OFFLINE.....	121
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	130
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	135

INTRODUÇÃO

O presente trabalho surge de uma inquietação que é, ao mesmo tempo, acadêmica e pessoal: a necessidade de discutir os modos como a linguagem pode funcionar como instrumento de violência simbólica nos espaços digitais. Silva (2010), nos explica que a violência simbólica é aquela que se dá por meio da linguagem, com a utilização de palavras que podem ferir um corpo de maneira até mais danosa do que seria capaz a violência física. Aqui, compreendo a linguagem como performativa (Austin, 1962; Butler, 1997) e abordo sua mobilização na cena política contemporânea, sobretudo a partir da ascensão do bolsonarismo e da nova direita reacionária. No cenário que observo, percebo a linguagem mais do que como um *simples* recurso comunicativo, mas como indexical (Silverstein, 2003; Blommaert, 2019), capaz de organizar afetos, instaurar antagonismos e produzir realidades sociais. Diante desse entendimento, observo como enunciados aparentemente *ingênuos*, como *memes*¹, piadas e frases simples, funcionam como mecanismos de interpelação que mobilizam sujeitos e naturalizam violências.

Com este trabalho, tenho o objetivo de investigar como a nova extrema direita brasileira utiliza a linguagem, com especial atenção ao que chamo de *discurso afetivo-reacionário*, como ferramenta política para mobilizar os sujeitos no nexo online/offline. Para além do sentido estrito de insultos diretos, violência linguística explícita e discurso de ódio, trato de estratégias linguísticas mais complexas, que combinam diferentes afetos na consolidação de comunidades políticas antiestruturais (Cesarino, 2022).

Identifico e descrevo algumas estratégias linguísticas que estruturam esse regime afetivo-reacionário como característica da retórica da nova extrema direita brasileira, destacando a semiótica *abaixo do radar* (Abidin, 2021), que funciona a partir de ironias, eufemismos, metáforas e deslocamentos semânticos; a manipulação algorítmica, que amplifica determinados tipos de conteúdo em relação a outros por meio das *affordances*² das plataformas de mídias digitais; e as ideologias linguísticas, que sustentam uma gramática típica da nova extrema direita, posicionando *amigos contra inimigos* (Cesarino, 2022).

¹ Um *meme* é uma unidade de informação que costuma ser utilizado com fins humorísticos ou satíricos a respeito de alguma cena que, rapidamente, se espalha na internet. Costuma ser uma composição de vídeos ou imagens com algum enunciado curto, que vão sendo modificados, repetidos ou adaptados a diferentes contextos.

² Cesarino (2022) explica *affordances* como práticas e possibilidades de ação da/por meio das plataformas de mídias digitais.

O *corpus* empírico desta pesquisa é construído com dados gerados a partir de uma investigação de caráter etnográfico em plataformas de mídias digitais, sobretudo acompanhando as articulações propostas por políticos da nova extrema direita brasileira: Bericó, vereador de Florianópolis; Ana Caroline Campagnolo, deputada estadual de Santa Catarina; Júlia Zanatta, deputada federal de Santa Catarina; e Jair Bolsonaro. Ao longo do trabalho, reuni capturas de tela de publicações nas plataformas Instagram, YouTube e X, coletadas a partir do perfil das quatro figuras políticas mencionadas, sobretudo porque se tratam de perfis públicos, de pessoas públicas. Também apresento transcrições de vídeos, transcrições de entrevista, dados técnicos e estatísticos.

Assim, desenvolvo esta pesquisa, metodologicamente, a partir de uma combinação analítica entre abordagem etnográfica, estudos do discurso e estudos da antropologia digital, para compreender de que modo a linguagem é utilizada para mobilizar os sujeitos no nexo online/offline da vida em sociedade. Dessa forma, proponho uma reflexão crítica quanto ao papel da linguagem para além da comunicação, mas como parte fundamental das estratégias políticas contemporâneas, principalmente as utilizadas pela nova extrema direita no Brasil.

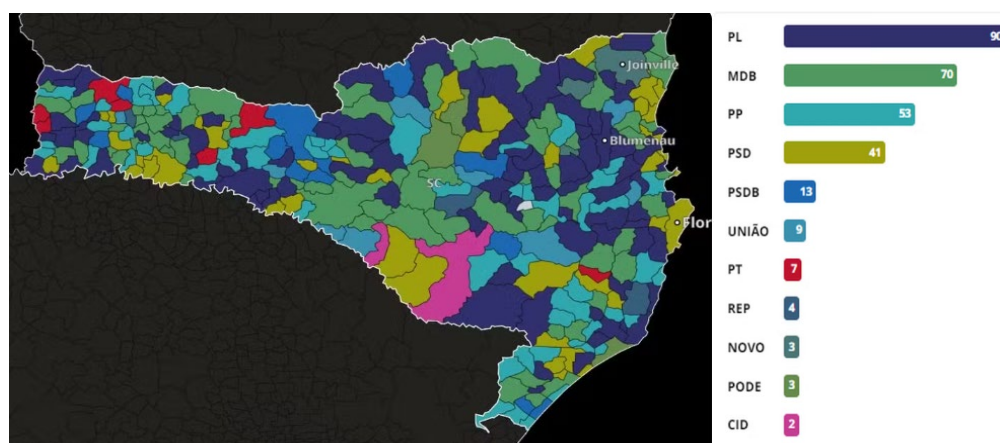
Essas inquietações que me movem se aproximam ainda mais quando observo o contexto social em que estou inserida: sou uma mulher branca, com 31 anos de idade, professora da rede pública há 12 anos e resido no estado de Santa Catarina desde meu nascimento. Há 10 anos saí de minha cidade natal, situada no interior de Santa Catarina, com cerca de 3 mil habitantes, para trabalhar e estudar. Desde então, resido em uma cidade que é parte da região metropolitana da Grande Florianópolis, com pouco mais de 29 mil habitantes; uma cidade que possui expressiva participação na política estadual que, em contrapartida, influencia diretamente a organização sociopolítica da cidade.

A partir do caminho que trilho na área da educação, tanto profissional quanto pessoalmente, em minha formação acadêmica, as mudanças nesse cenário, em especial a partir de discussões políticas, me chamam a atenção, sobretudo desde que vivi, na política local, a experiência de exercer um cargo em comissão. No ano de 2023, fui convidada para exercer a função de coordenadora dos anos finais na Secretaria Municipal de Educação de Santo Amaro da Imperatriz, função na qual eu era responsável por organizar o bom andamento das atividades escolares das turmas de 6º ao 9º ano de toda a rede municipal. Após três meses, fui convidada para exercer o cargo de Diretora de Educação, função em que permaneci por somente quinze

dias, pois, diante das demandas e da urgência com que tratava as pendências, em janeiro de 2024, fui convidada a assumir o cargo de Secretária Municipal de Educação, com o compromisso de dirigir a educação do município, em ano de pleito eleitoral, enquanto o prefeito em exercício tentava a primeira vitória na disputa por reeleição na história da cidade. Esse é justamente um cenário que se relaciona com o contexto sobre o qual me aprofundo nesta pesquisa, de diferentes formas: por conta da ligação política entre Santo Amaro da Imperatriz e o governo do estado; por passar a não somente entender, mas viver a política por trás do que as pessoas veem do lado de fora; por ser alvo de discursos afetivo-reacionários como os que apresentarei adiante; por estar envolvida, como oposição política, em uma disputa contra um partido de nova extrema direita; por ser professora e saber que o *chão da sala de aula* é muito mais complexo do que as políticas públicas amparam, além de ter sido, também, vítima de violência e perseguição no espaço escolar. De muitas maneiras, quem sou está em profunda relação com o objeto que apresento nas páginas que seguem, ainda que não intencionalmente, pois a escolha por estes casos se deu muito antes dessas oportunidades no trabalho.

Em 2024, a maioria das prefeituras de Santa Catarina foi *conquistada* por partidos de extrema direita, com o Partido Liberal (PL) saindo de 23 (vinte e três) municípios em 2020, para 90 (noventa) em 2024, conforme dados divulgados pelo Tribunal Regional Eleitoral do estado (TRE-SC³). O cenário estadual pode ser visualizado conforme apresento abaixo:

Figura 1: Resultado das eleições 2024 por partido político nos municípios de Santa Catarina



Fonte⁴: G1

³ Dados disponíveis em: <https://www.tre-sc.jus.br/comunicacao/noticias/2024/Outubro/eleicoes-municipais-2024-confira-o-balanco-em-santa-catarina>. Acesso em 03/09/2025.

⁴ Dados disponíveis em: <https://g1.globo.com/sc/santa-catarina/eleicoes/2024/noticia/2024/10/07/prefeituras-partidos-eleicoes-2024.ghtml>. Acesso em 03/09/2025.

Em Santo Amaro da Imperatriz, o resultado faz parte do que se desenhou no estado: elegeu-se prefeito um candidato filiado ao Partido Liberal (PL), seguido por dois dos três vereadores mais votados. Durante a corrida eleitoral daquele ano, o governador do estado de Santa Catarina, Jorginho Mello, do mesmo partido político (PL), entrevistou diretamente no andamento da campanha municipal, com aparições em público, vídeos nas mídias digitais e com a tomada da executiva estadual do partido Republicanos. Em especial, a tomada do Republicanos se deu com o desígnio de seu próprio irmão como vice-presidente no exato dia em que fechavam as coligações partidária, deixando as executivas municipais sem nenhuma autonomia⁵ e interferindo nas alianças políticas já firmadas.

O Republicanos divulgou que os acordos seriam mantidos e que a mudança não deveria afetar em nada o que estava decidido, inclusive podendo haver penalizações por parte da executiva nacional. No entanto, a realidade foi outra: em Santo Amaro da Imperatriz também houve mudança na executiva, passando a decisão para troca de coligação. Então, o partido Republicanos, que optou inicialmente por coligar com o partido de oposição mais forte ao PL, do então prefeito da época, foi forçado a fechar federação partidária com o PL, contra a vontade dos 10 (dez) candidatos à vereadores. Diante do cenário, como uma jogada política que prejudicava tanto os candidatos quanto o partido do prefeito que buscava a reeleição, os dez candidatos ouviram “vocês são livres para concorrerem com outro partido, mas a sigla fará parte dessa federação”⁶. *Livres*, todos os dez candidatos concorreram pelo Republicanos, mas sem sigla partidária nos materiais visuais e sem repasse de verba.

Nessa eleição, também a figura de Jair Bolsonaro foi muito utilizada, além de vídeos dele com o candidato à prefeito nas mídias digitais e outras aparições em público. Ainda, tanto Júlia Zanatta quanto Ana Caroline Campagnolo, deputadas – federal e estadual, respectivamente – também coligadas ao PL, se fizeram presentes e ativas na campanha deste município. No mais, representação partidária local, representação legislativa, histórico de fortes lideranças estaduais e uma consolidada integração metropolitana fazem parte do elo entre Santo Amaro da Imperatriz e o governo do estado de Santa Catarina e, por isso, fazem diferença diante do olhar que direciono aos dados que apresentarei.

⁵ A notícia foi divulgada na época e pode ser acessada em: <https://ndmais.com.br/politica/novo-comando-do-republicanos-em-sc-e-oficializado-pela-justica-eleitoral/>. Acesso em 03 de setembro de 2025.

⁶ Fala reproduzida informalmente, por um dos candidatos, em uma conversa da qual participei.

Histórica e contemporaneamente, Santa Catarina configura-se como um estado de supremacia branca, atualmente (2022-2026) governado por um homem branco filiado ao Partido Liberal (PL) e que também se elegeu à sombra do ex-presidente. É considerado um dos estados mais conservadores do Brasil e essa distribuição de valor social é visível no resultado apresentado em forma de mapa territorial na Figura 1. Desde a redemocratização, em 1982, as urnas eleitorais mostram que este é um estado de predominância da direita, da branquitude, de segregações e com resquícios do militarismo. Figuras públicas e/ou políticas que se posicionam *desse lado da moeda* costumam ganhar facilmente o carisma da população. Ainda que, inegavelmente, coligações partidárias no mínimo inusitadas se formam vez ou outra, com a única finalidade de ganhar o pleito eleitoral, as inclinações políticas tendem a ser mais conservadoras, garantindo a ascensão e a sustentação de forças políticas reacionárias e de extrema direita.

Ao me inserir nesse espaço político, compreendo que estou lidando com uma problemática que envolve disputas cada vez mais presentes no espaço digital, que se dão a partir de estratégias linguísticas afetivo-reacionárias, muitas vezes sutis, e formas de subjetivação moldadas por arquiteturas algorítmicas. Desde esse lugar, meu estudo parte da compreensão de que a linguagem performativa (Austin, 1962; Butler, 1997), além de ser um meio de comunicação, molda relações sociais e estabelecer novos regimes de verdade. Nas (e a partir das) mídias digitais, determinados padrões, como os que configuram violência e discurso de ódio, se intensificaram por meio de determinados enunciados. Portanto, me dedico a compreender como determinadas práticas linguísticas operam performativamente no ambiente digital, configurando os modos de interação social e constituindo *discursos afetivo-reacionários* que mobilizam sentimentos como o ódio, que escapam do controle explícito da normatividade institucional das plataformas digitais.

Tomando como base Austin (1962), Butler (1997), Ahmed (2004), Brown (2006), Mello (2020), Cesarino (2020; 2022), Blommaert (2020), entendo como *discurso afetivo-reacionário* um tipo específico de construção que faz parte das estratégias linguísticas utilizadas pela nova extrema direita para mobilizar o público no nexos online/offline. *Afetivo* porque mobiliza afetos como emoções, sentimentos, apelos morais e religiosos; *reacionário* porque tanto é favorável à reação diante dos enunciados como também pode ser hostil à democracia. Ao longo deste texto, apontarei os modos pelos quais a nova extrema direita brasileira opera

não apenas por meio da produção explícita de conteúdos violentos, mas também por meio de outras estratégias linguísticas que articulam, ferem, mobilizam e convocam corpos.

Para observar empiricamente como essas cenas se desdobram, optei por acompanhar e analisar as discussões nas mídias digitais de três figuras políticas catarinenses de extrema direita, além do próprio Jair Bolsonaro: Ana Caroline Campagnolo, Júlia Zanatta e Bericó, deputada estadual, deputada federal e vereador de Florianópolis, respectivamente, todos filiados ao Partido Liberal (PL). O que me motivou, além da proximidade das duas mulheres com meu contexto pessoal de atuação sociopolítica, foi justamente a movimentação de ambos nas mídias digitais, em especial no Instagram. Todos os quatro são figuras ativas, com publicações diárias em seus perfis, e possibilitam, a partir de suas publicações, discussões que reverberam para além desse espaço para ver e ser visto (boyd, 2010), reorganizando o contexto offline em que os usuários estão inseridos. Além disso, os três políticos locais, Campagnolo, Zanatta e Bericó, constituem o típico estereótipo catarinense de direita: pessoas brancas, elitizadas⁷, machista, antifeministas, homofóbicos, preconceituosos, elitistas, conservadores e até mesmo misóginos. A atuação política e digital dos três é altamente representacional da cena política catarinense contemporânea, destacando o protagonismo deles na disseminação de discursos polarizados e polarizantes. Em seus perfis, Campagnolo, Zanatta e Bericó articulam estratégias linguísticas que mobilizam os usuários quanto a valores conservadores e antagonismos típicos da extrema direita bolsonarista – a nova extrema direita brasileira.

Especificamente, Ana Caroline Campagnolo é reconhecida por seu posicionamento antifeminista e religioso. É historiadora, professora e deputada estadual, e ganhou projeção a nível nacional no ano de 2018, ao incentivar alunos a denunciarem professores que fizessem “doutrinação ideológica” em sala de aula. Contraditoriamente ao papel que se espera do perfil ‘professora e historiadora’, Campagnolo se apresenta como anti-intelectual e ultraconservadora, referenciando, em suas falas, a família tradicional brasileira, ideal moralizante típico da direita reacionária brasileira. Sua performance digital se diversifica entre vídeos, imagens e transmissões ao vivo, utilizando a linguagem para construir um *ethos* combativo. Constantemente ela utiliza estratégias linguísticas que buscam deslegitimar saberes institucionalizados, disseminando a suspeita como princípio, levantando um tensionamento

⁷ Pessoas elitizadas – ou elitistas – são aquelas que acreditam que os grupos sociais com grande poder e riqueza (elites) são superiores às demais.

com o conhecimento científico hegemônico. Júlia Zanatta, por sua vez – que se apresenta utilizando uma tiara de flores como acessório – é advogada e deputada federal. Sua atuação política é marcada por uma atuação forte em pautas religiosas e armamentistas. Também repercutiu nacionalmente em 06 de agosto de 2025, por levar sua filha, uma bebê de colo de apenas quatro meses, para servir de escudo humano em ocupação no plenário⁸. Em seu perfil no Instagram, Zanatta se vincula abertamente ao bolsonarismo e a própria figura de Jair Bolsonaro, atuando em defesa dele, de quem foi assessora de segurança pública no Ministério da Justiça. Suas publicações são marcadas por uma comunicação mais concentrada em vídeos curtos, frases de efeito e linguagem carregada de agressividade, mobilizando os usuários a partir de práticas discursivas que posicionam um ‘*nós contra eles*’, categorizando o ‘*eles*’ como a esquerda. Por fim, Bericó, nome político adotado por João Paulo Ferreira, foi eleito vereador pela cidade de Florianópolis em 2020 e reeleito em 2024. É conhecido na capital catarinense como presidente fundador do Bloco carnavalesco *Unidos Do Bericó* e também realiza festas juninas no bairro em que mora. Para além da política municipal, ficou conhecido na região da Grande Florianópolis por se envolver em questões relacionadas à educação estadual, especialmente no caso da professora Juliana Andozio, que repercutiu nacionalmente.

Analiso, adiante, como as práticas linguísticas desses três parlamentares e de Jair Bolsonaro mobilizam recursos linguísticos e semióticos que produzem sentidos performativos de violência simbólica, frequentemente mascarados pela pretensa espontaneidade, fé religiosa, autenticidade ou humor. Aparentemente inofensivos, esses discursos operam como forma de interpelação e de agenciamento de sujeitos alinhados a determinadas ideologias, orientados por valores de tradição, autoridade moral, nacionalismo e pluralismo. Acompanhando a movimentação linguística online desses três parlamentares, percebi que o campo discursivo que se consolida nas mídias digitais demanda urgente atenção para a observação das práticas políticas contemporâneas, sobretudo com a ascensão do bolsonarismo e da nova direita reacionária em nosso país. Notadamente, à medida em que toda a vida social analógica vai migrando para as altas conectividades⁹, os modos de fazer política não ficam para trás. No Brasil, por exemplo, a ascensão da nova direita reacionária a partir desse espaço vem desde a

⁸ Matéria disponível em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2025/08/06/deputada-da-oposicao-leva-bebe-de-4-meses-para-ocupacao-do-plenario.ghml>. Acesso em 27/10/2025.

⁹ Ou *hiperconectividade*, que é o estado de interconexão avançada e constante entre os indivíduos, dispositivos e sistemas.

campanha eleitoral para a presidência da república no ano de 2018. Desde a ascensão do bolsonarismo, que ressoa e reverbera em performances identitárias, de diferentes maneiras, até os dias de hoje, os modos de utilizar a linguagem para alcançar objetivos políticos têm se solidificado no espaço virtual. Isso decorre porque, segundo Blommaert (2020), a maioria das pessoas acessa o discurso político por meio do espectro da mídia à qual está exposta. Conforme novas formas de mandar mensagens surgem, seus significados e as configurações sociais nas quais elas circulam, modificam-se também. Para explicitar, ao longo do texto, aponto como a atual infraestrutura sociotécnica¹⁰ é solo fértil habitado por atores políticos de direita no Brasil, os quais dominam muito bem as ferramentas disponíveis, atuando por meio de estratégias que discuto ao longo dos capítulos que seguem. Para exemplificar, apresento abaixo um breve recorte do que aprofundar adiante.

Figura 2: Publicação de Ana Caroline Campagnolo no Instagram em apoio às eleições municipais de 2024



Fonte: https://www.instagram.com/p/DAuDW8GSpii/?img_index=1. Acesso em 11/06/2025.

¹⁰ Uma infraestrutura sociotécnica consiste na combinação de estruturas físicas (hardware, sistemas) e sistemas sociais (pessoas, instituições). Juntas, elas sustentam e *facilitam* as relações interacionais entre ambos (Cesarino, 2022).

A partir de publicações no espaço digital como o que representa a Figura 2, percebo a presença digital da nova extrema direita brasileira, em especial os três parlamentares e Bolsonaro, como campo fértil para a circulação de discursos que ferem o outro (Butler, 1997). Suas atuações nas mídias digitais, como essa que se deu no Instagram caracterizam uma performance política que se constrói a partir de perfis que são, simultaneamente, espaços de autolegitimação e campos de ataque discursivo.

Na Figura 2, Campagnolo, por exemplo, publica uma imagem que evoca o plano de fundo verde como a representação do que a direita entende como o *Brasil de verdade* que estava coberto por uma cortina vermelha, representando a esquerda. Quando, no enunciado principal, Campagnolo avisa que “*A mudança começa na base*”, sua fala é acompanhada por uma interpelação que convoca os eleitores explicitamente à contribuírem para essa limpeza simbólica. Especialmente em relação à esquerda, porque a nova extrema direita brasileira constrói essa narrativa de que se não for do PL é de esquerda, independentemente de qualquer outro posicionamento, o gesto de varrer na cena em tela atualiza, também, uma metáfora profundamente enraizada na política brasileira: um autoritarismo que considera a política como uma higienização moral que posiciona a oposição como adversários ilegítimos, *sujos* – como a *sujeira a ser removida*. Ao se posicionar como a faxineira da cena, com a vassoura em mãos, a figura da deputada aparece varrendo rostos de pessoas políticas que não são de extrema direita de municípios catarinenses, associados a outros símbolos como *emoji* de fezes, folha de maconha, símbolo do comunismo, símbolo do feminismo, gritos de opressão e expressões demoníacas. Ao representar semioticamente a oposição à nova extrema direita brasileira, em especial a esquerda, em associação aos elementos que escolhe, a deputada recebe ajuda na faxina: pessoas políticas de extrema direita também presentes na política municipal de cidades catarinenses são os personagens que auxiliam na faxina, varrendo e jogando qualquer oposição no lixo. Ao *varrer a sujeira*, Campagnolo limpa a cena para que o *Brasil de verdade* apareça. As expressões faciais dela e de seus ajudantes representam sorrisos felizes e serenos, em contraposição apelativa às imagens que ela escolhe para representar a sujeira. A publicação, feita dias antes das eleições municipais de 2024, tem o objetivo de chamar a atenção, em busca de votos, para os candidatos a vereadores a quem a deputada apoiava naquela ocasião.

Os usos discursivos, tanto da imagem quanto da legenda, são apelativos ao público em rede conectado a ela. A interpelação, marcada linguisticamente pelo verbo ‘pedir’ e pela semântica de ‘ajuda’, na expressão “*peço a ajuda*”, chama os usuários para a ação: “*Peço a*

ajuda de você que é catarinense ou conhece alguém que mora em Santa Catarina. Encaminhe esta publicação para que mais pessoas conheçam os nossos candidatos e elejam conservadores que defendem nossas bandeiras nas Câmaras Municipais!”. O discurso em circulação nessa cena mobiliza elementos centrais nas estratégias linguísticas comuns da direita reacionária e sua atuação nas mídias: vitimização moral, imprecisão discursiva polissêmica, apelos patrióticos, desqualificação do outro, encenação de espontaneidade e humildade, além de carregar em si muitos outros significados, sobre os quais me dedico a explicar nos capítulos que seguem e que fazem parte do que discuto como discurso afetivo-reacionário.

O discurso presente na publicação também menciona escolas, postos de saúde, segurança pública e comércios locais como lugares em que o *cidadão de bem* encontrará, se votar nos políticos de extrema direita, o resultado efetivo de seu voto, associando, mais uma vez, a ideia de *boa política*, que defende valores comunitários e familiares, em contraposição à oposição, sobretudo a esquerda. Sutilmente, ao evocar uma instituição como a escola para essa cena, Campagnolo auxilia a transformação da educação como um campo de guerra moral, deixando espaço para situações que transbordam o digital e as urnas eletrônicas, em que o nexo online/offline reflete na vida em sociedade legitimando violências diversas, como é o caso da professora Juliana Andozio, que discutirei no último capítulo. Ainda, ao convocar o público em rede para agir offline (votar), a deputada também mobiliza esse mesmo público a contribuir no online: “*encaminhe esta publicação*”, ou seja, a publicação é parte de uma estratégia discursiva que funciona no nexo online/offline que coloca os usuários da plataforma Instagram como participantes de uma *cruzada moral*. Percebo, também, que essa atuação denota como o bolsonarismo e a nova extrema direita brasileira se ancoram em uma lógica de mobilização algorítmica (Cesarino, 2022), onde o conteúdo mais afetivamente carregado tende a ter maior circulação.

No que diz respeito às plataformas digitais que escolhi como campo de investigação, em um primeiro momento optei por observar somente o Instagram, como parte de um amplo espectro midiático, a escolha específica pelo Instagram está centrada, principalmente, no fato de que estou falando a partir de uma rede social com a qual tenho proximidade no que diz respeito ao conhecimento da dinâmica característica dos públicos em rede (boyd, 2010) que utilizam a plataforma. Considerando que o campo investigado em um estudo etnográfico deve ser do conhecimento do pesquisador, sendo um espaço no qual é preciso estar inserido para observar as relações interpessoais, considere que nada melhor do que uma rede da qual faço

parte desde que foi lançada em versão disponível para aparelhos com sistema operacional *Android*¹¹. Isso significa que, na condição de usuária da plataforma, vivenciei as modificações das dinâmicas de usuários e as atualizações do Instagram ao longo do tempo, ainda que no passado não houvesse em mim a intenção de pesquisadora.

No entanto, conforme fui me deparando com determinados conteúdos divulgados pela nova extrema direita brasileira, passei a perceber que algumas discussões por vezes surgiam em outras plataformas digitais, principalmente o YouTube e o X. Diante dessa observação, ainda que imersa no contexto do Instagram, também acabei *navegando* um pouco pelas duas outras redes. Além disso, também me interessei por compreender a complexidade da comunicação a partir da forma como muitos usuários acessam as redes “*quase como um tique*” (Bentes, 2021, p. 15) e os

[...] inúmeros modos de ações e reações constituem as dinâmicas comunicacionais e linguagens próprias da rede social on-line do e no Instagram, com disposições de materialidades e funcionalidades que são os aparatos técnicos em número cada vez maiores a partir do uso de aparelhos celulares que funcionam por meio da internet, o Instagram é um local onde há possibilidades para conflitos e onde são enredados vínculos, e para que faça algum sentido, é necessário o usuário agir, se ficar inerte, ele não irá gerar ações comunicacionais. (Toledo, 2023, p. 13).

Entendo que o Instagram, o YouTube o X, bem como também outras plataformas de mídias digitais funcionam como um campo de investigação altamente estratégico. Nele – e mostro isso com os casos que aqui apresentarei adiante – percebo e discuto diferentes estratégias linguísticas da nova direita reacionária e suas mobilizações no nexos online/offline, a partir da mobilização de semiótica; imprecisão discursiva polissêmica nas construções linguísticas; interpelação de usuários para a ação; manipulação algorítmica e usos linguísticos abaixo do radar. Com a análise que apresento adiante, aponto como a nova extrema direita brasileira se sobressai a partir da forma como utiliza seu conhecimento metapragmático do funcionamento algorítmico das plataformas, apoiando-se em estratégias deliberadas de imprecisão e manipulação discursiva proposital e vitimização.

Esse mesmo espaço digital, conforme apontarei, também funciona como campo para outros tipos de respostas: aquelas não esperadas pela nova extrema direita brasileira, de pessoas

¹¹ Um sistema operacional *android* é um software baseado em código aberto, desenvolvido pela Google e no núcleo Linux. É utilizado como sistema de gestão de dispositivos de telefone móvel. Fonte: <https://tecnoblog.net/responde/o-que-e-android-conheca-a-historia-do-sistema-operacional-movel-mais-popular-do-mundo/>. Acesso em 12/09/2025.

que não se enquadram e nem se satisfazem com a política de extremista e conservadora. Nesse caso, ainda que as plataformas sejam algoritmicamente orientadas com um funcionamento que favorece o conteúdo da nova extrema direita brasileira (Cesarino, 2022), é possível enxergarmos possibilidades de resistência, sobretudo porque o ódio mobilizado por *eles* é também aquele em forma de revolta contra suas ideologias político-partidárias.

Assim, em termos de sequência didática para delinear esses desdobramentos, organizo o presente texto da seguinte forma: no primeiro capítulo, apresento a emergência do discurso afetivo-reacionário como categoria analítica para compreender a mobilização política da extrema direita brasileira no nexo online/offline. A partir da concepção de linguagem como performativa (Austin, 1962; Butler, 1997), aponto para a realização linguística da violência simbólica, em especial do ódio, não como agressões diretas, mas como estratégias que mobilizam afetos, naturalizam exclusões e reorganizam antagonismos. Ao articular as teorias em que me ancoro no primeiro capítulo,, demonstro que tais discursos interpelam os sujeitos de forma reacionária, mobilizando emoções e afetos que, enquanto compõem a retórica da política de extrema direita, legitimam e normalizam a violência. Apresento um caso empírico disponível no Instagram de Júlia Zanatta para apontar como o estilo linguístico da nova extrema direita brasileira está ancorado em diferentes crenças ideológicas que configuram violência simbólica, que se infiltra como norma e é intensificada pela circulação na esfera digital.

No segundo capítulo, situo as plataformas de mídias digitais como campo etnográfico, direcionando o olhar para como a arquitetura de rede, especificamente os algoritmos, dessas plataformas moldam práticas linguísticas, sociais e políticas no nexo online/offline. Tomando como base Bentes (2021), boyd (2010), Cesarino (2022, 2023), Gillespie (2014), Pariser (2011) e Zuboff (2019, 2021), discuto como as mídias digitais constituem-se mais do que como meios de comunicação, mas como infraestruturas sociotécnicas que organizam afetos, interações e subjetividades, produzindo efeitos, no nexo online/offline, como vigilância, espetacularização e controle. Apresento o funcionamento algorítmico das plataformas que observo – Instagram, YouTube e X –, para direcionar a discussão em torno de como os regimes de visibilidade presentes nessas plataformas reconfiguram a política contemporânea, especialmente o populismo digital e a nova extrema direita brasileira.

Quanto ao terceiro capítulo, apresento uma análise em torno da semiótica abaixo do radar, como estratégia linguística utilizada pela nova extrema direita brasileira para se manter

longe de acusações e/ou punições (criminais e das próprias plataformas). Tomando como base Abidin (2021), Briggs (1997), Grice (1988), Searle (1975), Silva (2017), Silverstein (2010), Rosaldo (1982) e Wierzbicka (1985), mostro como a linguagem é utilizada na forma de ironias e imprecisão discursiva polissêmica para criar diferentes mensagens em diferentes camadas do espaço digital. Apresento dois casos que envolvem Jair Bolsonaro mobilizando ataques contra duas jornalistas brasileiras, Patrícia Campos Mello e Gabriela Prioli, e um caso envolvendo Ana Caroline Campagnollo que, em vídeo, elabora uma metáfora para mobilizar ataques. Aponto para a eficácia política presente na capacidade em escapar tanto da detecção algorítmica das plataformas quanto institucional. Além disso, sinalizo para a violência linguística e o discurso de ódio dissimulado, que ganha força e legitimidade a partir do espaço digital.

No quarto capítulo, por fim, o quarto e último capítulo é o espaço em que exploro a educação como campo de perseguição, assédio e controle político para a nova extrema direita brasileira. Para essa análise, aponto como a fala de professores é entextualizada (Bauman; Briggs, 1990) e amplificada no nexos online/offline, mobilizando indignação moral e legitimando outras formas de violência. A partir de dois casos distintos, envolvendo duas professoras em Santa Catarina, um vereador de Florianópolis – o Bericó – e a deputada federal Júlia Zanatta, discuto como o discurso afetivo-reacionário afeta vidas no nexos online/offline e, no caso da educação, mostra que a violência contra professores não é pontual, mas parte do projeto político da nova extrema direita brasileira, que transforma a escola em palco de disputas metapolíticas e projeta o *professor ideologizante* como o *inimigo em comum*.

Para articular a proposta que desenvolvo, a estrutura metodológica caracteriza-se como descritiva, exploratória, aplicada, de cunho qualitativo e etnográfico, com a qual me baseio na análise de discurso crítica, amparada em estudos sobre linguagem e política digital. Para isso, realizo um mapeamento de posts selecionados nos perfis dos três deputados apresentados acima, identificando padrões de uso linguístico e estratégias semióticas empregadas para construir sentidos que escapam das plataformas digitais e reformulam os modos de vida em sociedade. O corpus da pesquisa inclui materiais textuais e visuais compartilhados no Instagram entre os anos de 2023 e 2025, permitindo uma observação longitudinal das transformações discursivas.

Os dados analisados revelam, por exemplo, padrões de manipulação algorítmica, padrões discursivos e ideológicos, modificações sociopolíticas e um tipo de codificação

discursiva que permite que mensagens de ódio circulem sem serem explicitamente reconhecidas como tal. É nesse contexto que as mídias digitais deixam de ser meros espaços de sociabilidade e passam a operar como dispositivos estratégicos, nos quais as interações são moduladas por algoritmos que amplificam determinadas vozes e discursos.

O objetivo geral ao analisar esses dados é entender como a linguagem, no ecossistema digital (Cesarino, 2022), com foco no Instagram, dialogando com o YouTube o X, são plataformas utilizadas de maneira estratégica pela nova direita reacionária no Brasil para disseminar discurso de ódio por meio de táticas semióticas e pragmáticas. Demonstro como o discurso político se reconfigura na era digital, explorando as formas contemporâneas de produção e circulação de sentidos na esfera pública. Ao longo da pesquisa, discuto como os novos mecanismos de visibilidade – impulsionados por mídias digitais e sistemas algorítmicos – alteram os modos tradicionais de engajamento político e criam dinâmicas discursivas que desafiam os limites normativos da comunicação. Busco, assim, contribuir para uma compreensão mais aprofundada sobre a articulação entre discurso, poder e tecnologia no Brasil contemporâneo, a partir dos casos catarinenses em tela.

A abordagem que proponho se insere nos debates sobre linguagem, política e sociedade, buscando trazer uma contribuição original para o campo da linguística e para os estudos sobre comunicação digital. A investigação destaca, sobretudo, como a violência simbólica se estrutura na linguagem e como determinados grupos políticos utilizam essa ferramenta para mobilizar seguidores e consolidar ideologias. A partir desta análise, apresento reflexões que ajudam a compreender as dinâmicas discursivas que permeiam a política digital e suas implicações para a democracia.

CAPÍTULO 1

DISCURSO AFETIVO-REACIONÁRIO: UMA EMERGÊNCIA LINGUÍSTICA NA ERA DIGITAL

PLANO DO CAPÍTULO

Este capítulo nasce do incômodo de quem vive e observa, de dentro do meio político e educacional, os modos como a linguagem tem sido mobilizada pela nova direita reacionária não apenas como ferramenta de convencimento, mas como arma de subjugação simbólica. Inúmeras teorizações acerca de violência linguística, discurso de ódio e política circulam na contemporaneidade, algumas das quais voltam sua atenção para essas questões a partir do meio digital.

Sigo a concepção de que a linguagem é uma forma de ação (Austin, 1962; Butler, 1997) e que, em se tratando de seu funcionamento, demanda de estratégias mais complexas de análise para compreendermos os efeitos que, sobre o corpo do outro, podem alterar estruturas corpóreas e psíquicas (Butler, 1997). Assim, e considerando a urgência em voltarmos essas análises também para a comunicação que ocorre a partir do meio digital, desenvolvo este primeiro capítulo com o objetivo de situar um uso específico da linguagem como *discurso afetivo-reacionário*, parte das estratégias utilizadas pela nova extrema direita brasileira para mobilizar os sujeitos no nexos online/offline, em especial incitando ódio.

Em termos de sequência argumentativa, na primeira parte do presente capítulo, apresento um panorama sobre a concepção de linguagem performativa que adoto e como a violência pode estar presente nos diferentes enunciados que circulam nas mídias digitais. Na sequência, explico o porquê considero os discursos analisados ao longo da pesquisa como *afetivo-reacionários* e a relação de tais enunciados com a noção de ideologias linguísticas. Por fim, aponto para o estilo de fala típico da nova extrema direita brasileira e suas reverberações no nexos online/offline.

1. LINGUAGEM, VIOLÊNCIA E A CIRCULAÇÃO NO DIGITAL

A linguagem consiste em uma prática social que age e sustenta corpos, e estruturas de poder. Na contemporaneidade, a maneira como a linguagem é utilizada em meio a uma digitalização acelerada da vida (Blommaert, 2020) e marcada pela ascensão de regimes discursivos autoritários, chama a atenção. Se torna urgente voltarmos nossa atenção para os modos como a linguagem é utilizada de forma estratégica por sujeitos públicos e figuras políticas para mobilizar e organizar antagonismos, afetos e alianças identitárias.

Existem diferentes formas de manifestação da violência e uma delas é por meio da linguagem. Mas, seja qual for a forma com a qual nos deparamos, ela sempre se manifesta como uma violação do outro, de forma danosa (Silva, 2010). Enquanto problema social, a violência ocupa um espaço relevante em discussões nos diferentes campos de investigação científica.

A complexa relação entre violência, linguagem, significações e a vida social, diz respeito ao fato de que as palavras que ferem são também as palavras que possibilitam a existência humana (Butler, 1997). São as condições sociais de utilização das palavras que nos direcionam, ou não, para cenas de violência linguística. Ainda que a consideremos uma violência simbólica, a linguagem é capaz de ferir o outro, tanto quanto ou mais do que a violência física (Silva, 2010) e uma das formas de manifestação dessa violação por meio da linguagem é através da mobilização do ódio.

Sem anular a existência de diversas outras formas de violência, nesta pesquisa concentro-me no ódio mobilizado a partir de estratégias linguísticas *afetivo-reacionárias* utilizadas especialmente pela nova extrema direita brasileira, que reverberam no nexo online/offline e que vem tomando espaço nas discussões populares e acadêmicas. O assunto ganhou notoriedade nos últimos tempos, sobretudo com textos-denúncias como os de Mello (2020), em que a autora relata cenas de violência na linguagem, manipulação e disparos de *fake news* nas mídias digitais, organizados como estratégia política da nova extrema direita brasileira para Bolsonaro vencer a corrida eleitoral para a presidência da república em 2018 – assunto que retomarei adiante, no terceiro capítulo.

Judith Butler (1997), nos ensina que a linguagem pode ferir não porque descreve algo odioso, mas porque ela mesma é a violência. A fala que injúria não é apenas mediadora – ela é o próprio ato de ferir. A concepção da linguagem como performativa – que Butler (1997) retoma

de Austin (1962) e expande – desloca a ideia de que o sentido está somente no que as palavras *querem dizer*, mas para o que as *palavras fazem* quando ditas em determinados contextos. Não se trata, portanto, de identificar uma essência no discurso de ódio, mas de observar os efeitos reiterativos, citacionais e corporais da linguagem na vida social.

O conceito de discurso de ódio tem uma evolução histórica quanto a sua compreensão como uma ideia de que a linguagem pode ser usada para incitar a violência e o ódio contra uma pessoa ou grupos específicos. A origem da expressão vem do termo inglês *hate speech* e, ao longo do tempo, tem sido compreendido como um conjunto de palavras utilizadas para insultar, intimidar ou assediar uma pessoa (Silva, 2010; Santos, 2016), sobretudo por causa de categorias como cor, raça, etnia, nacionalidade, sexo/gênero ou religião. Esse tipo de uso linguístico pode ser direcionado diretamente àqueles que se deseja atingir ou pode ser utilizado para incitar a violência, o ódio e/ou a discriminação por meio de outras pessoas.

Em nossa Constituição Federal (1988), o discurso de ódio é considerado crime, sendo parte de um crescente debate no Brasil. Em nossos dias atuais, problemas como a violência linguística transcenderam do contexto offline para o meio digital e, percebendo a necessidade de medidas que coíbam, de alguma maneira, esse tipo de prática, o Decreto nº 11.362, de 01 de Janeiro de 2023, em seu Art. 24, no que diz respeito ao Departamento de Promoção de Liberdade de Expressão, pede, entre outros pontos, que se proponham articulações de

I – [...] Políticas públicas para promoção da liberdade de expressão, do acesso à informação e de enfrentamento à desinformação e ao discurso de ódio na Internet, em articulação com o Ministério da Justiça e Segurança Pública; II - auxiliar na formulação e avaliação das políticas relativas aos serviços digitais; III - promover estudos e avaliações de impacto econômico, social e cultural dos serviços digitais; IV - propor e implementar políticas para a promoção do pluralismo e da diversidade midiática, bem como para o desenvolvimento do jornalismo profissional; V - propor e implementar políticas para a promoção de conteúdo brasileiro no ambiente digital, em articulação com o Ministério da Cultura; e VI - monitorar e acompanhar as parcerias institucionais estabelecidas, no âmbito de sua competência, conforme as diretrizes e instrumentos legais firmados. (BRASIL, 2023).

A literatura que trata sobre o tema é extensa e diversa, mas os olhares mais específicos para a questão da violência no meio digital seguem o consenso de que o discurso de ódio, atualmente, além de um fenômeno social e midiático, se tornou um problema ainda maior para o Estado. Na visão de Santos (2016), por exemplo, o discurso de ódio em redes sociais é impulsionado por crises geradas na convivência entre grupos muito diversos coabitando o mesmo espaço: as plataformas de interação social.

A plataformização (Cesarino, 2022) – o uso crescente e massivo de plataformas de mídias digitais – complexifica ainda mais a questão. Passamos a ver que o que era um problema um pouco mais situado, hoje é projetado numa escala quase que infinita no espaço online. Segundo Santos (2016), isso se dá porque o espaço digital permitiu que, cada vez mais, as pessoas compartilhassem informações, conectando diferentes culturas e áreas do saber, enquanto também se tornou solo fértil para a ampliação de questões conflituosas que já estavam presentes no meio de convívio na sociedade pré-digital.

Notadamente, ódio e violência não são discussões novas no que diz respeito à sociedade. Para a linguística, em especial, a linguagem é considerada central na viabilização de um reconhecimento humano e, como veremos adiante, ela desempenha seu papel também quando é utilizada em situações de violação e exclusão do outro. O novo, talvez, seja olhar para os meios de comunicação contemporâneos como *a lente* por meio da qual o sujeito enxerga o mundo e, a partir daí, perceber as mudanças que emergem dos significados produzidos no espaço digital.

Portanto, pensar a língua como prática social, tal qual proposto por Hanks (1996), consiste em admitir não somente que a linguagem é utilizada como estratégia discursiva para garantir o êxito diante de determinados objetivos, como também reafirmar o sistema de dominação existente no modelo de hierarquia e estratificação social em que vivemos. A linguagem tem o poder de produzir a realidade social e alterar os entendimentos e as relações interpessoais no mundo. Para Hanks (1996), essa capacidade de produção da realidade está pautada na noção de que a linguagem é uma forma de ação e que, como tal, gera consequências. O autor explica que utilizar a linguagem reconhecendo seu caráter performativo (Austin, 1962), consiste na utilização de expressões específicas para causar distorções ideológicas e limitações perceptuais, de forma que pareçam falas naturais. Segundo ele, essa é uma das formas possíveis para influenciar a consciência humana e orientar os indivíduos, sem que eles percebam de fato.

Abordar a linguagem como performativa consiste em compreender que, enquanto tal, ela faz algo no mundo (Austin, 1962). Para o autor, *dizer é fazer*, pois os enunciados dos quais nos utilizamos fazem mais do que meramente representar algo. Austin (1962), ao nos mostrar que a linguagem não é um meio para apenas descrevermos coisas e situações, mas que realizamos ações por meio dela, nos auxilia a compreender de que modo produzimos os efeitos que aqui analiso na “interface humano-máquina” (Cesarino, 2022). Austin (1962) explica que

a condição de uso de uma determinada sentença é o que determina seu sentido. Sob essa perspectiva, compreendo que os discursos afetivo-reacionários, mobilizados como estratégia da nova extrema direita brasileira, se configuram como um ato de fala que se realiza performativamente, uma vez que determinados usos linguísticos mobilizam diferentes afetos, como o ódio, por exemplo, atingindo pessoas que se sentem mobilizadas pelos enunciados proferidos e, naturalmente, modificadas e convocadas à ação – em pró ou contra determinadas sentenças colocações.

Além disso, compreender a linguagem como forma de ação no mundo nos mostra que o caráter injurioso de determinadas formas linguísticas não é o que vai, isoladamente, caracterizar a violência linguística e/ou o discurso de ódio, especificamente. Portanto, quero dizer que à medida que a linguagem age, conforme Derrida (1991), por meio de processos contínuos de deslocamento, repetição e citação em diferentes contextos, então os efeitos performativos de determinados atos de fala são consequências da (re) produção de sentidos violentos na/pela linguagem, inclusive no nexo online/offline.

Para argumentar a constituição performativa da língua, Austin (1962) trabalhou na elaboração da teoria dos atos de fala, elencando três dimensões que explicam no que consiste fazer algo através da linguagem. Essas atividades que fazemos somente através da fala, tais como promessas, perguntas, ordens, etc, constituem, cada qual, em uma dimensão do ato de fala específico, de acordo com algumas características, sendo a dimensão (i) locucionária o ato de dizer, propriamente, algo; (ii) ilocucionária a dimensão que se refere às ações que o falante pretende realizar ao enunciar determinadas sentenças e (iii) perlocucionária a dimensão do ato de fala que diz respeito às consequências ou efeitos que a fala causa ao interlocutor. Na discussão que proponho ao longo deste trabalho, poderemos compreender que a noção de atos de fala explica uma série de aspectos relevantes ao uso da linguagem. No entanto, inúmeras questões para além da linguagem atravessam a análise aqui empreendida, sobretudo porque para falar de performatividade precisamos, em primeiro lugar, falar do que Austin (1962) chamou de condições de felicidade.

Condições de felicidade são, segundo o autor, os fatores externos à linguagem e ao sujeito, mas que, ainda assim, contribuem e influenciam nos efeitos performativos da atividade enunciativa em determinados dizeres. Isso implica dizer que o fato de alguém pronunciar uma dada sentença não leva, necessariamente, um performativo a se realizar. Essas condições de

felicidade, enquanto elementos externos ao sujeito e à linguagem, dizem respeito ao lugar no mundo em que as coisas devem estar para que as circunstâncias sejam adequadas à realização de um performativo. Dessa maneira, existe uma relação social de poder, a qual demanda que o falante ocupe um determinado lugar não somente para proferir algo, mas para que dessa relação situacional um performativo seja, nos termos de Austin (1962), *feliz*.

Dadas essas circunstâncias, entendo que determinados usos linguísticos e as condições pragmáticas desses usos, conforme cada contexto, nos levarão a um dos argumentos centrais desta tese: o fato de que a linguagem, sendo performativa, age de diferentes maneiras, conforme uma série de fatores – como sujeito, contexto, espaço-tempo, ambiente, etc –, mobilizando sentidos e afetos, evocando (re) ações que podem constituir violência. No que diz respeito ao meio digital enquanto ambiente, é importante adiantar que somente uma concepção de linguagem performativa, cujos efeitos são perlocucionários, não dá conta de analisar tamanha complexidade.

A fim de compreender um pouco mais os modos como funcionam os efeitos desses dizeres, que são performativos e, portanto, podem ser também violentos, a investigação que percorro chega ao conceito de *iterabilidade* (Derrida, 1991), discutido também por Butler (1997) e Silva (2010). A noção de iterabilidade ajuda a compreender a possibilidade que todo signo possui de poder ser utilizado e repetido na ausência tanto de seu referente, quanto de seu significado ou intenção. Essa possibilidade de deslocamento consiste em apontar para o fato de que um determinado enunciado pode ser reagrupado em outro contexto. Sendo a iterabilidade essa possibilidade estrutural que todo signo possui – a possibilidade de repetição – entendo que essa repetição de um momento já acontecido, em acontecimento ou a acontecer é o que possibilita a existência de uma performatividade, pois Derrida (1991) explica que é diante dessa ruptura que certos dizeres podem ser utilizados em outros contextos e, mesmo assim, comunicarem, produzindo sentidos outros.

Não sendo novidade o fato de que o contexto determina o efeito da comunicação, Butler (1997), porém, conhecida por problematizar os modos como as palavras podem ferir o corpo, parte da afirmação de que a primeira injúria à qual estamos expostos é a nossa nomeação. Somos *isso* ou *aquilo* porque alguém decidiu nos chamar *disso* ou *daquilo*. É essa mesma nomeação que cria o paradoxo linguístico sobre o qual a autora fala: a linguagem que nomeia, a palavra que possibilita a existência do sujeito, lhe fere. Ser nomeado *disso* ou *daquilo* é ser

interpelado e, conforme reagimos e/ou correspondemos à interpelação, validamos a construção discursiva que nos é endereçada. O nome que nos é dado é a palavra em torno da qual construímos nossa identidade, nos reconhecemos enquanto sujeitos corporificados no mundo, situados em um dado tempo e espaço. No entanto, ao sermos feridos pela linguagem, somos deslocados contextualmente para o desconhecido. Assim, o efeito performativo da injúria verbal constitui uma ameaça que é também física. Sob esse viés, Butler (1997) afirma, também, que o discurso violento é citacional e que, enquanto tal, desencadeia uma série de consequências. Isso significa que se alguém faz uso de uma determinada fala injuriosa, esse alguém é responsável por ela, mesmo que não seja nesse sujeito a origem de tal discurso. Os enunciados encontram, em diferentes situações, sujeitos que deles se apropriam. A partir desse momento, o falante se torna o responsável pelo ato de fala que enuncia, o que significa dizer que os discursos, deslocados de seu contexto original, têm seu valor (re) estabelecido a cada situação. As situações que me interessam na presente investigação, dizem respeito a contextos emergentes de uma *web 2.0*¹², um campo extremamente fértil para os discursos iteráveis serem deslocados, performados e, como veremos, empregados como armas afetivo-reacionárias.

Observando as mídias digitais, ao longo deste texto apontarei como os sujeitos em cena se apropria e utilizam discursos que evocam o ódio, e o fazem por meio de uma atuação latente nesses espaços de interação online. Para Butler (1997),

[...] a citacionalidade do discurso pode ser eficaz para acentuar e intensificar nosso sentido de responsabilidade por ele. Aquele que diz a fala de ódio é responsável pela maneira em que tal fala é repetida, por revigorar tal fala, por estabelecer contextos de ódio e injúria. A responsabilidade do falante não consiste em reconstruir a linguagem *ex nihilo*, mas antes em negociar as heranças de uso que restringem e possibilitam esse discurso do falante. (Butler, 1997, p. 27).

A partir de Butler (1997), compreendemos, de forma mais aprofundada, o que é a linguagem que machuca, sobretudo ao pensarmos seus efeitos. Em sua argumentação, a autora defende que o discurso está sempre, de alguma forma, fora do nosso controle. Na perspectiva da autora, o discurso produz os efeitos que nomeia. Então, se a linguagem é o que nos torna objetos do discurso, a injúria, por outro lado, nos torna abjetos. É no lugar de abjeção, criado pela fala injuriosa, que a relação entre a fala e o corpo se torna ainda mais intrínseca: o ato de

¹² *Web 2.0* é a forma de se referir à geração atual da internet, caracterizada pela mudança de um modelo estático (*web 1.0*) para um modelo dinâmico e interativo, no qual os usuários podem, além de consumir conteúdo, criar e compartilhar informações.

ameaça e o efeito performado pelo corpo são, sem dúvida, distintos, mas estão ligados em uma relação paradoxal entre causa e efeito (Butler, 1997).

Na relação causa (linguagem performativa) e efeito (perlocucionário) da abjeção, entendemos que o discurso de ódio coloca o sujeito em uma posição de subordinação, enquanto incita certos tipos de ações. O efeito perlocucionário não depende, porém, da intenção do falante, o que significa que a injúria e a ofensa entram em cena até mesmo quando não necessariamente há essa intenção por parte do falante. Fato é que discutir intencionalidades nos levaria a um caminho que, aqui, não nos cabe: não podemos discutir, dentro da Teoria dos Atos de Fala (Austin, 1962), se o outro quis ou não ser ofensivo, mas sim condições como a vulnerabilidade do corpo à linguagem, que existe justamente por sermos seres interpelados, que dependem, como aponta Butler (1997), do chamamento do outro para existir. Inevitavelmente, “o sujeito do discurso que é nomeado se torna, potencialmente, alguém que poderá nomear outro sujeito no futuro.” (Butler, 1997, p. 57).

Nas cenas que analiso e apresento ao longo deste texto observo como a fala de certos parlamentares e do próprio ex-presidente carrega uma performatividade agressiva, apresentada na forma de espontaneidade, humor ou indignação. A fala que agride é colocada dissimuladamente como “opinião sincera”, de “liberdade de expressão”, de “desabafo”, como se a violência pudesse ser justificada pelos afetos que mobiliza. A materialidade do ferimento, portanto, não está somente na palavra dita, mas nos regimes discursivos que a sustentam, nas estruturas sociais que a autorizam e nos corpos que a sentem. A violência simbólica nos usos linguísticos em questão tem efeitos perlocucionários que não são apenas simbólicos – ela reconfigura subjetividades, destitui cidadanias, desorganiza vínculos comunitários. A linguagem, aqui, é o próprio campo de batalha.

Diante das percepções apontadas acima, entendo que a linguagem, no meio digital, portanto, não opera somente no nível da informação. Ela age no campo dos afetos, da corporeidade e da ideologia. Quando Ana Campagnolo encena, em seu Instagram, uma faxina simbólica, limpando a “sujeira da esquerda”, conforme a Figura 2 apresentada na seção de introdução, ela realiza uma performance discursiva que mobiliza afetos, posiciona corpos hierarquicamente numa estrutura de violação linguística e organiza alianças políticas. Por isso, os enunciados performativos, sobretudo no meio digital, não podem ser analisados isoladamente, como se fossem eventos únicos. Eles são sempre atualizações de cadeias

discursivas anteriores, inseridos em regimes de circulação mediados por algoritmos no mundo digital, interações sociais e disputas de poder. Compreender os discursos afetivo-reacionários requer, então, atentar para essa cadeia de repetições que não apenas reproduz a violência, mas a renova e a intensifica.

A violência discursiva presente nas falas da nova extrema direita brasileira, por exemplo, raramente aparece como brutalidade direta. Ela é dissimulada e se apresenta como forma de sinceridade, de humor, de espontaneidade, de moralidade. O ódio, nesse contexto, não aparece escancarado no significado das palavras, mas é insinuado com certa suavidade; não agride frontalmente, mas ironiza; não se apresenta como violência, mas se apresenta dissimuladamente como afeto. É nessa zona de ambivalência que localizo o que chamo de *discurso afetivo-reacionário*.

A intenção de utilizar essa nomenclatura (afetivo-reacionário), emerge da observação das práticas linguísticas específicas da nova extrema direita brasileira – especialmente no contexto catarinense – que combinam expressividade emocional com posicionamentos políticos excludentes. Trata-se de uma performance discursiva que se ancora em afetos (como amor à pátria, preocupação com a família, defesa da fé, revolta contra injustiças e liberdade, por exemplo), para sustentar seus (da nova extrema direita brasileira) projetos de mundo autoritários, antipluralistas e violentos. Ao tomar como base Austin (1962), Butler (1997), Ahmed (2004), Brown (2006), Mello (2020), Cesarino (2020; 2022) e Blommaert (2020), entendo que o discurso afetivo-reacionário, portanto, não se caracteriza como tal somente por sua agressividade explícita, mas também por conta da capacidade que detém de capturar os sujeitos pela via emocional. É um tipo específico de construção que faz parte, principalmente, das estratégias linguísticas utilizadas pela nova extrema direita brasileira para mobilizar o público no nexos online/offline. É *afetivo* porque mobiliza afetos¹³, emoções e sentimentos; é

¹³ Caracterizo esse tipo específico de discurso como *afetivo-reacionário* também a partir do que Papacharissi (2015) define, ao caracterizar os afetos como um conceito complexo que se estende para além das meras emoções e sentimentos. A autora descreve o afeto como “uma sensação geral de movimento experimentada subjetivamente, uma sensação geral de algo que está sendo feito”. Na perspectiva dela, o afeto é, fundamentalmente, “uma experiência não consciente de intensidade”, que permite que o sentimento seja *sentido* e subsequentemente transcrito em emoção. Papacharissi (2015) explica, ainda, que o afeto fornece e amplifica a intensidade porque aumenta a consciência de um determinado estado mental ou corporal; é ele que informa a sensibilidade geral em relação ao mundo que nos cerca, que é de potencialidade (uma soma de todas as possibilidades imagináveis e reais) e que se estende como uma maneira geral de dar sentido. Nesse sentido, compreendo, tomando como base a autora, que o afeto é linguisticamente construído e discursivamente sustentado.

*reacionário*¹⁴ porque tanto propicia reações frente ao que é dito quanto pode ser hostil à democracia. Ao apelar para a indignação moral, a nostalgia, o medo ou o orgulho nacionalista, ele constrói uma gramática política baseada na empatia seletiva: certos corpos são acolhidos como dignos de proteção; outros, rejeitados como inimigos ou ameaças.

Esse tipo de discurso também opera sob o radar da censura institucional das plataformas – abaixo do radar, Abidin (2021) – justamente porque seu tom emocional dificulta sua categorização como discurso de ódio clássico (escancarado). Não se trata de um insulto direto, mas de um *desabafo*, um *clamor popular*. A linguagem utilizada atua aqui como escudo e como isca: protege o enunciador e captura o público.

Desse modo, percebo que a violência simbólica por meio da linguagem não se instala como escândalo – ela se infiltra como norma. Um dos maiores perigos do discurso afetivo-reacionário ao mobilizar o ódio é justamente sua capacidade de se naturalizar no entremeio da linguagem cotidiana, sendo incorporado aos modos de ver, sentir e agir no mundo, sem ser imediatamente reconhecido como tal. O sucesso, a *felicidade* dos performativos desse discurso *afetivo-reacionário*, nos termos em que definiu Austin (1962), se deve também às ideologias linguísticas que estão hegemonizadas, que veem a linguagem como representativa, como representacional, porque há, como vemos, ideologias linguísticas incorporadas. Esse é, ainda, um tipo de performativo que não acontece em um contexto de normalidade, tal qual o performativo clássico explicado pelo autor, mas acontece em um contexto diferente: *de exceção, de guerra, de crise permanente* (Cesarino, 2022).

O que observo, com os dados que apresentarei, é a consolidação de um regime de verdade específico, que autoriza certas formas de dizer e invalida outras. A nova extrema direita brasileira, por meio de seus representantes e seus perfis midiáticos, tem operado uma

¹⁴ Caracterizo esse tipo específico de discurso como *afetivo-reacionário* tomando como base o que Brown (2019) argumenta sobre conservadores e tradicionalistas. Na perspectiva da autora, o reacionário não é somente aquele que se posiciona como simples oposição ao progresso, mas consiste em um modo político-afetivo de resposta ao que a extrema direita entende como perdas – de autoridade moral, hierarquias naturalizadas, centralidade do homem cis branco e heterossexual, soberania nacional e cultural e inteligibilidade do mundo social. A autora explica que o reacionário é aquele que reage à modernidade tardia, ao liberalismo democrático e à pluralização social e o faz não por meio de proposições de novos projetos, mas mobilizando afetos de ressentimento, nostalgia e moralização punitiva. Brown (2019) mostra como o neoliberalismo destrói os fundamentos democráticos enquanto, ao mesmo tempo, abre espaço para uma política reacionária que tem como base valores morais, religiosos e nacionalistas. Para ela, o reacionário funciona como uma resposta afetiva e moral à desintegração social produzida pelo próprio neoliberalismo.

reconstrução do senso comum – onde o que antes seria inaceitável se torna aceitável; a agressão se apresenta como sinceridade; o preconceito se transforma em opinião. A linguagem não apenas reflete essa mudança, mas é, ela mesma, o próprio motor do deslocamento. O discurso afetivo-reacionário é, ao mesmo tempo, performativo e iterável. Ele é entextualizado (Bauman; Briggs, 1990) em novos contextos, em novas vozes, em novos formatos – *stories*, *reels*, memes, textos legendados. E, nesse processo de circulação, ele se fortalece. Como alertam Butler (1997) e Derrida (1991), a repetição não é inocente: ela sedimenta regimes de valor, estabiliza categorias sociais e reafirma hierarquias. No caso brasileiro, o discurso afetivo-reacionário tem operado como tecnologia discursiva que torna a exclusão desejável e a desigualdade legítima.

As plataformas digitais, com suas lógicas algorítmicas de amplificação do engajamento, contribuem para essa normalização. Publicações que mobilizam afetos intensos – especialmente aqueles que dividem, indignam ou escandalizam – são favorecidas pelos sistemas de recomendação. Assim, discursos que performam moralidade, autenticidade e senso de urgência se tornam mais visíveis, mais compartilháveis, mais influentes. A violência simbólica passa a ser não somente tolerada, mas monetizada e amplificada.

O que está em jogo, portanto, não é somente a linguagem em si, mas as infraestruturas sociotécnicas (Cesarino, 2022) que mediam sua circulação. Olhar para o discurso como afetivo-reacionário, enquanto categoria, permite observar justamente essa interseção entre os afetos performados, os valores reacionários promovidos e os sistemas digitais que os sustentam. Entendo que essa é uma chave analítica possível para compreender como a linguagem da nova extrema direita brasileira é reacionária, dissimulada e funciona por meio de apelo emocional estratégico enquanto instala regimes de violência simbólica que, cada vez mais, são naturalizados.

Reconhecer esse tipo de discurso como afetivo-reacionário é uma forma de resistência, pois nomeá-lo é recusar sua camuflagem e analisá-lo é assumir e reposicionar a linguagem como campo de disputa política. É por isso que precisamos, em campos como a linguística, de categorias que ampliem nosso repertório analítico para além da dicotomia entre discurso de ódio e discurso *não-violento*.

1.1 LINGUAGEM ANTIPOLITICAMENTE CORRETA E IDEOLOGIAS LINGUÍSTICAS

Para dedicar maior atenção para a manifestação da violência linguística, que se dá em larga escala no meio político contemporâneo, precisamos nos atentar para o fato de que política, violência e poder são termos opostos, como explica Arendt (1969), mas coexistentes e atuantes. Com base no pensamento da autora, entendemos que a violência não funciona sozinha: ela precisa de outros mecanismos, através dos quais será desenvolvida. Por essa linha de observação, passamos a ver que a criação e a manutenção do poder político utilizam de violência e a violência existe porque há alguém que detém o poder político (de utilizá-la ou não) contra o outro. Para Arendt (1969),

“A violência e sua glorificação se explicam pela severa frustração da faculdade de agir no mundo [...], que tem suas raízes na burocratização da vida pública, na vulnerabilidade dos grandes sistemas e na monopolização do poder, que seca as autênticas fontes criativas” (Arendt, 1969, p. 11-12).

É nesse sentido, pois, que a autora nos explica que o poder político se utiliza de força e violência como técnicas de controle social e persuasão. Enquanto esse tipo de poder é visto como um instrumento de domínio, essa dominação, por vezes, se dá com a utilização da violência. Na perspectiva da autora, se o poder político consiste em fazer com que o outro aja conforme *eu* escolho que deva ser, de maneira que *eu* afirme minha própria vontade contra a resistência do outro, a violência é uma maneira de reafirmar tal poder e realizá-lo. Apesar de coexistirem e, em alguma medida, co-dependerem, ainda assim violência e poder não são a mesma coisa. Segundo Arendt (1969), “a forma extrema de poder é Todos contra UM; a forma extrema de violência é Um contra Todos. E essa última nunca é possível sem instrumentos.” (Arendt, 1996, p. 53). Ou seja, falar sobre violência é falar, no limite, sobre *quem* domina *quem*, sendo que, de alguma maneira, a violência é pré-requisito de poder – sobretudo e em especial aqui, o poder político.

Esse poder político pelo qual busca a nova extrema direita brasileira sobre o qual aqui me dedico, é combinado com a violência e costuma ser encontrado em sua forma extrema em certos governos. Como nos lembra Arendt (1969), jamais existiu um governo que fosse baseado única e exclusivamente nos meios da violência. Assim, com base no pensamento da autora, entendo que o poder é inerente ao governo, é a sua essência, enquanto a violência é um instrumento que, para ser utilizado, depende de justificativas que explicitem sua finalidade.

Ainda, segundo Arendt (1969), por necessitar de justificativa, a violência não pode ser a essência do poder e, ainda que pudesse ser justificável, nunca será legítima.

Diante de tais pontos, me interessa discutir aqui o fato de que poder e violência, ainda que sejam distintos, aparecem sempre juntos. Onde quer que apareçam, o fator primário e predominante dessa equação é o poder. No entanto, a dominação do homem sobre o outro se dá por meio da violência. Arendt (1969), nos lembra que a violência não depende de números, mas de implementos com ferramentas que amplificam e multiplicam o vigor humano. No meio político, sabemos, a perda de poder é tentadora para a utilização da violência. Surge aí uma tentativa de substituir o poder pela violência, na qual se utiliza o terror para manter a dominação sobre o outro. Na busca pelo poder (ou para mantê-lo), o homem age irracionalmente e utiliza a força da violência.

No caso do corpo político, também são inúmeras as possibilidades de utilização da violência. Ao chegarem ao governo, por exemplo, determinados partidos políticos impõem uma série de regras em detrimento próprio. Atualmente, um dos mecanismos mais utilizados nesse exercício é a violência em sua manifestação simbólica. Desse modo, estamos falando de palavras que ferem em uma ação dada na interação social, por meio da troca linguística entre os indivíduos. Atribuir essa agência e esse poder à linguagem implica na compreensão das ideologias linguísticas em circulação. Segundo Moita Lopes (2022), “ideologias linguísticas são crenças ou sentimentos sobre as línguas como são usadas em seus mundos sociais que alimentam também as teorizações de linguistas, elaboradores de políticas públicas etc.” (Moita Lopes, 2022, p. 17).

Considerando essa circulação se dá em um mundo no qual a velocidade acelerada dos acontecimentos da vida se tornou uma característica quase intrínseca aos novos moldes sociais, principalmente ao analisarmos questões que englobam a rapidez na circulação de conteúdos no ambiente digital, novos moldes para analisar e compreender a linguagem têm surgido, em especial para as ideologias linguísticas que convergem com a atual configuração *espaçotemporal*¹⁵. Esses novos moldes, aos quais me refiro, dizem respeito ao fato de que,

¹⁵ A grafia ‘*espaçotempo*’, segundo Moita Lopes (2022), tem sido agora frequentemente utilizada como manifestação da velocidade/aceleração com que precisamos compreender os espaços que ocupamos atualmente, considerando, inclusive, a digitalização da vida contemporânea.

segundo Blommaert (2014), as ideologias linguísticas nos oferecem um suporte para pensarmos a respeito das relações de poder que se dão entre a linguagem e a estrutura social.

Sob a ótica que compreende as ideologias linguísticas como crenças, ideias, visões e pensamentos a respeito de linguagem e comunicação, Blommaert (2014) explica que

[...] no campo das ideologias linguísticas, as pessoas conhecidas por desempenharem significados, e a “língua”, no sentido estrito do termo, é vista somente como um modo de produção de significado. As pessoas produzem semiose (comportamento simbólico significativo) como performance e o fazem dentro de um campo regimentado no qual as ideologias linguísticas produzem estabilidade e capacidade de reconhecimento. Vistas sob essa perspectiva, as ideologias de linguagem não são, de fato, simplesmente ideacionais: elas são práticas, no sentido de Bourdieu, referindo-se à *práxis* marxista mais do que à noção de Mannheim e Durkheim sobre ideologia. (Blommaert, 2014, p. 69).

Vemos que Blommaert (2014) aponta para o fato de que as ideologias linguísticas surgiram de uma preocupação a respeito das conexões entre linguagem e visão de mundo. Nos termos do autor, manipulamos e interferimos na língua com propósitos distintos, disseminando efeitos sociais reais que, dada a forma linguística em uso, serão, no limite, superiores a outras.

Diante disso, no entanto, não é novidade discutirmos questões que apontam, segundo Silva (2010), para a questão de que alguns usos linguísticos podem ser mais carregados do que outros. A violência, de um modo geral, consiste em um problema que atinge o meio social de diferentes maneiras, sem distinguir estruturas reguladoras, ao qual todos estamos sujeitos. A manifestação da violência por meio da linguagem tem a ver com a questão de que os recursos linguísticos são processos históricos, políticos, filosófico e culturais específicos, que justificam o fato de que algumas palavras são, de fato, mais adequadas a determinados contextos do que outras. O ponto central, então, talvez seja a emergência em lidar com a ascensão desenfreada de formas linguísticas que emergem do campo de observação que proponho: o meio digital.

Cada uso linguístico que o falante faz, desde a escolha de palavras até as categorias gramaticais, codifica uma percepção que esse indivíduo tem da realidade. Ou seja, as falas (re) produzidas não são ao acaso, mas culturais e sociais, utilizadas conforme a organização social, moldando o comportamento do sujeito. É justamente nesse sentido que Silverstein (1979) explica que as formas linguísticas que utilizamos são indexicais: as palavras carregam em si elementos do contexto em um funcionamento a partir de referências ideológicas. Na visão de Silverstein (1979) e Blommaert (2014), as palavras carregam em si significados indexicais –

significados que representam muito mais do que aquilo que conotam por si só a partir da compreensão do sujeito quanto ao significado daquela expressão.

A partir da noção de linguagem como ideológica e indexical (Silverstein, 1979; Blommaert, 2014), entendo que manipulamos e interferimos na linguagem de forma contínua, com finalidades socioculturais que visam uma organização social, histórica e cultural no ambiente. Notadamente, vivemos em uma sociedade em que ideologias linguísticas dominantes se sobressaem em relação às outras. À medida que significados distintos emergem, outros são apagados. Esse apagamento ocorre por meio do que Gal e Irvine (2000) chamam de diferenciação linguística. Para elas, a diferenciação linguística é o processo pelo qual diferenças linguísticas (de pronúncia, léxico, sintaxe, estilo, etc) são percebidas e destacadas como valor social em contextos de contato e contraste entre grupos. As autoras mostram que a linguagem não é apenas um reflexo neutro de diferenças sociais, mas um recurso ativo na construção de fronteiras sociais e políticas. A diferenciação linguística funciona, assim, como um mecanismo ideológico, pois certas formas de falar são tomadas como índices de identidade, autenticidade ou alteridade, e passam a marcar distinções de classe, etnia, gênero, religião ou região, entre outros. Para lidar com a diferenciação linguística e social, Gal e Irvine (2000; 2019) desenvolveram uma abordagem que se embasa na virada semiótica com Peirce (2008). As autoras constroem seu trabalho com a intenção de analisar a língua em relação à economia política e, para tal, compreendem a ideologia linguística como uma ideologia concentrada na linguagem, na fala ou no discurso – e não na política diretamente.

Tomando como base os estudos de Gal e Irvine (2000; 2019), compreendo que a ideologia linguística se preocupa, então, com os modos como as ideias e as suposições a respeito da linguagem são ligadas ao poder e à política. Na visão das autoras, a ligação entre ideologia e poder está pautada em uma diferença porque, como elas explicam, a ideologia incorpora um ponto de vista a respeito das questões de política e poder na sociedade. Esse ponto de vista, conforme elas argumentam, implica em considerar que o fato de as pessoas ocuparem diferentes posições de sujeito, com diferentes perspectivas, diz respeito ao seu entorno social. Dessa forma, a construção teórica das autoras nos leva a compreender que há sempre uma diferenciação, sendo (i) parcial, porque uma ideologia é a representação de um ponto de vista, somente, entre tantos outros e (ii) diferenciação de ideias, enquanto elas são conectadas com projetos sociais que favorecem alguns em relação a outros.

Nesse sentido, a diferenciação presente em uma ideologia é o que nos faz compreendê-la como um regime de valor¹⁶, porque os significados que emergem nesse contexto ideológico refletem nos modos como as pessoas agem na vida cotidiana. Um regime de valor afasta as pessoas do que seria uma falsa consciência enquanto atribui diferentes valores às coisas, afetando outros signos. Para explicar, então, como a linguagem – e uma ideologia linguística propriamente dita – deve ser pensada/considerada, sigo a concepção proposta por Gal e Irvine (2000; 2019), porque, segundo elas, o trabalho ideológico implica em ação social através do movimento de persuadir e mobilizar a si mesmo e aos demais, envolvendo a comunicação.

Gal e Irvine (2000; 2019) explicam que as ideologias têm escolhido o que pode ou não ser um signo indexical¹⁷, uma vez que fenômenos materiais, cognitivos ou emocionais, para chamar a atenção, fazem surgir o questionamento do que pode ser um sinal *disso* ou *daquilo* na interpretação. As autoras mostram que as ações são ideologicamente dirigidas, pois é através da ideologia que as pessoas percebem algo e fazem suposições a respeito de seu significado. No entanto, como elas mesmas apontam, os modos com os quais as pessoas fazem suas suposições não são a mesma coisa que a interpretação em si. Isso significa dizer que as pessoas utilizam seu conhecimento cotidiano para formar conjecturas a respeito do que *pode estar acontecendo*. Assim, Gal e Irvine (2000; 2019) nos mostram que os sinais (os signos indexicais) estão incorporados na vida social, moldando os posicionamentos e restringindo seus pontos de vista, ordenando suas perspectivas. O caso em tela, que apresento abaixo, ajuda-nos a perceber justamente os processos ideológicos que moldam os valores linguísticos e os corpos que a eles estão relacionados.

Figura 3: Captura de tela de publicação no perfil oficial de Júlia Zanatta no Instagram

¹⁶ Regime de valor diz respeito à forma como o significado de um signo é estabelecido e compreendido dentro de um sistema de relações. Não se trata do valor intrínseco ao termo, mas sim do valor que ele adquire através de suas relações com outros termos no sistema.

¹⁷ Ao seguir a semiótica de Peirce, Gal e Irvine (2000) apontam como *signo indexical* uma expressão linguística que aponta para algo social, como identidades, posições, afetos, valores etc.

Feliz Dia da Mulher

PESSOA QUE PARIU

O regime Lulopetista, recheado de ideologia woke, vê a violência contra mulheres no Brasil crescer vertiginosamente: **feminicídios batem recorde, denúncias de assédio aumentam e até figuras do governo estão envolvidas em escândalos.**

juliazanattasc • Seguindo

juliazanattasc • 21 sem

No Brasil do desgoverno Lula, nem a palavra "mulher" escapa da destruição ideológica. O Ministério da Saúde, em vez de resolver o caos na saúde pública, prefere brincar de dicionário e apagar a identidade feminina. Agora, mulher virou "pessoa que pariu".

O Brasil vive um governo mais preocupado em reescrever palavras do que em resolver problemas reais, de homens e mulheres. Querem apagar identidades e impor uma visão de mundo distorcida.

Por muito tempo usaram as mulheres, mas as máscaras caíram.

008 curtidas

Mensagens

Adicione um comentário...

Ano: 2023

FEMINICÍDIOS BATEM RECORDE EM 2023

O Brasil registrou 1.463 feminicídios, **o maior número da história**. A esquerda, que sempre usou a pauta feminina como bandeira política, fracassou em garantir segurança para as mulheres. Enquanto o governo foca em discursos ideológicos e pautas identitárias, a **violência real** contra as mulheres segue crescendo **sem controle**.

Brasil

Governo federal registrou 1.131 casos de assédio sexual em 2024

Dados da CGU apontam um aumento nas denúncias de assédio sexual dentro da administração pública

Daniela Santos, Maria Eduarda Portela

08/03/2025 02:00, atualizado 08/03/2025 08:59

Ano: 2024

EXPLOÇÃO DE DENÚNCIAS DE ASSÉDIO NO GOVERNO

1.131 casos de assédio sexual foram registrados **dentro da própria máquina pública**. O governo que se diz defensor das mulheres e da moralidade progressista não consegue nem garantir respeito dentro de seus **próprios ministérios**. O Estado inchado não protege as mulheres – pelo contrário, **se torna parte do problema**.

Lula demite Silvio Almeida após ministro ser acusado de assédio sexual

Ex-ministro dos Direitos Humanos foi denunciado por mulheres à ONG Me Too Brasil. Ele nega que tenha cometido assédio sexual.

Por Guilherme Mazzi, Pedro Henrique Gomes, g1 — Brasília

06/09/2024 19h02 — Atualizado há 6 meses

Setembro de 2024

MINISTRO DOS DIREITOS HUMANOS DEMITIDO POR ASSÉDIO

O Ministro dos Direitos Humanos, Silvio Almeida, foi **afastado após denúncias de assédio sexual**. Até a Ministra da Igualdade Racial, **Anielle Franco, estava entre as denunciadas**. O governo tentou **esconder o escândalo** até que a situação se tornou insustentável. A esquerda, que se diz feminista, acoberta abusadores quando eles fazem parte do seu grupo político.

Janeiro de 2025

DENÚNCIAS DE ASSÉDIO SEXUAL DISPARAM EM 2025

Nos primeiros 12 dias de 2025, foram registradas 34 denúncias de assédio sexual, **um aumento de 88% em relação ao mesmo período de 2024**. O governo que prega a moral progressista e tenta impor regras para a sociedade, não consegue nem conter o assédio entre seus próprios aliados. Mais uma vez, a retórica da esquerda cai por terra diante da realidade.

Fonte: https://www.instagram.com/p/DG82PHhOt-1/?img_index=1. Acesso em 05/08/2025.

A Figura 3 consiste em uma cena na qual a deputada federal catarinense, Júlia Pedroso Zanatta, em seu perfil oficial no Instagram, apresenta um carrossel que combina performance afetuosa com imprecisão discursiva polissêmica. Júlia Zanatta, como é conhecida, é uma mulher catarinense de 38 anos de idade, natural de Criciúma, uma cidade do sul de Santa Catarina, mãe de duas meninas, Helena (cinco anos) e Olívia (cinco meses). Ela foi eleita deputada federal no ano de 2022, com pouco mais de 111.000 (cento e onze mil) votos, vinculada ao Partido Liberal (PL). De extrema direita, Júlia é conhecida por seguir à risca uma política bolsonarista no âmbito nacional, lutando em favor do porte de armas e ativa na luta antifeminista. Sua imagem política ficou conhecida pelo fato de que ela utiliza uma tiara de flores como forma de identificação que, segundo ela mesma, representa a feminilidade da mulher e se refere ao traje típico germânico, comumente utilizado na *Oktoberfest*¹⁸ em Blumenau - SC, seu reduto eleitoral. Devido à ligação das flores com o traje típico alemão, Zanatta já se defendeu algumas vezes alegando que as flores não têm ligação qualquer com o nazismo.¹⁹

Em seu perfil oficial, no Instagram, com cerca de 741.000 (setecentos e quarenta e um mil) seguidores²⁰, a deputada tem se mostrado ativa e engajada em pautas defendida pela nova extrema direita brasileira. Na publicação acima, o conjunto de imagens compartilhadas por Zanatta no último dia 08 de março de 2025, compõe mais do que uma crítica política: constitui um ato discursivo complexo, performado no meio digital, que mobiliza afetos, estrutura antagonismos e reinscreve relações de poder por meio da linguagem.

O dia 08 de março, Dia Internacional da Mulher, é conhecido como uma data utilizada para celebrar as conquistas sociais, econômicas, culturais e políticas das mulheres, parte da luta histórica por igualdade de gênero e direitos femininos. Ao escolher especialmente essa data que marca, de forma tão importante, a história das mulheres, e divulgar uma montagem com “Feliz Dia da Pessoa que Pariu”, riscando a palavra “mulher” e acrescentando figuras do governo federal dispostas como plano de fundo da crítica, o que vemos é um jogo semiótico

¹⁸ A *Oktoberfest* é uma festa de origem alemã, considerada a maior festa germânica das Américas e a segunda maior do mundo, ficando atrás somente da *Oktoberfest* de Munique, na Alemanha. No Brasil, acontece na cidade de Blumenau, Santa Catarina, e celebra a cultura alemã por meio de música, dança, trajes típicos, bebida e gastronomia. A festa dura em média de 15 a 20 dias e atrai milhares de visitantes para a cidade de Blumenau, região metropolitana do Vale do Itajaí, terceiro município mais populoso do estado.

¹⁹ Mais informações sobre a adoção da tiara de flores disponíveis em: <https://crusoe.com.br/diario/por-que-julia-zanatta-adotou-a-tiara-e-vai-usar-cada-vez-mais/>.

²⁰ Dados contabilizados até 18 de agosto de 2025.

que exige uma leitura em camadas. É exatamente nesse ponto que percebo a noção de ideologia linguística, conforme discutem Gal e Irvine (2000), como fundamental para compreendermos como certos usos da linguagem são mobilizados como armas em disputas de sentido político e moral.

A expressão “pessoa que pariu”, retirada de um documento técnico do Ministério da Saúde e utilizada, naquele material, com o intuito de tornar mais inclusivas as políticas públicas para gestantes, é reposicionada na publicação como se fosse um símbolo máximo de uma suposta destruição ideológica promovida pelo governo federal. O uso dessa expressão por Zanatta é descontextualizado, desfigurado e iconizado negativamente, transformando-o em signo ideológico da ameaça progressista. A linguagem inclusiva é, nesse caso, utilizada como arma de distorção e de construção de um sentido real único, mobilizando questões como deformação da verdade, negação da biologia e um ataque ao que a nova extrema direita brasileira entende como “mulher de verdade”.

Esse deslocamento de sentido ilustra, com precisão, o processo de iconização, descrito por Gal e Irvine (2000): um traço linguístico é atribuído a um grupo social (no caso, a esquerda, o progressismo, o lulismo, o petismo) e passa a ser tratado como reflexo de uma essência supostamente distorcida²¹. A palavra “mulher” se torna, assim, símbolo de pureza, naturalidade, tradição – enquanto “pessoa que pariu” representa ameaça, artificialidade, decadência moral e desrespeito. A violência simbólica se instala justamente nessa oposição: os sentidos são embaralhados para que a diferença possa ser demonizada.

O conjunto visual da publicação intensifica essa operação: o rosto do presidente Lula em destaque, sorrindo como se estivesse debochando, seguido da substituição da palavra “mulher” por “pessoa que pariu”, reorganiza a cena da enunciação. Nesse movimento, o presidente da república é posicionado como agente da desconstrução e, ao mesmo tempo, como insensível à violência contra as mulheres – um duplo movimento que transforma o líder político em bode expiatório e utiliza sua figura pública para performar uma moralidade ressentida. Ao longo do *carrossel*²², os dados sobre feminicídio e assédio no Brasil são utilizados não como

²¹ Gal e Irvine (2000) explicam que a iconização consiste na utilização de uma diferença linguística como representação ideológica, como se fosse o ícone de uma característica social e/ou moral do grupo que a utiliza.

²² *Carrossel*, no Instagram, é um formato de publicação no *feed* (perfil) que permite agrupar várias fotos e vídeos, uma do lado da outra.

forma de mobilização contra a violência real, mas como argumento para deslegitimar a linguagem inclusiva. No jogo proposto pela deputada fica claro que os inimigos não são os agressores, mas sim a linguagem progressista, que “tolera” ou “oculta” a violência.

Nessa cena, ainda, estamos diante de um processo de apagamento, do qual também tratam por Gal e Irvine (2000). Segundo elas, o apagamento ocorre quando, como no caso em tela, sujeitos sociais inteiros (no caso, pessoas trans e não binárias) são eliminados da cena discursiva por não se enquadrarem nos moldes hegemônicos da identidade de *mulher*. O apagamento não é apenas silêncio – é negação ativa da existência. O uso de “pessoa que pariu” não é apenas criticado pela nova extrema direita brasileira, mas transformado em escárnio. A linguagem deixa de ser instrumento de cuidado e passa a ser objeto de zombaria.

Esse tipo de enunciado ganha força ao se ancorar em uma ideologia linguística referencialista, que supõe haver uma forma correta de nomear o mundo, em que cada palavra teria um único e verdadeiro significado. Dentro dessa lógica, “mulher” significaria exclusivamente a mulher cis, heterossexual, gestante, branca, cristã. Qualquer ampliação desse significado é lida como ameaça ou distorção – uma subversão da ordem natural. É essa ideologia que sustenta a crítica à linguagem inclusiva como se ela fosse uma violência em si, apagando, ironicamente, a própria violência que os dados apresentados indicam.

Além dos pontos acima que percebo de mais perverso nesse *post*²³ não é a crítica direta à linguagem neutra, mas sim a forma como ela – a crítica – se articula com os afetos. A publicação é performada como um lamento, uma denúncia, uma convocação à indignação. O afeto mobilizado pela deputada em seus simpatizantes é o do zelo com as mulheres – mas só com aquelas que se encaixam no regime de valor proposto. Então, observo que o discurso afetivo-reacionário se realiza exatamente nessa zona de ambivalência: ele finge proteger enquanto exclui, finge cuidar enquanto silencia. É exatamente por essa forma específica de agir que ele é tão eficaz no espaço digital – porque ativa afetos partilháveis, porque faz o público sentir, antes mesmo de fazê-lo pensar. Notadamente, não é somente esse o público atingido: quando pessoas que não enxergam a linguagem – e o mundo – sob essa mesma ótica se deparam

²³ *Post* é uma forma alternativa de se referir à postagens feitas nas plataformas de mídias digitais.

com essa cena, outros afetos são também mobilizados: outra forma de revolta, raiva, ódio, indignação etc.

Essa linguagem em circulação nas mídias tem consequências políticas. Ao construir discursivamente a imagem de um governo que *brinca de dicionário enquanto mulheres morrem*, a deputada não apenas reproduz um enunciado típico da nova extrema direita brasileira, mas organiza um antagonismo: de um lado, os supostos defensores do “bom senso”, da “verdade biológica”, da “mulher real”; do outro, os que promovem “ideologia de gênero”, “linguagem neutra” e “inversão de valores”. Essa oposição não é neutra: ela é política e nocivamente posicionada, pois legitima a exclusão de corpos que divergem da cis-heteronormatividade, o desmonte de políticas inclusivas e o silenciamento de existências minoritárias.

Diante de casos como o que a Figura 3 ilustra, pensar os efeitos da linguagem em ambientes digitais (Blommaert, 2020) exige atenção com as complexas práticas identitárias contemporâneas. A questão de que a linguagem deve ser considerada no contexto, pensando nas relações indexicais de poder e na ideologia linguística dominante que molda a sociedade, começou a passar por diferentes formas de discussão desde o avanço da digitalização da sociedade, reorganizando as estruturas sociais em micro-hegemonias que funcionam em função de um sistema maior (Cesarino, 2022). A diversidade sociocultural que caracteriza o mundo contemporâneo é fortemente influenciada por uma ideologia linguística que fornece uma percepção de mundo altamente segmentada. Na visão de Blommaert (2014), a ascensão das plataformas digitais caracteriza nossa sociedade por uma tensão entre vidas online e offline, na qual o individualismo se contrapõe à sociedade, uma ideologia de realização se contrapõe à realização individual e o capitalismo de consumo, que nos torna parte fundamental da economia da atenção²⁴ (Zuboff, 2019), se coloca no ponto central dessas tensões, induzindo paradoxalmente a escolha individual enquanto visa o consumo em massa de produtos semelhantes. Nesse capitalismo de consumo ao qual se refere Blommaert (2014), somos sujeitos que vivenciam uma falsa consciência ideológica, da qual a vida social é resultado de direcionamentos *invisíveis* – *via algoritmo, que explicarei no capítulo seguinte*. A ideia de que

²⁴ A economia da atenção, segundo Zuboff (2019), é um modelo de negócio nas plataformas digitais, que funciona mediante a captura e a modulação da atenção dos usuários humanos, transformando seus dados comportamentais em dados para direcionamento de conteúdos via algoritmo e, também, como ferramentas de monetização.

os sujeitos, na verdade, não são livres, mas estão sob uma construção ideológica da escolha individual, vende uma imagem de liberdade que culmina no “antiestruturalismo” (Cesarino, 2022), sobre o qual discutiremos adiante.

1.1.1 O discurso afetivo-reacionário como estilo de fala da nova extrema direita no Brasil e a mobilização do ódio

No contexto sociopolítico brasileiro contemporâneo, a linguagem passou a ser instrumento central na mobilização de afetos e antagonismos. Com a ascensão do bolsonarismo, a consolidação do discurso afetivo-reacionário se dá como um estilo de fala que articula emoções moralizadas com regimes linguísticos de exclusão, reorganizando o campo discursivo.

Durante toda a sua campanha presidencial de 2018 e durante o governo, para manter a máscara populista, o ex-presidente utilizou-se de expressões que semearam conflitos, zombaria e desqualificação. A linguagem, como ferramenta política utilizada pela nova extrema direita no Brasil, sobretudo desde a ascensão de Bolsonaro, é uma ferramenta que, entre outras coisas, maltrata, se equivoca, desmorona, traz falsas ideias e machuca. Das muitas estratégias que o bolsonarismo utiliza, a linguagem como manipulação da realidade é uma delas e, apesar disso, a retórica bolsonarista parece, por inúmeras vezes, não receber a atenção que deveria. Ainda que enunciados como “[...] *eu não sou coveiro* [...]”²⁵ tenham chocado inúmeras pessoas, sua figura não deixou de ser popularmente chamada de *mito*. Uma forma de deturpação do poder executivo parece surgir com a ascensão bolsonarista, na qual a linguagem é utilizada como arma de vingança e manipulação. Um efeito perlocucionário desse tipo de discurso revela uma performatividade que desafia as convenções esperadas de um chefe de Estado. Se como apontam Lempert e Silverstein (2012), a comunicação política contemporânea é marcada por performances públicas estilizadas, então no caso bolsonarista, esse estilo se ancora em informalidades, gírias, e um *ethos* de autenticidade agressiva.

Hoje, em um cenário altamente dividido, em que esquerda e direita se desdobram em uma luta constante, inclusive nas mídias digitais, encontramos-nos às vésperas de um novo pleito

²⁵ Bolsonaro diz: “não sou coveiro” ao ser questionado sobre o número de mortes por Covid-19 no Brasil. Reportagem disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/nacional/nao-sou-coveiro-diz-bolsonaro-ao-ser-questionado-por-mortes-por-covid-19/>. Acesso em 08/08/2025.

eleitoral. Ainda que eu esteja desenhando uma análise sobre elementos de nosso passado recente, a grande maioria desses recortes aqui discutidos são reflexos de um movimento que reverbera ações no presente e consequências para o futuro próximo. É justamente por isso que uma abordagem dos estudos linguísticos pode contribuir para a compreensão desses movimentos. Uma vez que diferentes compreensões da realidade têm sido associadas a diferentes leituras dos *mesmos* enunciados e do mesmo estilo linguístico (McIntosh e Mendoza-Denton, 2020), é preciso que consideremos os diferentes modos com que a linguagem produz significados e age no mundo, produzindo realidades.

É justamente em se tratando de manipular e deturpar realidades que Bolsonaro utiliza de estratégias linguísticas para atrair pessoas/seguidores, criando novas dinâmicas sociais e uma forma de autoridade *endeusada* que o coloca no centro da política de extrema direita contemporânea. No entanto, a linguagem por si só não explica os efeitos que ela mesma, na retórica bolsonarista, gera: medo, terrorismo, repúdio em alguns, verdade universal e carisma em outros. Um plano de fundo contextual se faz precioso e fundamental para a compreensão de todo ato de fala, o que não é diferente na política que perpassa o nexo online/offline. Considerando, então, que a linguagem utilizada por pessoas que ocupam funções políticas, como a de presidente da república, auxilia na criação de uma marca holística da figura política, segundo Lempert e Silverstein (2012), nossos recortes adiante explicitarão os modos como a ideologia linguística dominante modula os comportamentos sociais.

A estratégia comunicacional da nova extrema direita brasileira – bolsonarista – consiste em utilizar uma linguagem menos presa às convenções e muito mais coloquial, carregada de gírias e trocadilhos, como parte da estratégia populista para ganhar o povo, transmitindo, principalmente, a ideia de proximidade com as pessoas comuns, sobretudo mediante estruturas sintáticas de fácil compreensão. Para além de uma retórica carregada de ruídos e vícios de linguagem, “*tá ok?*”²⁶, e de uma opinião pessoal que justifica a escolha das estruturas sintáticas justamente pelo intelecto da própria figura de Bolsonaro, fato é que suas informalidades realmente atingiram o objetivo esperado (por eles): ocupar a presidência da república do Brasil.

²⁶ “*Tá ok?*” é uma expressão muito utilizada por Jair Bolsonaro em suas falas, que acabou virando um bordão popular e um *meme* na internet.

O uso de redes sociais, principalmente aquelas com caracteres limitados, facilita a superficialidade nos conteúdos divulgados, ainda mais para aqueles que não parecem querer fundamentar suas reivindicações. Aqui, por exemplo, ao me concentrar no discurso afetivo-reacionário que mobiliza o ódio e que circula no Instagram, no X e no YouTube a partir de parlamentares de extrema direita, os quais seguem surfando *a onda extremista inaugurada pela política bolsonarista, especialmente desde 2018*. Fato é, assim como apontam McIntosh e Mendoza-Denton (2020), que a ideologia linguística, ou seja, a escolha de palavras de cada indivíduo, cria problemas específicos e disso não está livre nem mesmo a figura daquele que ocupa a posição de presidente da república. A imagem construída discursivamente pelo ex-presidente, no entanto, criou um personagem que, como sabemos, não consegue mais ser sustentado por ele, ainda que o estilo linguístico e cada palavra sejam selecionados propositalmente para acomodar o público.

Outro ponto linguístico a ser considerado consiste no fato de que a ascensão de Bolsonaro à presidência é concomitante às ações verbais que acarretam em rupturas sociais que se reorganizam e reagrupam, estrategicamente ordenados. O mesmo ocorreu com Trump, ao que Slotka (2020) chamou de *apitos de cachorro* para o comando de reordenamento, ainda que as reconfigurações pareçam incoerentes, como o apoio daqueles que representam o outro repugnante, o corpo que não se quer habitar (Butler, 1997), e aqueles que divergem de seus próprios grupos sociais (o negro racista, o homossexual homofóbico, a mulher antifeminista etc.). Notadamente, uma das principais ferramentas para gerenciar essa divisão que ganha força a partir da nova extrema direita brasileira é a linguagem, como aponta Mendoza-Denton (2020), e isso se dá, por conta da performatividade linguística, presente nos atos de fala, ideologicamente utilizados, que indexalizam uma série de questões sobre o *eu* – no nexo online/offline. Um dos efeitos, como veremos melhor adiante, no terceiro capítulo, é a interpelação de um público específico (alvo), justamente pela familiaridade linguística, com base naquilo que consiste em estratégias linguisticamente abaixo do radar (Abidin, 2021).

Para compreender de que maneira as palavras podem moldar o mundo, é necessário olhar para o contexto – e não somente um contexto situado, mas também de forma mais ampla. Os efeitos de intertextualidade que a linguagem agrega, indexam outros sentidos e nos lembram de que o significado das palavras não é inerente somente àquele uso situado: é uma prática situada, mas que carrega uma historicidade de usos e eventos em contextos outros.

Notadamente, essa é uma das possibilidades que faz surgir o discurso de ódio, carregando consigo visões ideológicas.

O populismo digital (Cesarino, 2019) de Jair Bolsonaro não se deve ao tradicional populismo, que diz respeito única e exclusivamente à política. Enquanto a categorização de alguém como populista ou não, segundo Maly (2020), costuma ser baseada somente numa observação do discurso e das ideologias em jogo, o bolsonarismo emerge de um ambiente sociotécnico (Cesarino, 2022), no qual mobiliza outros elementos. No entanto, o cenário sociopolítico contemporâneo tem nos mostrado que as relações entre política e mídia, sobretudo a partir do espectro das mídias digitais e com especial atenção ao funcionamento da linguagem, exige atenção. Ao argumentar que o populismo contemporâneo se desenvolve a partir das mídias digitais, Maly (2020) e Cesarino (2020; 2022), mostram-nos como figuras como Bolsonaro se consolidaram como “verdadeiros representantes do povo” e de que maneira suas reverberações (discursivas) ecoam até os dias de hoje.

Portanto, pensar a mobilização e a disseminação do ódio no Brasil contemporâneo requer pensar o papel da linguagem na construção da realidade. O discurso afetivo-reacionário não somente reflete uma ideologia, ele é a própria realização de um projeto político. É através da linguagem que ele se dissemina, se naturaliza e se reproduz. É na materialidade das postagens dessa nova extrema direita reacionária no Brasil, dos vocábulos riscados, como no caso em tela na Figura 3, e dos afetos manipulados, que vemos em ação a performatividade e os efeitos perlocucionários da linguagem bolsonarista.

Para compreender melhor a arquitetura de rede que permite, ampara, propicia e impulsiona todas as estratégias linguísticas da nova extrema direita brasileira no nexos online/offline, na próxima seção apresentarei um pouco mais sobre o campo de investigação que nos permite essa discussão.

CAPÍTULO 2

AS MÍDIAS DIGITAIS COMO CAMPO ETNOGRÁFICO: ALGORITMOS E LINGUAGEM

PLANO DO CAPÍTULO

Como as mídias digitais mudaram o mundo? Essa foi a primeira pergunta que moveu meu interesse por compreender um pouco mais o efeito do mundo digital em nossa vida cotidiana. Aparentemente simplório, é um questionamento que me mostrou as razões teórico-metodológicas pelas quais percebo as plataformas de mídias digitais como um campo repleto de atuações políticas da nova extrema direita no Brasil e a circulação do ódio a partir da linguagem utilizada por eles.

Nesta seção, apresento as plataformas que observo como mídias centradas na visualidade e na brevidade (ou superficialidade). A arquitetura dessas plataformas é palco para a exposição de corpos, imagens e gestos. A semiótica desses índices revela estratégias para a disseminação de diferentes tipos de mensagens. Apresento, inicialmente, como as plataformas de mídias digitais se tornaram parte do espectro midiático de grande parte da população brasileira e as estratégias metodológicas utilizadas para a elaboração deste texto.

Na sequência, abordo como a arquitetura dessas redes, a partir da ação algorítmica e de um ambiente que propicia e estimula o uso de uma linguagem simples, acessível e de poucas palavras é capaz de moldar a vida em sociedade no nexo online/offline. Diante disso, apresento o meio digital como campo de investigação científica, explorando a linguagem como essencial para inscrição de um campo etnográfico.

2. A ALGORITMIZAÇÃO DA VIDA E AS HUMANIDADES DIGITAIS

A ascensão das plataformas digitais reconfigurou as relações sociais. Um colapso de contexto²⁷ (boyd, 2010) emerge, borrando o público e o privado e nos situando em um contexto social pós-digital (Blommaert, 2020), no qual as vidas não podem mais ser separadas em online e offline isoladamente. Segundo Blommaert (2020), nesse contexto fundido, o nexo online/offline propicia novas práticas de interação social, troca de conhecimento, aprendizagem, formação comunitária e trabalho identitário, afetando o fluxo de informações.

No entanto, segundo Miller e Horst (2021), estar altamente conectado não representa uma humanidade em que as relações podem ser mais facilmente mediadas, mas sim que o digital nos permite compreender e expor a natureza de questões sobre as quais já se discute desde a vida pré-digital. Ou seja, segundo a perspectiva dos autores, os problemas somente são reformulados a partir da digitalização da vida em sociedade, reconfigurando algumas partes, mas a essência, em si, é o que já existia antes da *web 2.0*; as mídias digitais, nesse sentido, apenas deram maior visibilidade para tais questões.

Para falarmos de digitalização, preciso, antes de seguir, apontar a definição de *digital* da qual mais me aproximo, sendo não uma distinção entre as categorias *digital* e *analógico*, mas a visão que compreende o digital

“[...] como tudo que foi desenvolvido por, ou pode ser reduzido ao código binário – isto é, *bits* consistindo de 0s e 1s. O desenvolvimento do código binário simplificou radicalmente a informação e a comunicação, criando novas possibilidades de convergência entre o que antes eram tecnologias ou conteúdos díspares. Usaremos essa definição básica, mas estamos cientes de que o termo digital tem sido associado a muitos outros desenvolvimentos. Estes incluem a teoria dos sistemas e a cibernética de Norbert Wiener (Turner 2006: 20–8; Wiener 1948), desenvolvidas a partir de observações dos mecanismos de feedback autorregulatórios em organismos vivos que não têm nada a ver com código binário, mas podem ser aplicadas à engenharia. Também reconhecemos que o uso do termo digital no discurso coloquial é claramente mais amplo do que nosso uso específico; sugerimos que ter uma definição tão inequívoca tem benefícios heurísticos que se tornarão evidentes mais adiante.” (Miller e Horst, 2021).

A partir do que apontam os autores, pensando o digital e a interface humano x máquina, entendo que as *mídias digitais* são as próprias plataformas de rede/redes sociais, enquanto a

²⁷ *Colapso de contexto* é um termo cunhado por danah boyd em 2010. Refere-se à dificuldade enfrentada pelos usuários em redes sociais ao gerenciar diferentes públicos e expectativas em um único espaço online. Essa situação ocorre quando informações destinadas a um grupo específico acabam sendo vistas por outros, com os quais não compartilham o mesmo contexto ou expectativas.

nomenclatura *mídias sociais* consiste no próprio conteúdo que circula nessas plataformas - as postagens em si (Miller *et al.*, 2019). Desse modo, compreendo as mídias digitais como os lugares em que convivemos uns com os outros e não como meros meios de comunicação.

Com isso, aponto que a influência algorítmica que vemos a partir das plataformas digitais moldam as inter-relações pessoais, desde pequenas escolhas cotidianas até a escolha democrática dos sujeitos em uma corrida eleitoral, como apontou Mello (2020), ao expor o investimento político da nova extrema direita brasileira em disparos em massa, especialmente via WhatsApp, de conteúdos desinformativos, manipuladores e violentos, nas eleições presidenciais de 2018 no Brasil. Para entender essa influência, primeiramente vejamos: um *algoritmo* consiste, de modo geral, em uma sequência finita de instruções para resolver um problema ou executar uma tarefa no campo da computação. Ele é implementado por meio de linguagem de programação e processado por máquinas: um conjunto de instruções para que uma máquina execute uma tarefa. Para o computador, essas instruções são traduzidas em código binário, ou seja, uma sequência numérica de 0 (zero) e 1 (um). Embora pareça simples — apenas uma sucessão de zeros e uns —, quando esses códigos se articulam em escala massiva, eles permitem que plataformas como Instagram, YouTube ou X, por exemplo, processem dados, calculem relevância e decidam qual conteúdo será direcionado para cada usuário.

Segundo Gillespie (2014), os algoritmos não são apenas cálculos técnicos, mas um código que carrega em si valores sociais e institucionais, já que são responsáveis por determinar o que se torna visível e relevante para os usuários de diferentes plataformas digitais. Ou seja, mais do que simples instruções matemáticas programadas para determinadas funções, os algoritmos se tornaram infraestruturas sociotécnicas (Gillespie, 2014; Cesarino, 2022), que moldam práticas de interação e circulação de sentidos. Implementado, hoje, nas plataformas de mídias digitais, os algoritmos são, segundo Gillespie (2014), códigos de ordenação social, pois além de processar números, moldam a visibilidade de discursos e a forma como as pessoas interagem online. Então, quando falo de influência algorítmica, me refiro ao fato de que da lógica binária básica emerge, como vemos em Pariser (2011), Gillespie (2014) e Cesarino (2020; 2023), como um aparato sociotécnico capaz de modalizar afetos, opiniões e até práticas políticas, personalizando a experiência de cada indivíduo, influenciando no nexo online/offline. Ademais, Zuboff (2019; 2021) explica que além de selecionar os conteúdos online, os algoritmos também são utilizados para prever e direcionar comportamentos futuros com valor econômico.

As relações sociais que se estabelecem a partir do ambiente digital trazem impactos e desdobramentos impensáveis até a popularização e dataficação²⁸ algorítmica das informações. Enquanto o senso comum não enxerga o direcionamento algorítmico pelo qual navega e acredita que na comunicação com outros usuários por meio das mídias digitais não há nenhum tipo de interferência, os *bots*²⁹ direcionam conteúdos linguisticamente manipulados entre as diferentes camadas existentes na comunicação digital (Abidin, 2021). Notadamente, é difícil para as pessoas perceberem que há uma movimentação, a nível de manipulação, por parte da plataforma, considerando que os usuários aprendem a se relacionar de forma fácil, rápida e confortável nesses espaços. No entanto, não é por podermos nos adaptar facilmente que devemos perder de vista a necessidade de pensarmos na complexidade em que consistem as relações humanas, intensificadas a partir do espectro das mídias. O fluxo de dados e o nível de agência das pessoas dentro da plataforma nos ajudam a pensar o efeito de rede de toda essa interação, observando o engajamento, isto é, as interações dos diferentes públicos nesse espaço.

Em nossa sociedade altamente digitalizada, na qual possuir uma imagem virtual é vital, Miller *et al.* (2019) afirmam que uma das principais atividades online é a publicação de conteúdo visual. Nesse ponto, por exemplo, observo a performatividade que emerge dessas interações comunicacionais online, entendendo que essa imagem é o que deixa o sujeito vulnerável porque é justamente ela que permite sermos atingidos pelo que quer que seja possível a partir das mídias. Distanciando-me de julgar benefícios e/ou malefícios, o que quero é deixar clara a questão de que há, nas mídias digitais, uma causalidade oculta, como aponta Cesarino (2022): por trás da ação dos algoritmos, há um objetivo – por parte da empresa – que o impulsiona a manipular a situação, uma vez que ele constitui a arquitetura de uma plataforma a qual, por sua vez, possui uma estrutura completa para produzir uma influência camuflada.

Segundo Cesarino (2022), essa ação algorítmica é possível porque as mídias digitais promovem uma fractalização do humano, categorizando indivíduos de acordo com marcadores sociológicos e, sem que eles percebam, separando-os em bolhas, orquestradas discursivamente

²⁸ Segundo van Dijk e Poell (2013), a dataficação é um dos mecanismos de operação das plataformas digitais, que consiste em transformar interações sociais em dados quantificáveis. Ela atua interligado com a comodificação (transformar esses dados em mercadorias vendáveis) e com a plataformização (expandir essas práticas para diferentes setores da sociedade, de forma que tudo precise passar por plataformas digitais).

²⁹ *Bot* é a abreviação de *robot* e diz respeito aos programas automatizados que executam tarefas de forma repetitiva e em alta velocidade na internet. No caso das plataformas de redes sociais, eles simulam atividades humanas como curtir, comentar, compartilhar etc. Woolley e Howard (2016) explicam que um *bot* é uma ferramenta de automação criada para amplificar conteúdos e influenciar percepções públicas.

pelos *bots*. Em um *jogo* de inclusão *x* exclusão, os algoritmos atuam performando transformações na rede, por meio das quais é ainda mais fácil a criação do público em rede do tipo antiestrutural³⁰ (Cesarino, 2022), sobretudo porque o território digital permite a disseminação (des)informações sem nenhum tipo de verificação. Nesse sentido, Crary (2023) afirma que

Nossa subordinação compulsória e passiva às redes digitais é essencial para a meta neoliberal de invisibilizar ou de tornar inconcebível qualquer abertura para modos não opressivos de viver, e esse projeto de produção e obediência e docilidade tem sido mais bem-sucedido nos Estados Unidos e em parte da Europa, Mas, [...] é no Sul global, onde o espírito de revolta nunca foi derrotado, que os caminhos mais relevantes para um mundo pós-capitalista estão sendo forjados. (Crary, 2023, p. 11).

Segundo o autor, a nossa relação subjetiva com as redes, conforme vemos no trecho acima, também tem tudo a ver com a transformação da internet, que ocorreu não somente por conta dos avanços na engenharia de sistemas, mas inclusive como parte fundamental da reorganização social do indivíduo como capital humano. Sem que o indivíduo perceba,

A internet eleva essa estratégia de realçar a diversidade e incentivar a compartimentação a um novo patamar de eficiência. Ao mesmo tempo, o fato de que as redes sociais fazem circular apenas as ideias de mais fácil apresentação, dilui e domestica programas potencialmente radicais ou insurgentes, sobretudo aqueles que não produzem resultados imediatos ou que possam exigir comprometimentos de longo prazo. Teóricos da comunicação identificam as formas pelas quais as mídias se transformam em “mecanismos de condução” que servem para limitar, moldar e redirecionar o debate público. (Crary, 2023, p. 27-28).

Percebemos, pois, que o argumento de Crary (2023) corrobora com a afirmação de Cesarino (2022) de que há uma soberania paralela das mídias digitais sobre o mundo externo/offline. Desse modo, as mídias digitais funcionam como um campo de recrutamento, pois são canais de superfície que capturam usuários para níveis mais profundos de agenciamento, camadas ocultas da *web*, espaços esses em que se promove a desconstrução da vida social como a conhecemos, possibilitando a produção de violências.

No que tange à política, conforme Miller *et al.* (2019), os conteúdos de mídias sociais tanto reforçam as condições já conhecidas quanto favorecem a eliminação de pontos de vista contrários. Segundo os autores, a atenção de muitos pesquisadores tem se voltado ao papel dos conteúdos de mídias sociais na organização da ação política. Enquanto muitas pesquisas tendem

³⁰ Antiestructuralismo, segundo Cesarino (2022), consiste na lógica política bolsonarista, que consiste em uma forma de pensamento e de prática discursiva que rejeita mediações institucionais, normas estabelecidas e formas de organização estruturada da vida social.

a acreditar que um dos papéis das plataformas digitais deveria ser o de aumentar significativamente a participação democrática do público nas discussões, o que se vê de fato é que existe um interesse pelo uso das novas mídias como base para formas alternativas de ação coletiva. De acordo com Miller *et al.* (2019), as redes sociais são amplamente utilizadas por figuras políticas na tentativa de aumentar a posição social e a popularidade, considerando que ser afiliado a determinados grupos é sinônimo de prestígio.

Miller *et al.* (2019) apontam que a relação entre as plataformas de mídias digitais e a política se aproxima devido ao fato de que ambas são vistas como fonte de entretenimento para grande parte da população. Na visão dos autores, a política oferece um espetáculo ao público, fazendo com que algumas informações circulem de forma séria e outras de forma humorística. Os pequenos grupos que se reúnem nos espaços digitais, tal qual aponta também Cesarino (2019; 2020; 2022), exploram a política por meio das mídias, aprimorando estratégias nos modos de fazer política. Na visão de Maly (2023), por exemplo, a digitalização, que afetou todos os campos da sociedade, alterou também a forma como as próprias pessoas na política falam sobre política. Para ele,

Os meios digitais tornaram-se uma parte normal e, em grande medida, invisível no nosso mundo. Eles estão apenas ali, prontos para serem usados. As plataformas digitais, seus algoritmos e as ideologias que estão embutidas nelas fazem parte do núcleo sistêmico invisível e auto evidente que organiza a vida cotidiana. Somente por causa desse status central no ambiente informacional das sociedades contemporâneas, os meios digitais são cruciais em qualquer projeto metapolítico contemporâneo. (Maly, 2023, p. 33 – tradução própria).

Nesse sentido, o autor explica que a algoritmização não é responsável somente por originar novas formas de circular mensagens, novos discursos e novas práticas sociais, mas também permite que as pessoas perpassem fronteiras em escalas muito maiores, trazendo a ideia de globalização para a cena das discussões que, antes, eram menos influenciáveis por esse aspecto, por exemplo.

Na concepção de Bentes (2021), as redes sociais são espaços privilegiados de observação e de conhecimento do comportamento individual e coletivo. Nesses espaços, os usuários compartilham publicamente informações privadas/íntimas, de forma voluntária. É justamente a partir dessa modulação do visível (Bentes, 2021), que plataformas como as que abordo aqui (e outras, é claro), ganham espaço na sociedade, sobretudo porque nessa interação do humano com a plataforma, a empresa coleta uma gama valiosa de informações a respeito do usuário, otimizando ainda mais as estratégias de direcionamento da economia da atenção

(Zuboff, 2015; 2019). No dualismo entre sociabilidade privada e pública, o capitalismo de vigilância ganha espaço: as *Big Techs* utilizam de tecnologias da informação e comunicação (TICs) e inteligência artificial (IA) para expropriar a experiência humana do uso das mídias digitais. É justamente a experiência humana que se torna a matéria-prima necessária para manter a era pós-digital (Blommaert, 2020; Cesarino, 2022) em ascensão, onde os dados comportamentais individuais, segundo Zuboff (2015), são a mercadoria do momento. O usuário, por desconhecimento ou não, cede seus dados pessoais ao “concordar com os termos de uso”³¹, utilizar serviços de rede ou simplesmente circular em espaços nos quais as máquinas estão presentes.

Ao se tornar parte da vida social contemporânea, a internet possibilitou um efeito de democratização no acesso à informação, mascarando o capitalismo de vigilância (Zuboff, 2015; 2019), que surgiu por trás do funcionamento das mídias sociais. As plataformas de interação online proporcionaram novas conexões às pessoas e todo o *glamour* que tais conexões oferecem trazem o efeito “*olha, parece que o telefone está me escutando*”, que tanto ouvimos *por aí*.

Zuboff (2015) aponta para a internet como um instrumento capaz de produzir uma sociedade que teria sido planejada para reduzir as pessoas a uma condição de animal primitivo, em termos de comportamento, quando o homem - sujeito pensante - apenas funciona como um organismo que se comporta de acordo com o ambiente. Isso decorre, segundo Miller *et al.* (2019), do fato de que a maioria das pessoas não percebe que os conteúdos que circulam por meio das mídias digitais exercem influência sobre suas vidas longe das redes. Para muitos, a conectividade diz respeito, conscientemente, a se manter por perto daqueles que estão fisicamente distantes. No caso desses indivíduos, os autores apontam que as plataformas desempenham um papel vital na manutenção de certas conexões que, em muitos casos, são consideradas mais importantes do que os relacionamentos offline, por exemplo. Notadamente, há sempre aqueles que não agem de acordo com a maioria, como é o caso, muito possivelmente, *meu e seu*. Ainda que esta tese não seja especificamente sobre *mim* ou *você*, mas sobre um padrão comportamental, é algo sob o qual todos vivemos e sempre vale lembrar que nem todos utilizam as plataformas de mídias digitais da mesma forma, com total desconhecimento de sua infraestrutura, por exemplo. Devido ao fato de que a grande maioria das pessoas considera

³¹ Expressão que diz respeito a *concordar* com os termos de contrato e/ou relação entre você, como usuário, e uma plataforma de mídias digitais. A grande maioria das pessoas utiliza as mídias e *aceita os termos* sem fazer a leitura do que é proposto pelas plataformas.

positiva a forma como as mídias digitais facilitam os novos moldes de relação social, Miller *et al.* (2019) apontam que existe uma grande transformação nas relações interpessoais a partir daí. Que as mídias digitais constituem um espaço sociotécnico (Cesarino, 2022) no qual muitas pessoas podem experimentar *coisas* que não podem ser/ter em suas vidas offline, não é novidade. Em especial no caso do Brasil, as mídias digitais tiveram um grande impacto na educação, no trabalho, nas relações interpessoais, na construção de identidades etc.

Ainda assim, esse também é um espaço de circulação de disparidades. No ambiente digital, espaço em que *todos* podem acessar, esse acesso de fato, por conta de desigualdades sociais, depende dos processos históricos e das estruturas políticas e sociais no tempo em questão. Segundo Miller *et al.* (2019), as plataformas digitais afetam a desigualdade pré-existente em nossa sociedade. Na visão dos autores, uma das formas de desequilíbrio mais visível é a questão da distribuição de riqueza e, consequentemente, da pobreza. No entanto, os desfavorecidos não são somente esses, pois as desigualdades econômicas são, na grande e esmagadora maioria das vezes, acompanhadas por questões como racismo, falta de representação política e acesso precário a recursos básicos (água potável, eletricidade, saúde e educação, por exemplo).

Atrelada às questões de discrepâncias sociais, vemos que a questão da mobilidade social também é afetada, à medida que os discursos que circulam nas redes sociais sustentam o que é adequado em relação ao entorno (Miller *et al.*, 2019). É por isso as mudanças sociais, como aponta Blommaert (2020), se dão no nexos online/offline, paralelamente entre mídias digitais e o mundo fora delas. Entendendo que ambos têm se diversificado de acordo com as diferentes realidades, mas que a espetacularização da vida contemporânea (Abidin, 2021; Bentes, 2021) é um desafio constante para entendermos essas práticas que repercutem justamente na vida social que se forma, contemporaneamente, nesse nexos online/offline.

2.1 AS MÍDIAS DIGITAIS COMO CAMPO DE INVESTIGAÇÃO CIENTÍFICA: PERFORMANCES QUE CAPTURAM

Das muitas plataformas entre as quais eu poderia escolher para a análise aqui empreendida e entre aquelas às quais observei mais de perto, o Instagram foi o campo de investigação que recebeu maior atenção, tal qual apontado na seção de introdução, por ser a

mídia digital com a qual tenho maior afinidade em termos de compreensão do funcionamento algorítmico. Considerei minha relação com a plataforma como um fator positivo para compreender as camadas que compõem nossa experiência digital nos dias de hoje, sobretudo porque um estudo etnográfico exige que o pesquisador esteja, de fato, inserido no campo. No entanto, ao observar os dados que aqui discuto, percebi as reverberações e/ou raízes de determinadas discussões em outras mídias digitais, como o YouTube e o X, o que me levou a dedicar atenção também a eles – muito mais pelo conteúdo do que pela infraestrutura.

Em outubro de 2010 surgiu o Instagram, criado pelo brasileiro Mike Krieger e pelo norte-americano Kevin Systrom para ser uma ferramenta gratuita de compartilhamento de fotos. Desde sua criação, a plataforma já passou por inúmeras atualizações e, do modo como a conhecemos hoje, ela já faz muito mais do que apenas oferecer suporte fotográfico. Diante da crescente e progressiva popularização da plataforma, em 2012 o aplicativo foi vendido para o Facebook em uma transação bilionária e seguiu sendo próspero. Ao se integrar ao Facebook, o Instagram se tornou o primeiro membro daquilo que o próprio Mark Zuckerberg, fundador e CEO do Facebook, denominou *family of apps*³², a qual em 2015 também recebeu o WhatsApp como membro. Fato é que, na busca por retorno financeiro, o Instagram foi recebendo atualizações com a implementação de múltiplas ferramentas de interação e aparência em suas funcionalidades, tal qual as outras plataformas em evidência neste texto, o YouTube e o X.

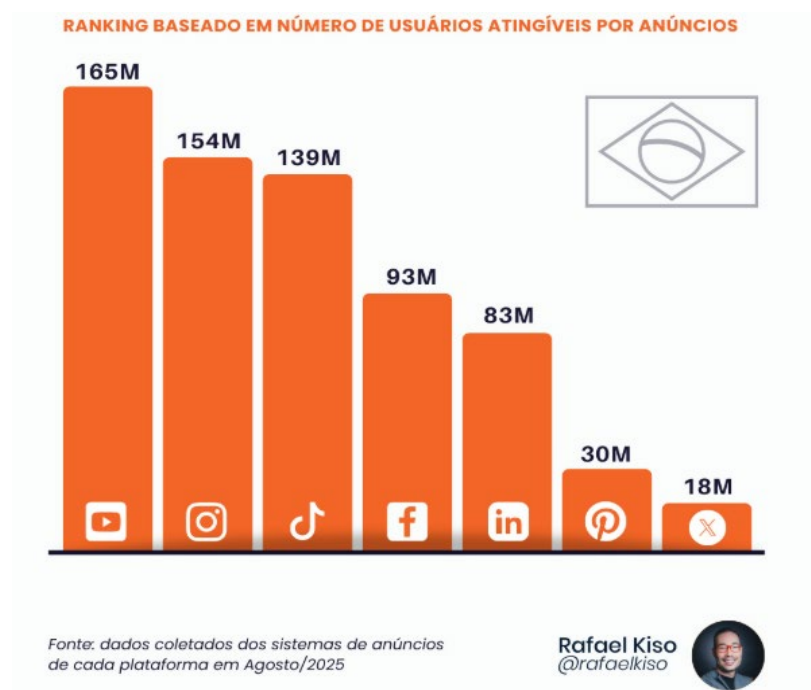
Segundo Bentes (2021), no caso do Instagram, especialmente, a busca por esse sucesso e pela popularização se deu com o contorno de três pontos, sendo (i) proporcionar a divulgação de imagens com qualidade semelhante à profissional (com a aplicação de filtros); (ii) o compartilhamento simultâneo em múltiplas plataformas e (iii) o *upload* de imagens, para otimizar a experiência do usuário. Notadamente, essas atualizações o tornaram cada vez mais atrativo. Conhecido por se tratar de um aplicativo criado para proporcionar aos usuários a experiência de “compartilhar momentos específicos” (Bentes, 2021, p. 98) da vida, o Instagram é palco para espetáculos da vida cotidiana, exigindo-nos atenção quanto à vigilância proeminente na plataforma. Na concepção de Bentes (2021), o Instagram é um “dispositivo estratégico para analisar as lógicas mais amplas que integram o regime de visibilidade

³² Hoje a empresa passou a se chamar Grupo Meta, tendo outros aplicativos integrados em sua *família* e possibilitando a integração de conteúdos entre plataformas de maneira automatizada. Além disso, há a possibilidade de integração com outras empresas de plataformas digitais, formando uma grande rede de integração de conteúdos (e dados de usuários).

contemporâneo” (Bentes, 2021, p. 20). Somos capturados pela tecnologia, por meio de uma *força irresistível*, presente na arquitetura das mídias. A questão nesse caso, segundo a autora, é que plataformas como o Instagram oferecem muitas ferramentas para a produção de o consumo de imagens através da modulação das diferentes formas possíveis para *ver e ser visto* (boyd, 2020). Portanto, quanto mais tempo o usuário passa conectado nas mídias digitais, mais gira a economia da atenção (Zuboff, 2015; 2019; Bentes, 2021).

O número de usuários, no Brasil, que utiliza as três plataformas aqui apresentadas, Instagram, X e YouTube, isolada ou simultaneamente, ultrapassa a marca das 337 milhões de pessoas, segundo dados estatísticos apresentados por Kiso (2025)³³, conforme vemos abaixo:

Figura 4: Gráfico de uso das plataformas digitais no Brasil em 2025.



Fonte: <https://www.instagram.com/p/DNp0NcEx9de/>. Acesso em 29/08/2025.

Uma pesquisa de opinião publicada na *RD Station*³⁴ aponta outros dados relevantes para nossa discussão: O Brasil é o quinto país do mundo em que as pessoas passam mais horas por dia nas redes sociais; em se tratando de interação polimidiática³⁵, o Brasil é o quarto país

³³ CEO de uma empresa de gestão inteligente de mídias digitais.

³⁴ Empresa de marketing digital que explica o funcionamento de algumas plataformas como forma de renda. Fonte: <https://www.rdstation.com/blog/marketing/redes-sociais-mais-usadas-no-brasil/>. Acesso em 20 de março de 2025.

³⁵ Ambiente polimidiático diz respeito, segundo Miller *et al.* (2019), à grande diversidade de plataformas digitais que as pessoas utilizam simultaneamente, estando sob influência de diferentes algoritmos, os quais possuem diferentes finalidades.

do mundo, totalizando a média de oito redes sociais simultaneamente ativas e em uso por pessoa. Além disso, nosso país está em segundo lugar entre os que mais seguem influenciadores e a mesma posição quando o assunto é consumo de notícias via redes sociais. Isso se liga à questão de que para que a economia digital prospere, a captura da atenção e a mobilização dos usuários, conforme Zuboff (2015; 2019) faz com que os usuários passem o máximo de tempo conectados nas plataformas, algo que, segundo a autora, também se deve à velocidade algorítmica que, por meio dos diferentes processos de monitoramento digital que classificam e reconhecem padrões individuais, fornecem conteúdo personalizados e em alta velocidade.

A ação por trás das redes sociais, que os usuários comuns costumam não compreender, diz respeito ao fato de que os dados que cada um de nós informa para a plataforma se tornam extremamente valiosos na mercantilização, uma vez que outras empresas interessadas nesses dados conseguirão otimizar sua oferta de produtos. Bentes (2021) explica que

[...] essas plataformas disputam ferozmente a atenção do usuário, uma vez que dependem dela para o acúmulo de seu capital. Sendo assim, para atrair e manter a atenção dos usuários vinculada aos serviços, de modo que eles fiquem o máximo de tempo possível conectados, as estratégias dessas empresas visam transformar o uso de suas plataformas em um hábito, isto é, em um comportamento automático que repetimos com pouco ou nenhum pensamento consciente. (Bentes, 2021, p. 25).

É a partir daí que a autora nos mostra que a arquitetura das plataformas é desenhada para que em uma mente sistemática (Bateson, 1979) como a nossa, a linguagem, em conjunto com a interface, prenda a atenção humana sem exigir, necessariamente, esforço cognitivo. Por outro lado, Bentes (2021) explica que não só a atenção é capaz de prender o usuário, como o interesse subjetivo por ver e ser visto, muitas vezes de forma muito diversa de sua realidade offline, também contribuindo para a economia da atenção como parte constituinte e importante da sociabilidade contemporânea.

Bentes (2021) explica que o Instagram, em relação a outras plataformas, é um excelente exemplo/espço para observar os diferentes níveis de visibilidade dos usuários e isso porque cada usuário vê e é visto de uma maneira diferente para cada parte que compõe essa arquitetura: as empresas, os seguidores e os seguidos se enxergam distintamente. Diante disso, entendemos que as transformações sociotécnicas deslocam e moldam as subjetividades expostas a essa rede de uma dada maneira. As performances online, em especial as linguísticas, a partir da algoritmização à qual o sujeito está exposto, reverberam com efeitos perlocucionários

offline. Nos termos da autora, é aí que “convoca-se constantemente o olhar do outro para assistir e aplaudir suas performances individuais” (BENTES, 2021, p. 27). Para ela,

Ao estabelecer os vínculos através do mecanismo seguir e ser seguido - que não implicam uma suposta relação social a priori para além da pura vontade de ver e ser visto -, o Instagram lança seus usuários na conquista constante pela atenção do outro através dos seus shows de performance. No palco das telas da rede social, os usuários são ao mesmo tempo artistas e curadores de suas imagens otimizadas, que seguem critérios estéticos e performáticos para serem apresentados em uma exposição [...] de si. (Bentes, 2021, p. 28).

É, como aponta a autora, a partir desse movimento que a categoria profissional dos *influenciadores digitais/selfie influencers*, presença massiva no Instagram, surge. Os modos de agir por meio de performances linguísticas e corporais representando autonomia, autenticidade, vida ativa, saudável, feliz e focada, *modus operandi* dos influenciadores digitais, faz com que essas pessoas capitalizem sua própria imagem. Os *selfie influencers* atraem e mantêm, com a ajuda do algoritmo, um amplo número de seguidores conectados regularmente aos seus *espetáculos empreendedores*. Em sua exposição online, essas pessoas criam identidades comportamentais e linguísticas que passam motivar e, sobretudo, influenciar os modos de ser, agir e pensar daqueles que os seguem. Arelada a essa prática, surge, na composição da vida cotidiana atual, aquilo a que boyd (2010) chamou de *necessidade existencial* de ver e ser visto.

Na palma da mão dos usuários, as plataformas de mídias digitais carregam em si características tecnológicas que atuam nas diferentes formas de relação social. De acordo com Bentes (2021), as ações sociotécnicas produzidas pelas redes sociais modulam tanto empreendimentos financeiros quanto as subjetividades, sobretudo através da combinação de linguagem verbal e imagens. A retroalimentação, por meio de perfis constantemente alimentados com dados do usuário e direcionados algoritmicamente, atua como uma modulação do visível, fazendo com que o aplicativo participe ativamente do agenciamento humano e maquínico. Os modos de ação entre o humano e a máquina se dão em uma interface que permite ao usuário curtir, seguir, excluir, bloquear, restringir, compartilhar, salvar, remixar, comentar etc. Para além de verbos de ação, há uma constante movimentação, conforme aponta Bentes (2021), entre o usuário e as múltiplas formas de uso dos recursos técnicos, das quais emoções como ansiedade, expectativa, desejo e receio, por exemplo, surgem.

Dentre as inúmeras e constantes atualizações das plataformas digitais, uma aqui merece especial atenção no caso do Instagram: no ano de 2016, o Instagram parou de organizar o *feed* em ordem cronológica (Bentes, 2021) e passou a ordenar as publicações de acordo com

uma organização algorítmica. Ou seja, daquele momento em diante o *bot* passou a determinar o que você vê, supostamente sob a categoria de *sua preferência em visualizar*. Tomando como base a relação do usuário na sua interação com a plataforma, o sistema algorítmico infere quais são as preferências de cada usuário, ofertando e visibilizando conteúdos direcionados. A partir desse momento, o que começamos a perceber, cada vez em maior intensidade, é a presença de publicidades/imagens patrocinadas em um curto intervalo entre publicações, um mecanismo que passa a ganhar força também em outras mídias digitais. Bentes (2021) argumenta que

[...] ao mesmo tempo empresa, aplicativo e rede social, o Instagram compõe um território social híbrido onde estão associados atores humanos e não humanos a partir de diferentes modulações do visível. Ver e ser visto são condições estruturais às dinâmicas das relações, as quais estão em constante adaptação a partir dos recursos do aplicativo. (Bentes, 2021, p. 70).

Sob a perspectiva da autora, o agenciamento sociotécnico exige que os usuários se mantenham conectados por meio da produção e do consumo de imagens, de forma assídua e constante em seus cotidianos. Essa dinâmica, alcançada através das diferentes estratégias disponíveis na plataforma, mantém uma economia que gira em torno de visibilidades que se entrecruzam em articulações nas diferentes camadas algorítmicas. Para Bentes (2021), as condições de visibilidade no Instagram fazem com que a vigilância e o espetáculo coexistam nas mesmas relações. Para ela, é justamente essa coexistência mútua que faz com que seja possível ser visto na sociedade contemporânea. Segundo a autora, isso se deve ao fato de que as imagens espetaculares, cheias de filtros e outras sobreposições de elementos, produzam um valor positivo em relação ao *se fazer visível*, ao mesmo tempo, em contrapartida, desperta o interesse nos espectadores em continuar observando. Plataformas como o Instagram, segundo Bentes (2021), ganharam espaço porque as imagens espetaculares foram o atrativo para os indivíduos que, sob o espectro da mídia, se fizeram/tornaram visíveis *para o mundo*. Na visão da autora, fazer-se visível e a espetacularização das imagens são duas faces indissociáveis da experiência online e da construção sociotécnica de um sujeito na sociedade contemporânea.

O que Bentes (2021) defende e explica é que justamente a partir da observação assídua do outro, o sujeito molda seu comportamento e suas próprias escolhas. O problema, como temos discutido ao longo do presente estudo, é justamente a velocidade com que esse ambiente se transforma e oferece uma interação mediada, direcionada e dirigida pelo algoritmo, totalmente enviesada para determinadas finalidades, modificando gradativamente a construção sociotécnica da sociedade contemporânea. As mídias digitais, como palco de espetacularização

da vida cotidiana, possibilitam, além dos muitos modos de ver e ser visto, uma configuração discursiva que atenda aos interesses subjetivos em jogo.

O recorte que aqui faço para compreender a reconfiguração da complexidade presente na relação entre o humano e o digital, em uma interação na qual se alimenta, coleta e armazena dados, mostra-nos que as mídias digitais, em especial o Instagram, crescem porque oferecem uma imagem de si como algo inofensivo aos usuários. No entanto, tenho discutido aqui que é justamente da facilidade com que se utiliza a linguagem e as imagens para manipular os usuários nesses ambientes, que não somente as empresas, mas também a política, sobretudo a nova extrema direita brasileira utiliza. Segundo Miller *et al.* (2019), os usos de mídias digitais têm sido favoráveis para uma comunicação visual e superficial. Segundo os autores, a popularidade de plataformas como as que abordo aqui aponta para o fato de que as mídias funcionam ainda mais efetivamente quando o núcleo do conteúdo é imagético e o texto em si é periférico. Enquanto temos discutido que a associação entre humanos e não humanos constrói a rede social e articula diversas camadas de visibilidade, o Instagram, especificamente, nos oferece diferentes camadas e assimetrias de olhar, dentre as quais Bentes (2021) destaca três: (1) a visibilidade dos usuários aos olhos da empresa; (2) a visibilidade que os usuários produzem de si mesmos por meio do conteúdo que compartilham e (3) a visibilidade do usuário aos olhos de outros usuários.

Assim, entendo as plataformas de mídias digitais como um lugar em que se vive muito mais de aparências, com usuários cujas performances exibem imagens perfeitas, transmitem a ideia de uma vida sem problemas, fácil, glamorosa, com belos corpos, que seguem um padrão socialmente estabelecido, uma realidade cis-heteronormativa sem violência. As performances espetaculares, em que todos aparentam ser algo, prendem a audiência e levam o espectador a desejar aquela realidade que, na verdade, muitas vezes é inalcançável. A vigilância e o espetáculo, segundo Bentes (2021), regimes ópticos de poder, entram em cena. Enquanto o processo de produção e consumo de imagens instrumentaliza novas formas de espetacularização, os mecanismos de monitoramento de dados inauguram um tipo de vigilância que orienta a utilização das plataformas, ao que considero nossa relação com as plataformas parte do que penso ser um *novo modo de sociedade do controle*.

Segundo Bentes (2021), podemos pensar que os nexos recíprocos entre vigilância e espetáculo não apenas constituem parte das estratégias disciplinares da contemporaneidade,

como também podem ser encontrados no próprio funcionamento interno/estrutural das instituições. Os moldes sociais de viver a vida digitalmente desempenham novas técnicas de operação do controle à medida que a vida offline sofre os impactos direcionados pelo algoritmo e pelas ações online dos sujeitos. A falsa ideia de que o sujeito é livre para fazer suas próprias escolhas, enquanto as tecnologias digitais exercem o real controle é perceptível, por exemplo, com a ascensão dos telefones móveis, pois os indivíduos passam a circular sempre conectados e, sem perceberem, vigiados. O poder que os algoritmos desempenham sobre a vida em sociedade é cada vez mais sutil e menos evidente. Bentes (2021) explica que, além de serem eficientes em seus efeitos de sujeição dos corpos e suas subjetividades, os algoritmos possuem infinitas capacidades de registro e monitoramento, produzindo novas formas de conhecimento sobre o indivíduo e o coletivo. Em sua análise, a autora aponta que essa vigilância contemporânea ocorre na forma de uma onipresença, pois

[...] a vigilância é distribuída de modo descentralizado, sem hierarquias estáveis, pelos mais diversos dispositivos, serviços, ambientes, propósitos, funções e significações. Terceiro, os objetos e os alvos de vigilância não são definidos *a priori*; com efeito, todos podem ser potencialmente vigias e vigiados. Quarto, da mesma maneira, diversos dispositivos não estão direta ou intencionalmente voltados para o exercício da vigilância *stricto sensu*, mas, em muitos casos, são um efeito colateral ou característica secundária de um dispositivo cuja função primeira é outra - como é o caso do Instagram. Quinto, a vigilância se distribui também entre os agentes humanos e não humanos: cada vez mais realizada por sistemas técnicos automatizados, permite-se que ela seja exercida a distância, em tempo real, com baixo custo e possibilitando extensões impensáveis para os limites estritamente humanos. Sexto, as atuais práticas de vigilância não estão restritas aos circuitos de controle, segurança e normalização, mas estão intensamente presentes em circuitos de entretenimento e prazer, mobilizando formas de desejo, libido, diversão e sociabilidade [...]. (Bentes, 2021, p. 80-81).

Assim, segundo a autora, ver e ser visto online reconfigura sentidos como reputação, pertencimento e admiração, por exemplo, aflorando um valor positivo e um desejo de compor o grupo. Desse modo, o construto formado por câmera, tela, sistema de registro, edição, classificação e descrição de imagens forma um território propício para, em meio ao não humano, uma série de efeitos sociais se constituírem. As plataformas tornaram-se solo fértil para produção e consumo de imagens e informações, propiciando uma nova forma de performance individual enquanto desloca as subjetividades contemporâneas. À medida em que o colapso de contexto (boyd, 2010, Abidin, 2021; Cesarino, 2022) borra as fronteiras entre o público e o privado, as subjetividades são moldadas em volta de uma nova topologia, na qual a exterioridade é a nova configuração social. Ainda, essa topologia exteriorizada da

subjetividade, segundo Bentes (2021), convida o outro a interagir constantemente, na condição de espectador, por meio de curtidas, comentários, compartilhamentos etc.

2.2 ESTRATÉGIAS METODOLÓGICAS

A investigação que realizei em minha pesquisa e que resulta nas discussões apresentadas neste texto estão inseridas no campo da Linguística Aplicada, dialogando transdisciplinarmente (Moita Lopes, 2012), com uma vertente crítica dessa LA para analisar os discursos em circulação e com a antropologia linguística. Parto do posicionamento, conforme apresentado ao início das discussões, de que a linguagem não é apenas uma mera representação do mundo (Austin, 1962), mas que ela produz efeitos (sociais e políticos); discursos são práticas situadas, atravessadas por questões de ideologia, afetos e tecnologia (entre outras, mas as quais me interessam aqui); e o espaço digital não consiste em um ambiente *separado* da realidade, mas é, na verdade, um *prolongamento* da vida social (Cesarino, 2022).

Diante desse posicionamento, justifico a escolha metodológica por abordar uma investigação de cunho qualitativo, desenvolvendo um trabalho etnográfico com a linguagem no meio digital, direcionando a análise para processos e significações, não para mensuração. Para que essa pesquisa pudesse ocorrer, adotei uma investigação etnográfica da linguagem nas plataformas digitais Instagram, X e YouTube, com um recorte empírico em torno de três parlamentares catarinenses (Bericó – vereador, Ana Caroline Campagnolo – deputada estadual, Júlia Zanatta – deputada federal) e Jair Bolsonaro, acompanhando e observando suas publicações nessas plataformas em um recorte temporal que se dá entre os anos de 2021 e 2024, com maior atenção ao ano de 2024, por ser ano eleitoral (eleições municipais).

A organização e sistematização dos dados se deu por meio de um trabalho etnográfico com a linguagem, escolhido porque permite, como estruturação da pesquisa, compreender o funcionamento real dos discursos em circulação no nexo online/offline. Realizei uma observação sistemática dos perfis, em torno de postagens, comentários, interações e horários de interações nas plataformas, construindo o *corpus* por meio de registros de vídeos, legendas, comentários, reações do público e encadeamento discursivo presente nas publicações que respondem a outras – quanto a este último, o encadeamento, foi por conta dele que analisei mais de uma plataforma simultaneamente. Desse modo, construí um arquivo de campo digital,

composto por *prints*, transcrições e anotações observacionais, dos quais alguns compõem o presente texto.

A densidade analítica em torno dos dados é garantida por critérios de seleção. Escolhi analisar dados que apresentassem (i) centralidade do discurso para a agenda moral da nova extrema direita brasileira; (ii) alto engajamento (comentários, curtidas, compartilhamentos, repercussão); (iii) uso estratégico da linguagem; (iv) efeitos offline (cenários que trazem assédio, perseguição, mobilização política).

Para analisar o *corpus* composto por tais dados, considerando o funcionamento no nexo online/offline, utilizei três níveis de análise: (1) linguístico-discursivo; (2) performativo; (3) sociopolítico. Com o primeiro, observei escolhas lexicais, metáforas, eufemismos, apagamentos e formas de endereçamento; com o segundo, o que o discurso faz e não apenas o que é falado, a produção do inimigo, a legitimação da violência simbólica e a convocação do público; com o terceiro, observei a relação discursiva com as ideologias conservadoras, a articulação com projetos autoritários e os efeitos institucionais (como a escola, por exemplo).

A escolha metodológica delineada para que o presente estudo fosse possível, propõe uma possibilidade de tornar visível aquilo que opera discursivamente abaixo do radar institucional, por meio das plataformas digitais e com escolhas discursivas estratégicas, mostrando como linguagem, afetos e tecnologia se articulam na produção contemporânea do autoritarismo e do que hoje vemos como modo de ação da nova extrema direita no Brasil.

2. 3 FUNCIONAMENTO ALGORÍTMICO NO INSTAGRAM

De acordo com a *RD Station* (2024), o Instagram funciona a partir de quatro algoritmos, até o presente momento, sendo um para cada ferramenta de exploração, pesquisa e compartilhamento de informações: (i) *Feed*; (ii) *Reels*; (iii) *Story* e (iv) *Explorar*. Conforme a interação do usuário com a plataforma e com outros usuários, cada algoritmo, em cada ferramenta de interação dentro da plataforma, atua em conjunto (diante dos dados do usuário) e individualmente (direcionando os conteúdos naquela janela específica do Instagram). Isso significa que para cada ferramenta que você utilizar na plataforma, o algoritmo vai responder, individual e coletivamente, com uma determinada finalidade. De modo geral, o *feed* é conhecido como a área principal do aplicativo, um espaço em que você vê as publicações dos

outros usuários. Essas publicações podem ser compartilhadas em forma de fotos, vídeos ou *reels*³⁶ que são, geralmente, acompanhadas por legendas (na maioria das vezes curtas) e *hashtags*³⁷ que ajudam a atrair os usuários. No caso do *feed*, o algoritmo utiliza dados da interação do usuário, como curtidas, comentários, tempo de visualização, compartilhamento e salvamento para determinar a ordem em que as publicações serão exibidas. Ou seja, cada um de nós, ao utilizar o Instagram, lida com uma realidade específica, formada a partir de interação subjetiva com a plataforma. Os algoritmos personalizam a experiência de cada usuário, exibindo conteúdos que, conforme o rastreamento que ele faz, acredita que serão mais relevantes e interessantes para cada um, seguindo os interesses da empresa.

De modo geral, de acordo com a *RD Station* (2024), o algoritmo do *feed* do Instagram funciona considerando a interação do usuário a partir de: (1) Interação do usuário, que diz respeito à quando o algoritmo analisa o comportamento individual de cada usuário - as publicações que curte, comenta, compartilha em seu próprio perfil, salva, encaminha para outros usuários, o tempo que passa visualizando determinado conteúdo; (2) Relevância do conteúdo, que consiste em quando o algoritmo, a partir dos dados de interação do usuário, identifica o conteúdo que é mais relevante para cada usuário, levando em consideração as informações que deteve da interação do usuário com a plataforma; (3) Recenticidade, que é quando o algoritmo considera o tempo como um elemento central - ou seja, as publicações mais recentes costumam ter maior destaque no *feed*; (4) Conteúdo sugerido, que se trata da capacidade do algoritmo mostrar conteúdos de páginas/perfis que o usuário não segue, mas que, diante da interação do usuário, acredita que ele vá gostar e (5)

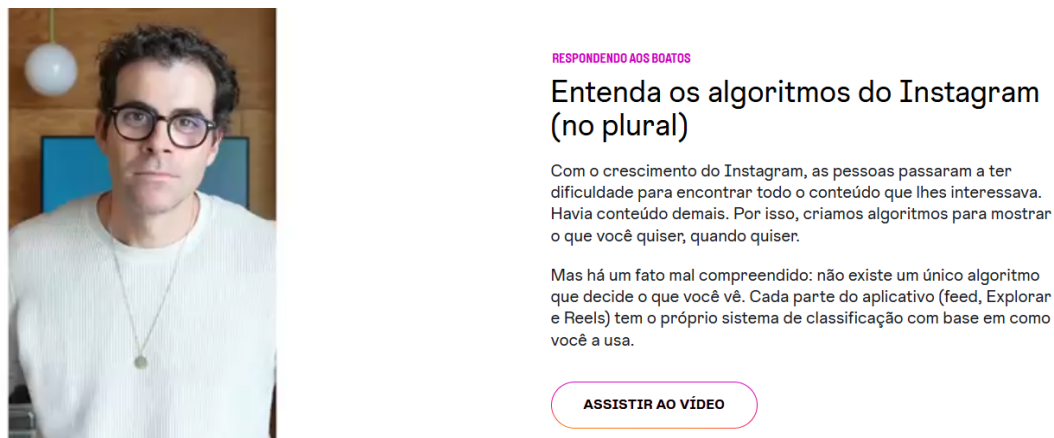
5. Diferentes algoritmos, que consiste em além de utilizar um algoritmo para cada parte da plataforma, conforme explanamos acima, o algoritmo do *feed* cruza seus dados de interação do usuário com os dados dos algoritmos das outras partes da plataforma para otimizar a experiência do usuário.

³⁶ *Reels* são vídeos curtos, gravados em formato vertical, com duração de até 90 segundos. É uma das ferramentas incorporadas ao Instagram para entreter seus usuários e diversificar na forma de interação com a plataforma e com outros usuários.

³⁷ *Hashtag* é um símbolo (#) que precede uma palavra ou frase utilizada nas mídias digitais para categorizar e agrupar conteúdos, funcionando como um título de categoria, no qual o usuário clica e é direcionado para mais conteúdos relacionados com aquele. As *hashtags* surgiram no twitter, atual X, e foram sendo implementadas em outras plataformas posteriormente.

Para aqueles usuários que querem entender como o algoritmo do Instagram funciona, para criar conteúdos e melhorar seu alcance em relação a outros perfis, a própria plataforma fornece um espaço com um vídeo curto e uma explicação breve, mostrando ao usuário o que ele pode fazer para seu bom desempenho como *criador de conteúdo*, conforme mostro abaixo.

Figura 5: “Entenda os algoritmos do Instagram (no plural)”



Fonte: https://creators.instagram.com/grow/algorithms-and-ranking?locale=pt_BR. Acesso em 29/04/2025.

Figura 6: Vídeo direcionado para o usuário por meio da página apresentada na Figura 5, acima



Fonte: https://www.instagram.com/tv/CTApmKfgD6-/?locale=pt_BR. Acesso em 29/04/2025.

Quadro 1: Tradução da legenda do vídeo apresentado na captura de tela da Figura 6, acima

Como a pesquisa funciona
Recentemente, fiz um vídeo compartilhando mais informações sobre como o Instagram funciona. Hoje, estou detalhando o que você vê quando faz uma busca e por quê.
Neste vídeo, falo sobre...
- Como classificamos a pesquisa
- Como aparecer na pesquisa
- Como mantemos a pesquisa segura
- O que há de novo na pesquisa
Acabamos de publicar uma postagem no blog sobre essas atualizações. Se você quiser se aprofundar mais, clique no link em minha biografia.
Quais são os outros tópicos que você gostaria que eu abordasse?

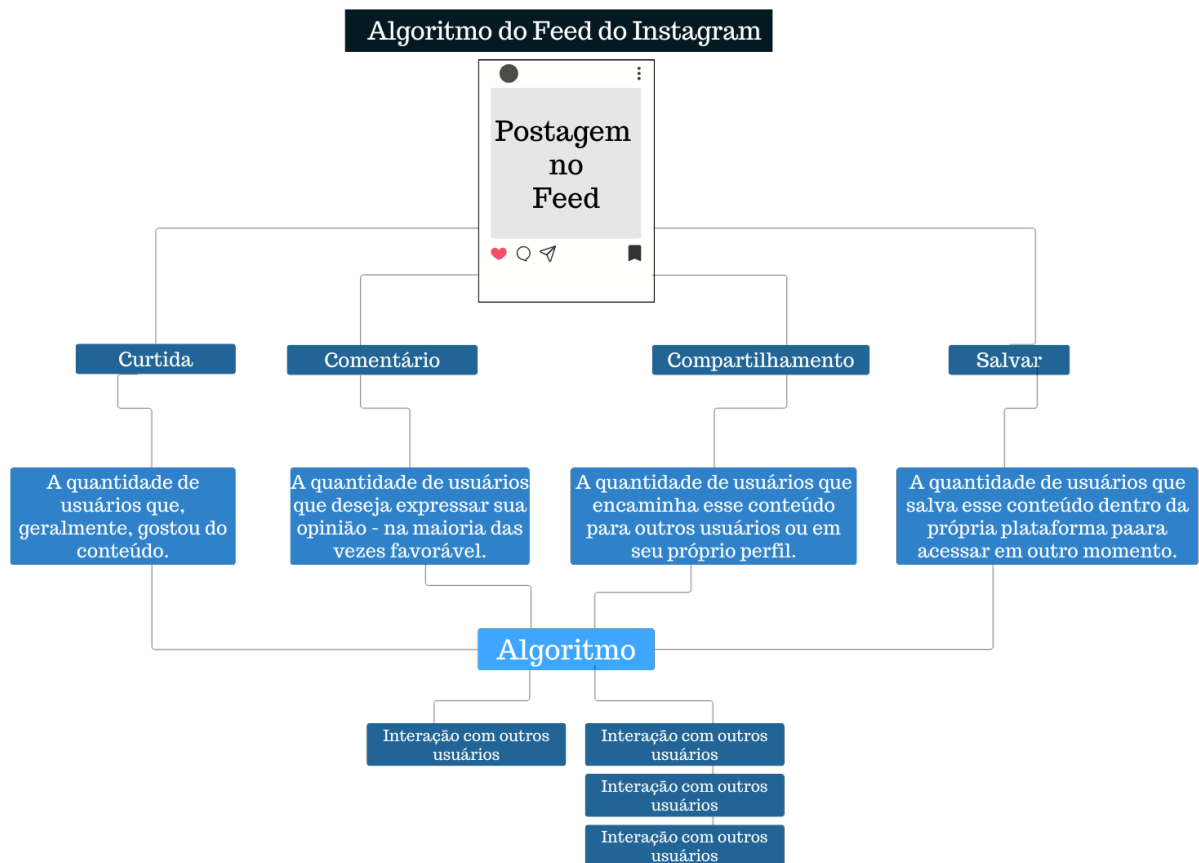
Tradução: A autora.

Especialmente neste estudo, conforme apontado na seção de introdução, a escolha por proceder uma análise de postagens e interações via comentários no *feed* do Instagram se deu justamente porque, conforme aponto ao longo de todo o presente estudo, se faz necessário observarmos os significados que emergem do/no contexto digital em plataformas como essa. Notadamente, o *feed* do Instagram e a interação via ferramenta de comentários é a que melhor pode ser observada. Diante da necessidade da inserção no campo e de observar o contexto a partir de ferramentas públicas, o recorte que proponho representa o domínio, em termos inclusive de limitação deste estudo que, enquanto pesquisadora mais possível de *controlar* - não no sentido estrito do termo, é claro, pois *controlar* algo que, no meio digital, depois de tudo que discuto aqui, é algo *humanamente impossível* de se fazer.

Nas Figuras 5 e 6 e no Quadro 1, a própria plataforma explica ao usuário como ele pode utilizar as ferramentas disponíveis para ver e ser visto (boyd, 2010; Bentes, 2021). Ao ensinar seu funcionamento básico, e empresa performa uma certa proximidade do usuário, trazendo uma percepção de proximidade a ele. O usuário comum, ao perceber uma certa sensação de acolhida, por exemplo, na maioria das vezes sequer questiona o que há por trás do funcionamento dessa estrutura sociotécnica (Cesarino, 2022), em se tratando dos objetivos da plataforma em si. Entendo que o Instagram, assim como outras empresas, informa ao usuário que os algoritmos são os *amigos*, porque eles são as ferramentas que vão te ajudar a ocupar esse espaço online, alcançando visualizações por exemplo. No entanto, não conta ao usuário que, em contrapartida, ele se torna o produto da economia da atenção (Zuboff, 2015; 2019; Cesarino, 2022).

Assim, pensando em tirar o/a leitor/a/e da abstração, criei a representação que apresento abaixo a fim de que a compreensão desse controle algorítmico sobre as decisões do usuário fique mais palpável.

Figura 7: Representação do funcionamento do algoritmo do *feed* do Instagram



Fonte: Elaborado pela autora

Com base em levantamentos como as da *RD Station* (2024) e nos dados apresentados pela própria plataforma, como nas Figuras 5 e 6 e no Quadro 1, elaboro a Figura 7 acima para demonstrar que o algoritmo do Instagram, no que diz respeito ao *feed*, funciona melhor, em termos de métricas³⁸ (ou engajamento) para alcance de usuários, a partir das ferramentas de compartilhamentos e salvamentos. Além disso, o algoritmo entende melhor imagens simples, sem muitos elementos sobrepostos e legendas longas. Notadamente, não quer dizer que as outras ferramentas de interação, como curtidas e comentários, não sejam relevantes para o

³⁸ Métricas são os indicadores estatísticos que, no caso do Instagram, apontam o desempenho e o alcance do perfil e de suas publicações dentro da plataforma. Esses indicadores são disponibilizados pela própria plataforma e essas informações auxiliam o usuário na visualização de quais conteúdos estão interagindo mais e/ou menos com os demais usuários, para que ele possa otimizar suas estratégias e aprimorar sua presença online.

funcionamento algorítmico da plataforma, mas apenas que a partir delas o conteúdo vai ser direcionado de forma mais lenta entre outros usuários.

É a partir desse contexto digital na plataforma do Instagram que observo os perfis políticos que escolho para a análise, a fim de discutir as questões teóricas e empíricas em destaque. Olhando especialmente para as publicações, percebo uma criação de contextos extremamente valiosa para a análise dos usos linguísticos em circulação nessa esfera. Ainda, é importante ressaltar que a infraestrutura do Instagram, por exemplo, é um ponto que chama a atenção do usuário: é de fácil acesso, atrativa e intuitiva. Assim, quero dizer que a arquitetura da mídia é um elemento atraente para o usuário e nenhuma forma de comunicação online é possível sem as múltiplas alternativas oferecidas pela tecnologia que, como temos discutido, molda a esfera online da vida social e reverbera nos contextos fora desse espaço (Blommaert, 2020).

2. 4 FUNCIONAMENTO ALGORÍTMICO DO X - ANTIGO TWITTER

O X, que surgiu originalmente como Twitter, foi comprado por Elon Musk no ano de 2022 e é uma plataforma de rede social que propicia a interação entre os usuários. Nesse espaço, os usuários publicam mensagens curtas, imagens, vídeos, enquetes, entre outros tipos de conteúdo. A empresa *Intuit Mailchimp*³⁹, que atua no ramo de automação de *marketing*, define o X como uma rede social ideal para publicar atualizações rápidas, anúncios de produtos e *links* para conteúdos hospedados em outras plataformas.

Por se tratar de uma plataforma em que as postagens não podem ultrapassar os 280 caracteres⁴⁰, o X é considerado um *microblogging* – termo utilizado para se referir à prática de publicar conteúdos digitais curtos e concisos. Nessa plataforma, quando um usuário faz uma publicação, outros usuários podem interagir por meio de ferramentas como *curtir* ou *repostar*⁴¹

³⁹Empresa de marketing que fornece explicações sobre o funcionamento do X. Fonte: [https://mailchimp.com/pt-br/resources/twitter-guide-for-beginners/#:~:text=O%20X%20\(antigo%20Twitter\)%20%C3%A9%20uma%20plataforma%20de%20microblogging%20que%20funciona,s%C3%A3o%20limitadas%20a%20280%20caracteres](https://mailchimp.com/pt-br/resources/twitter-guide-for-beginners/#:~:text=O%20X%20(antigo%20Twitter)%20%C3%A9%20uma%20plataforma%20de%20microblogging%20que%20funciona,s%C3%A3o%20limitadas%20a%20280%20caracteres). Acesso em 28/08/2025.

⁴⁰ Um *caractere* diz respeito a um símbolo utilizado em linguagem de programação. Por exemplo: uma letra é igual a um caractere; um acento é igual a um caractere; um número é igual a um caractere e assim por diante.

⁴¹ O usuário clica no ícone de seta circular para compartilhar aquele conteúdo com seus seguidores.

aquele conteúdo e, ainda, *citar*⁴² outro usuário. O sistema de interação presente na plataforma, como em muitas outras, é o que propicia uma dinâmica de reverberação do conteúdo que, em muitos casos, é compartilhado em múltiplas plataformas, simultaneamente, visando ocupar um espaço polimidiático e, assim, atingir ainda mais pessoas. É justamente esse tipo de comportamento no espaço digital que permite, conforme Abidin (2021) e Cesarino (2022), a formação de microcomunidades em torno de temas específicos e um grande alcance populacional.

O *feed* do X oferece os conteúdos não somente em ordem cronológica, mas de acordo com critérios de relevância desenvolvidos conforme as regras dos próprios desenvolvedores de sistemas da plataforma, para otimizar o engajamento dos usuários, alimentando o interesse da empresa. Desse modo, os algoritmos implementados no X definem quem vê o cada conteúdo – a quem será direcionado. Ou seja, a visualização de um determinado conteúdo não depende apenas de quem publica, mas da forma como o sistema, previamente programado, vai processar a informação em questão.

Parte do presente estudo se deu com base na observação da circulação de publicações na plataforma X. Para explicitar o funcionamento algorítmico da plataforma, apresento, abaixo, uma captura de tela de um organograma elaborado por Blommaert (2020), que explicou a comunicação mediada por sistemas algorítmicos nas plataformas digitais e analisou a dinâmica do X (que, na época, ainda era chamado Twitter). Segundo o autor,

O tweet, produzido por alguém (por exemplo, o presidente Trump), é enviado para um algoritmo – um 'receptor' não humano, se você quiser – através do qual operações de inteligência artificial o encaminham para numerosos públicos específicos (A 1, 2, ... n na figura 3), cujas respostas são devolvidas, como dados, ao algoritmo e, a partir daí, ao remetente do tweet em sequências contínuas de interação indireta e mediada. Partes desses públicos podem retransmitir sua própria interpretação do tweet (via o algoritmo do Twitter) para públicos secundários (A 5, 6 ... n no esquema), que podem fazer o mesmo – e assim por diante, permitindo que um tweet alcance públicos que não eram acessíveis inicialmente, tanto imediatamente após o momento do tweet quanto muito tempo depois. Os públicos (também muitas vezes chamados de 'bolhas') são construídos pelos algoritmos com base nos perfis dos usuários que geram dados, e eles são selecionados com base em uma variedade de 'pontos de dados', incluindo palavras-chave do tópico, e históricos de interações anteriores. Os públicos consistem em indivíduos, sem dúvida; mas no caso de Trump e muitas outras contas de alto perfil, também consistem em bots - programas de computador que se comportam como usuários 'normais' do Twitter e geram formas específicas de resposta, como

⁴² O usuário menciona o nome de outro usuário, precedido do símbolo '@', para que o outro possa compartilhar a ideia inicial, enquanto acrescenta (ou não) suas próprias ideias ao conteúdo primário.

curtir e retweetar, e às vezes aumentam dramaticamente o volume de tráfego para os tweets. (Blommaert, 2020, p. 396-397).⁴³

Blommaert (2020) explica que a comunicação, no X, não é realizada por meio de uma estrutura linear, simétrica e direta entre emissor e receptor, porque a própria plataforma fornece um mediador para toda e qualquer interação, sendo o mediador o próprio algoritmo implementado. A imagem abaixo consiste em um esquema visual apresentado pelo autor para explicar o funcionamento algorítmico do Twitter – atual X e com funcionamento pouco modificado em relação ao estudo em questão até 2025.

Figura 8: funcionamento da comunicação mediada algorítmicamente no Twitter

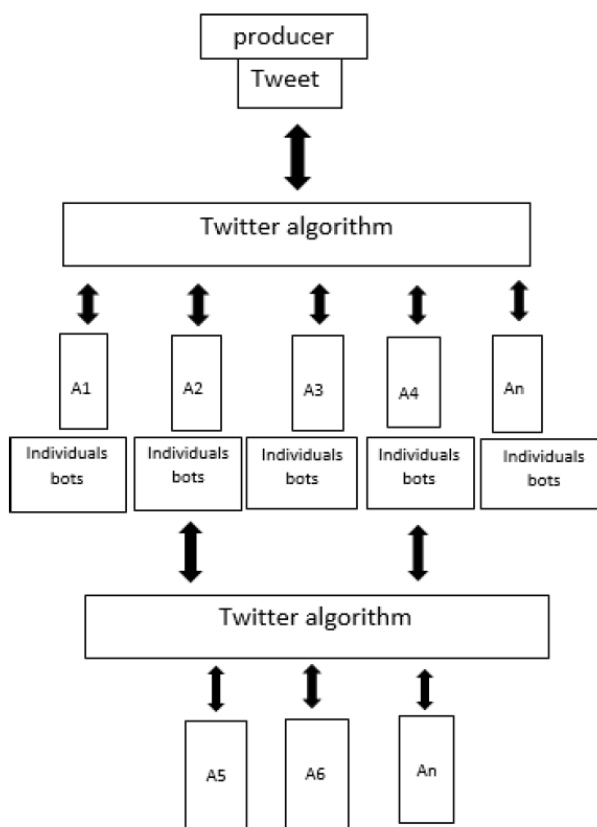


Figure 2. Communication structure on Twitter

Fonte: Captura de tela do texto de Blommaert, 2020, p. 396.

A partir dessa mediação algorítmica apresentada por Blommaert (2020), o autor aponta que não existe uma audiência unificada, um único tipo de público, mas sim um público altamente fragmentado e complexo, dividido em nichos. Da mesma forma, também não há,

⁴³ Optei por traduzir com o termo original utilizado pelo autor (tweet), considerando que a mudança de nome na plataforma é posterior à sua morte, bem como não interfere no funcionamento algorítmico que o autor explica e nem na compreensão do leitor desta pesquisa.

segundo ele, um único produtor de discurso: todos podem produzir e fazer circular esse e outros discursos, tanto os agentes humanos quanto os não humanos. Diante dessa interação, o sistema por trás da plataforma está em constante movimentação, transformando as ações online em dados que “moldam e regulam os efeitos das ações” (Blommaert, 2020, p. 397).

Conforme apresentado em uma coluna na *SocialBee* (2025)⁴⁴, *blog* que trabalha no nicho de *marketing* de mídias sociais, os algoritmos do X funcionam divididos em três ferramentas distintas, sendo: (I) *Para você*: ferramenta que mostra as postagens que o algoritmo entende que o usuário achará interessante, inclusive com conteúdos de outros perfis que o usuário pode não conhecer; (II) *Seguindo*: mostra publicações de outros perfis que você segue, alternando entre ordem cronológica e relevância do que o usuário pode considerar interessante e (III) *Explorar*: apresenta o conteúdo que está em alta, tendências e notícias mais recentes que estão circulando na plataforma, organizados por categorias (esporte, culinária, política, etc).

De modo geral, o X funciona de acordo com métricas que consideram curtidas, repostagens, respostas, compartilhamentos, citações de postagens e visualizações. Quanto mais usuários interagem com uma determinada publicação, mais alcance esse conteúdo atinge, sendo muito semelhante ao funcionamento proposto no Instagram, por exemplo.

2. 5 FUNCIONAMENTO ALGORÍTMICO NO YOUTUBE

O YouTube é uma plataforma online que podemos acessar para assistir, compartilhar, interagir e até fazer *upload* de vídeos. É altamente difundido como uma plataforma na qual as pessoas buscam por conteúdos dos mais diversificados nichos em formato audiovisual. Foi fundado em 2005 e comprado pela Google em 2006.

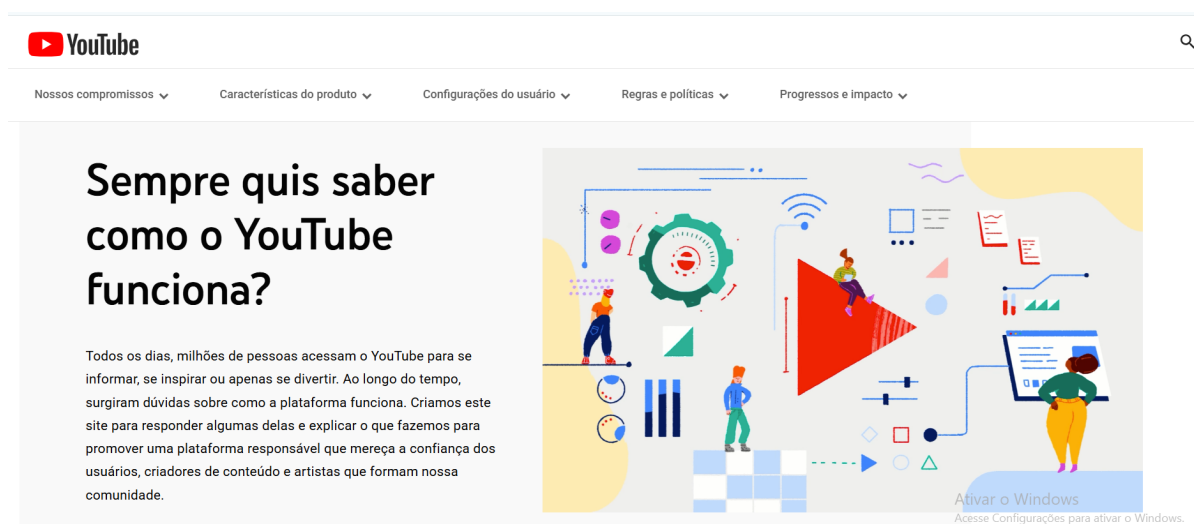
O funcionamento do YouTube, segundo descrito pela própria plataforma, se organiza em torno de *canais*, que são os perfis que produzem e hospedam os conteúdos em formato audiovisual. Os conteúdos, por sua vez, podem ser transmitidos em forma de: (I) *Shorts*: vídeos

⁴⁴ Fonte:

[https://socialbee.com/blog/twitter-algorithm/#:~:text=O%20algoritmo%20X%20\(antigo%20Twitter,interessante%20ou%20importante%20para%20voc%C3%AA](https://socialbee.com/blog/twitter-algorithm/#:~:text=O%20algoritmo%20X%20(antigo%20Twitter,interessante%20ou%20importante%20para%20voc%C3%AA). Acesso em 29/08/2025.

curtos; (II) Vídeos longos: *lives*⁴⁵, documentários, entrevistas, etc e (III) Seriados: *podcasts*, programas fixos.

Figura 9: Página explicativa sobre o funcionamento do YouTube



Fonte: https://www.youtube.com/intl/ALL_br/howyoutubeworks/. Acesso em 29/08/2025.

Quanto à circulação dos conteúdos na plataforma, o direcionamento é feito pelos algoritmos implementados na infraestrutura técnica, os quais organizam e direcionam os vídeos que aparecem na página inicial de cada usuário, conforme o perfil de cada pessoa que utiliza a plataforma, direcionando as sugestões de novos conteúdos e as *playlists* automáticas⁴⁶. No caso do YouTube, os algoritmos tomam como base as interações prévias do usuário, como as pesquisas que faz no navegador de pesquisa da própria plataforma e de outras plataformas integradas ao Google, conteúdos que ele curtiu, tempo que assistiu a um determinado conteúdo etc. Assim, no YouTube, como em outros espaços, os usuários recebem uma experiência personalizada ao interagirem com a plataforma, sendo direcionados à conteúdos que a empresa considera relevantes para ela – e para o usuário.

A compreensão algorítmica de que um determinado conteúdo é relevante e deve ser direcionado para mais usuários funciona a partir da interação dos demais usuários com o conteúdo em si, por meio de ferramentas como curtir, comentar, compartilhar, se inscrever no

⁴⁵ *Live* é a denominação para ‘vídeos ao vivo’ nas plataformas de mídias digitais.

⁴⁶ *Playlist* automática é uma lista de reprodução de áudio e/ou vídeo gerada e atualizada automaticamente por sistemas algorítmicos. É uma ferramenta implementada em diferentes plataformas de mídias digitais.

canal em que o conteúdo está hospedado, interagir em vídeos ao vivo e nos comentários, e assim por diante.

Ainda, para aqueles que produzem conteúdo, a plataforma oferece a possibilidade de monetização do canal, que fica disponível quando o perfil em questão alcança um determinado número de inscritos (atualmente, mil) no período de um ano. As pessoas que produzem conteúdo para o YouTube são conhecidas como *criadores de conteúdo*, tal qual em outras plataformas. A forma de monetização costuma ser por inserção de anúncios nos vídeos, venda de produtos e assinaturas do conteúdo divulgado. Além disso, a plataforma oferece recursos específicos de edição para quem investe em criação de conteúdo.

Quanto ao usuário que não quer acessar a plataforma que, monetizada, carrega inúmeros anúncios durante o vídeo, existe a opção *YouTube Premium*, com a qual o usuário assina, por um valor mensal, seu acesso de forma a garantir conteúdos apresentados sem a interrupção de propagandas.

2.6 A LINGUAGEM EM FUNÇÃO DO POPULISMO DIGITAL: PALAVRAS QUE CONVENCEM

Como campo de investigação, todas as três plataformas constituem-se como um espaço sociotécnico em que a imagem e a performance de si se entrelaçam com a lógica algorítmica na produção das subjetividades contemporâneas (Bentes, 2021). Com suas semelhanças e diferenças, os usuários alternam entre as plataformas de acordo, sobretudo, com seus interesses pessoais.

Nos três espaços, percebo um ecossistema multimodal, ou seja, com diferentes possibilidades de interação entre os usuários, formando como que uma *teia* de comunicação. Os ritmos de publicações são diferentes entre si, tanto quanto a estética dos perfis e os enquadramentos visuais. Os algoritmos implementados, como vimos acima, produzem regimes de visibilidade que modulam o engajamento, bem como personalizam o que cada usuário vai ver na sua rede particular.

Ao observar essas plataformas, percebo que a postura do pesquisador deve ser, capaz de perceber imagens, textos, sons e interações, enquanto acompanha como determinados

conteúdos emergem, se transformam, são disseminados e dissolvidos nos fluxos de comunicação que ocorrem nesses espaços.

Segundo Blommaert e Maly (2019), observar o contexto digital a partir de um olhar etnográfico e linguístico tem sido uma ferramenta importante para discutir mudanças como as que vemos nessa sociedade pós-digital (Blommaert, 2020). Para Blommaert e Maly (2019), os processos de interação nesse nexos online/offline em que vivemos faz parte da observação contínua uns dos outros e o nosso processo de formação social se dá também por meio do uso de parte do outro como um (re) direcionamento de nossas próprias ações. A subjetividade do *eu* se dá a partir das práticas sociais que, nos dias de hoje, se materializa por meio de espaços digitais. Os autores defendem que os grupos sociais são formados não por indivíduos que possuem algo em comum, mas por um conjunto de práticas comuns e situações ou eventos particulares. Blommaert e Maly (2019) apontam que as identidades, tanto individuais quanto coletivas, são o efeito (o resultado) de ações sociais e não o oposto. Notadamente, tal qual já apontavam os autores, no ambiente digital a compreensão em relação a quais são os atores envolvidos nas ações sociais se complexifica. No caso da linguagem, ainda que seu funcionamento seja compreendido por diferentes estudos em um contexto analógico e pré-digital, o que quero apontar aqui é que o espaço online não constitui um simples plano de fundo para interações sociais por meio da linguagem. O que a linguagem faz nesse espaço altamente visível e fragmentado, conforme temos discutido ao longo das últimas seções, é constituir a interação dos sujeitos online como parte fundamental de uma economia em uma infraestrutura digital.

Quanto ao uso da linguagem, a comunicação nesses espaços (nem em outros) não funciona tal qual o modelo proposto por Saussure (1991), em que o circuito da fala mostra uma comunicação direta, face à face, entre dois falantes ou mais: no digital a linguagem se desdobra em fragmentos intermediados por algoritmos. No espaço digital, a linguagem é utilizada em uma cena interacional que lida com diferentes camadas, interlocutores, alternância entre alinhamentos, posicionamentos, posturas, projeções, significados, etc, alterando os modos de interação dos indivíduos e direcionando algoritmicamente os conteúdos e os usuários para determinados lugares. Essa intensificação algoritmizada da interação linguística ocorre não somente entre pessoas conhecidas, uma vez que no espaço digital os usuários podem ser totalmente desconhecidos *bots*. Nesse sentido, a discussão que proponho não pode ficar centrada em debater meramente os prós e contras da interação digital em comparação aos usos

linguísticos offline. Ao que percebo, a discussão necessita buscar por uma saída dessa *teia invisível* composta de armadilhas digitalmente contextualizadas, das quais a compreensão complexa e analítica demanda, antes de tudo, que observemos o meio digital não como pano de fundo para as discussões, mas como o meio que propicia e modifica a linguagem, tanto quanto a linguagem modifica o meio, formando um novo *eu*, cuja subjetividade pensa e age de maneira distinta do que conhecíamos no mundo pré-digital.

Conforme discutirei no próximo capítulo, a atual infraestrutura digital coloca o humano como o ambiente para a agência dos sistemas maquínicos – não humanos. Na visão de Cesarino (2022), essa inversão cria as zonas de opacidade e assimetrias entre nossas ações no meio digital e os objetivos dos sistemas algorítmicos que direcionam nossas ações. Diante dessas modificações comportamentais, que interferirem diretamente na vida *fora* das mídias, surgem ditados populares como “se não postou, não aconteceu” ou “quem não é visto não é lembrado”.

Uma vez que as plataformas ofereçam alta visibilidade, existe, porém, uma limitação da própria plataforma, sobre aquilo que podemos ver e produzir online. Notadamente, as *affordances*⁴⁷ e as condições de interação funcionam a partir de uma metacomunicação. Nesse sentido, o fato de que determinados grupos são capturados e direcionados pelo algoritmo para um dado contexto informacional nos ajuda a compreender que é isso o que faz com que algumas pessoas acreditem em (des) informações nada plausíveis.

Os usos linguísticos em circulação no meio digital estão soltos em grandes *gaps*⁴⁸ de processamento da informação que, dada a interação do *eu* online, produzirá *essa* ou *aquela* conexão entre elementos que eram, anteriormente, inimagináveis. Isso decorre do fato de que nem sempre consideramos o algoritmo como um agente ativo na coprodução da realidade, sendo que, como temos discutido aqui, ele é peça fundamental na transformação social e sua participação ativa nos usos linguísticos interfere nas interpretações e direciona comportamentos que, muitas vezes, pensamos serem *sem sentido*. Ou seja, é por conta do contexto pós-digital em que estamos inseridos que o algoritmo e toda a lógica de mídia, as *affordances* e a conectividade precisam ser considerados para entendermos os modos de fazer política, a

⁴⁸ No contexto que utilizo a expressão e com base em Cesarino (2022), um *gap* é uma lacuna no espaço digital que surge da diferença entre a forma e a velocidade de circulação das informações em contraposição às mídias tradicionais.

linguagem em jogo e o populismo contemporâneo. Maly (2020) afirma que compreender o populismo como uma relação comunicativa midiaticizada implica em considerar o fenômeno da nova direita reacionária no Brasil como um estilo populista que utiliza do discurso para atrair e mobilizar as pessoas, mas essa relação comunicativa é mediada digitalmente entre diferentes atores envolvidos na comunicação – usuários humanos e não humanos. Para o autor,

O populismo, [...] pressupõe: 1. Um comunicador que mobiliza um discurso anti-elite em nome do “povo”, ou seja, alguém que pode ser rotulado como populista ou afirma falar em nome do povo; 2. Uma (reivindicação de) certa quantidade de conhecimento das demandas e/ou necessidades de (uma parte do) povo que o “populista” afirma representar (em muitos casos agora adquirido por meio da dataficação); 3. Outros atores como jornalistas, políticos e/ou acadêmicos que rotulam o comunicador, partido ou movimento como populista; 4. Uma infraestrutura de mídia (digital) por meio da qual a mensagem do “Populista” é distribuída e o conhecimento sobre o público é coletado; 5. Algum tipo de aceitação, reconhecimento ou legitimação (de uma parte do) povo (na forma de curtidas, compartilhamentos, seguidores, militantes e eleitores). (Maly, 2020, p. 445-446 - tradução própria).

Assim, entendo, conforme Maly (2020), que a relação comunicativa envolvida no processo populista é resultado de uma interação altamente complexa entre todos esses elementos. Por parte das figuras políticas que engajam nesse espaço, notadamente é necessário que eles conheçam, ainda que parcialmente, o funcionamento da arquitetura digital, para que seja capaz de construir sua voz populista nesse espaço. Isso ocorre porque o populista precisa construir a imagem de que ele e/ou o partido está realmente representando o povo – e essa construção se dá sob o espectro da mídia. Essa construção se dá sob a dataficação e a gamificação dos dados dos usuários nas plataformas digitais, ajudando o (s) populista (s) a se posicionar (em) como representante do povo contra uma oposição/elite que destrói a sociedade.

O movimento de exploração das *affordances* da mídia, com a finalidade de criar, explorar ou orientar o fluxo de informações de forma que atendam aos seus objetivos e modifiquem ou anulem a agência de outros é uma das atividades mais potentes nesse sistema híbrido, altamente competitivo. Em plataformas como o Instagram, por exemplo, cada usuário tenta chamar a atenção para o seu conteúdo, mantendo-os *viciados* enquanto o algoritmo decodifica suas atividades online. Tanto no Instagram quanto em outras plataformas com funcionamento semelhante, é a quantidade de cliques, compartilhamentos, visualizações e comentários que molda a visibilidade de um determinado conteúdo, orientando o fluxo das informações. No caso da política, notadamente, não é diferente. Os políticos, sobretudo os populistas, precisam utilizar de um discurso que os auxilie na construção de uma rede que interaja ativamente com suas mensagens, para que esse conteúdo alcance o máximo possível de

outros usuários, para que eles possam ser vistos. A influência online, segundo Maly (2020), propaga as informações online e atua na construção de um público que, em rede, interage e influencia outros usuários. Os populistas, por exemplo, quanto melhores seus números em termos de métrica, mais podem utilizar o discurso de *representantes do povo*.

Maly (2020) aponta que a construção discursiva do populismo, nos moldes contemporâneos, então, exige não somente a produção de conteúdo, mas conhecimento de infraestrutura de rede e de estratégias que auxiliem na propagação desses conteúdos em rede. O tipo de mensagem que chama a atenção e tenciona o público é o padrão clássico do populismo digital (Cesarino, 2019). Em especial, observando os casos que compõem o presente estudo, podemos perceber que existe uma certa padronização comportamental, estética e discursiva, nos modos que expõe Cesarino (2019), bem como um certo direcionamento destas. Na visão da autora, esse populismo digital sobre o qual a nova direita reacionária no Brasil tem maior prevalência, caracteriza-se tanto por um amparo digital, por meio das mídias, quanto pela utilização de um mecanismo discursivo de mobilização social e de uma tática política de construção de hegemonia. Conforme a autora observou, os padrões metacomunicativos que emergem nos conteúdos, conforme vemos também nos exemplos que aqui discutimos, apresentam padrões estruturais e centrais daquilo que configura o populismo que, nos dias de hoje, opera cada vez mais pelas mídias digitais.

A eleição de Jair Bolsonaro em 2018 é parte de uma onda de populismo digital que repercute até os dias de hoje. De forma mais densa e ramificada, as figuras políticas aliadas ao *mito* seguem utilizando das estratégias digitais para movimentações políticas e, sobretudo, de alcance das massas. A partir dos usos linguísticos na mídia, vemos uma grande modificação nos hábitos individuais, segundo Cesarino (2019; 2022), bem como na forma de buscar informação política e participar ativamente dessas discussões. O populismo digital ou, nos termos de Maly (2018), o populismo algorítmico, faz parte dos recursos políticos utilizados em maior ou menor escala. Na visão do autor,

As possibilidades da mídia digital e da Web 2.0 nos levam a entender o populismo como uma relação comunicativa mediada digitalmente entre diferentes atores algorítmicos humanos e não humanos. [...] Mídias sociais como Facebook e Twitter (atual X - e Instagram) permitem que os políticos controlem sua própria voz e mensagem, mas eles só as controlam dentro dos formatos fornecidos pela mídia social que usam. Essas mídias vêm com affordances específicas e, como tal, não apenas moldam o discurso; elas contribuem para a construção ou destruição de distribuição da voz populista. (Maly, 2018. N.p - tradução própria).

É nesse sentido, também, que o autor aponta a ação dos algoritmos não somente como mediadora de movimentações online, mas como incitadora e até mesmo realizadora. A estrutura social, modificada e incorporada pela infraestrutura digital, exige especial atenção às mensagens e seus significados. Não somente o conteúdo deve ser analisado, mas os sistemas de comunicação, segundo Blommaert (2020), que moldam as condições linguísticas de produção, circulação e captação de discursos. Na visão do autor, um dos efeitos dessa circulação a partir da interação dos usuários, consiste naquilo que Silverstein (1996) denominou ‘entextualização’. Para Blommaert (2020),

A entextualização refere-se ao processo por meio do qual os discursos são sucessiva ou simultaneamente descontextualizados e recontextualizados metadiscursivamente, de modo que se tornam um novo discurso associado a um novo contexto e acompanhado por um metadiscurso particular que fornece uma espécie de ‘leitura preferida’ para o discurso. Esse conceito-chave nos ajuda a entender que a “viralidade” - a distribuição em larga escala de mensagens por meio de práticas de “cópia” online, como postagens, retuítes e assim por diante - não é, de fato, uma série de repetições da “mesma” mensagem, mas uma série de re-entextualizações. (Blommaert, 2020, p. 398 - tradução própria).

Desse modo, o que o autor expõe nos ajuda a compreender que, nos moldes da comunicação contemporânea, as mensagens políticas são entextualizadas. Em todo esse processo, o algoritmo está envolvido, como sabemos, e segundo Blommaert (2020), esse processo vai se complexificando. As retransmissões de conteúdos vão engajando em um emaranhado comunicativo que cresce à medida que os usuários interagem com o conteúdo, em maior ou menor escala. As práticas discursivas auxiliam na construção de uma imagem digital que performa por meio de uma lógica afetiva (Cesarino, 2022), evocando emoções como indignação, ternura, humor ou ódio, por exemplo, transformando-as em capital simbólico, que circula nas mídias, agrega públicos e reverbera nos contextos sociais offline. A nova extrema direita reacionária no Brasil, como temos discutido, ocupa os espaços digitais para conseguir justamente um engajamento no nexo online/offline que lhe seja conveniente. Abaixo, apresento um caso com a deputada federal de Santa Catarina, Júlia Zanatta, no Instagram.

Figura 10: “Nossa bandeira jamais será vermelha”



Fonte: <https://www.instagram.com/p/DJCXJel-u-zm/>. Acesso em: 05/05/2025.

Na Figura 10, acima, vemos um outro recorte do perfil oficial da deputada federal Júlia Zanatta. Na cena em tela, vemos uma montagem que a referida deputada postou no *feed* de seu perfil no Instagram. Na imagem que ela compartilha, vemos a figura cinematográfica do personagem de *Homem Aranha*, empregada em um *meme* famoso na internet. A cena que está sendo entextualizada na montagem divulgada pela deputada representa, no lado esquerdo, o momento em que *Peter Parker*⁴⁹ recebe os poderes e se torna o Homem Aranha⁵⁰. No entanto, o que a cena representa no filme é que, ao se tornar o Homem Aranha, Peter Parker não precisa mais usar óculos, ou seja, cada vez que ele coloca os óculos, sua visão fica pior – e não melhor, como é a finalidade de usar tal acessório. No lado direito, a visão do personagem sem óculos está associada à camisa vermelha da seleção brasileira de futebol, enquanto o personagem com óculos está direcionado a uma camisa vermelha com o símbolo do comunismo.

⁴⁹ Nome do personagem que se transforma no Homem Aranha.

⁵⁰ Cena do Filme ‘Homem Aranha’ (2002), em que o personagem Peter Parker chega em casa e descobre seus poderes de super-herói. Disponível em: <https://youtu.be/a9TQ604NHJY?si=mN4tKnfyqJlWtMit> - Acesso em 05 de maio de 2025.

A polêmica da camisa vermelha da seleção brasileira de futebol surgiu em 28 de abril de 2025, quando a marca *Jordan*⁵¹ foi anunciada como nova patrocinadora da CBF (Confederação Brasileira de Futebol), cuja logomarca deve ocupar o lugar da *Nike*⁵² nos novos uniformes. Ainda que a *história de usar camisa vermelha* na seleção brasileira de futebol já tenha ocorrido no passado⁵³, o que quero mostrar é que existe, antes de tudo, um problema de interpretação da cena original do filme, entextualizada por Zanatta por meio do *meme*.

A ideia que a deputada transmite é a de que ao utilizar óculos, qualquer pessoa passaria a enxergar a realidade – e a realidade é, nas insinuações dela, que o Brasil é um país Comunista. O problema interpretativo começa, porém, com o fato de que o *meme* é construído discursivamente com a ideia de satirizar que aquilo que aparece na imagem após a utilização do óculos seria *a verdade*⁵⁴, mas brinca com a cena porque, na realidade, *a verdade* é a imagem associada à cena dele sem óculos, isso porque ao se tornar o Homem Aranha, Peter Parker deixou de ter problemas com a visão. Então, o que ela de fato consegue transmitir aos menos leigos, que já assistiram ao filme e/ou de algum modo conhecem o contexto original, é a mensagem contrária: logicamente, se com óculos o Homem Aranha não enxerga bem e a imagem que está associada com a falta de visão é a representação do comunismo, logicamente a visão perfeita é de uma camisa em cor vermelha representando a seleção brasileira de futebol, sem maiores problemas associados ao comunismo, como mostra a primeira imagem.

Na sequência, ao voltarmos nossa atenção para a legenda, “‘*Nossa bandeira jamais será vermelha*’ a gente gritou a vida toda”, a deputada faz menção a uma ideia que, atualmente, é um dos bordões utilizados pelo ex-presidente, também com a mensagem de que são as cores

⁵¹ A linha *Jordan* foi criada pela empresa Nike, em parceria com o jogador de basquete norte-americano Michael Jordan. É uma marca de calçados e vestuário esportivo, criada em 1980. O sucesso imediato chegou em 1985, com o lançamento da linha *Air Jordan*, que revolucionou o mercado de calçados de basquete.

⁵² A *Nike*, por sua vez, é uma empresa de nível global, que investe em produtos de vestuário esportivo e calçados, incluindo a linha *Jordan*, uma marca da empresa. Além disso, a empresa patrocina inúmeros atletas e times ao redor do mundo, incluindo a CBF (Confederação Brasileira de Futebol), desde 1996.

⁵³ Historicamente, a seleção brasileira de futebol utilizou camisa vermelha como segundo uniforme em dois outros momentos: (i) em 1917, quando o presidente do Brasil era Wenceslau Brás, considerado um político de centro-direita, durante uma disputa da copa Sul-Americana. Na ocasião, a camisa principal da seleção brasileira era branca, mas o Brasil enfrentaria Argentina e Chile, que também tinham o branco como cor principal o branco. Seguindo as regras de troca de cor nas competições de futebol, a seleção brasileira usou vermelho; (ii) em 1936, Era Vargas, durante outra copa Sul-Americana, a situação se repetiu. No entanto, nessa ocasião, em um jogo contra o Peru, o Brasil utilizou as camisas vermelhas do *Independiente*, da Argentina.

⁵⁴ Aqui estou tratando de *verdade* não em termos filosóficos, mas em compreensão de *verdade* como compreensão de mundo para a extrema direita, em contraposição não somente com a esquerda, mas com todo o restante.

verde e amarelo, da bandeira, que representam simbolicamente o brasileiro de verdade, a (extrema) direita, o cidadão de bem, o homem de Deus, pai de família e por aí vai.

A inversão do tipo antiestrutural (Cesarino, 2022), que consiste em um grupo que se contrapõe a um público, agindo de forma radical, de fora do sistema, até que aqueles que estão na margem sejam um novo centro, disruptivamente, é altamente presente no emaranhado comunicativo em cenas como essa na Figura 10. Cesarino (2022) delinea os modos como a antiestrutura consiste em uma articulação proposta pela extrema direita bolsonarista enquanto estratégia política, baseada no estado permanente de crise. Discursos armados são utilizados e articulados em função de um colapso de contexto (boyd, 2010), no qual a confusão entre público e privado leva, segundo a autora, a uma bifurcação do tipo amigo *x* inimigo. A hipótese que ela defende é de que a propagação dos movimentos antiestruturais vem se dando em baixa intensidade, mas de forma persistente, ganhando força e encorajamento, ancoradas nas camadas mais subterrâneas da internet.

O colapso de contexto (boyd, 2010) se refere à ideia de dificuldade em distinguir contextos, como online e offline, entendendo como a *confusão* entre diferentes públicos em um mesmo contexto, algo que também vemos em publicações como essa, levando à alternância entre as interpretações da deputada e dos eleitores e demais públicos presentes em sua rede, indivíduo e coletivo, espontaneidade e manipulação. Esses diferentes públicos se fazem presentes na interação e são desenvolvidos com métricas em tempo real. Um movimento como esse, que representa a publicação na Figura 10, é altamente afetivo-reacionário, porque leva o sujeito a agir de determinada maneira, encontrando respaldo para comportamentos agressivos, por exemplo.

No caso em tela, por se tratar de um *meme*, temos que considerar, também, que *memes* são parte não somente de uma nova prática de cultura de influenciadores (boyd, 2010), mas além de serem novas maneiras de distribuir as mesmas ideias, elas mudam a essência do discurso político, a partir de sua entextualização. Nesse sentido, Maly (2024) pensa a metapolítica⁵⁵ na era digital, observando que não se trata somente da circulação de ideias, mas os usos para os quais as mídias têm sido destinadas. Assim, não é novidade que a nova extrema

⁵⁵ Para Maly (2024), *metapolítica* consiste naquilo que transcende a política, considerando outros fundamentos e estruturas por trás das ações políticas em si; uma ação política que visa mudar o ambiente simbólico e ideológico para construir um novo consenso.

direita brasileira domina a cultura digital, mas é importante percebermos que eles também são os responsáveis por disseminar discursos que normalizam as relações de controle deles sobre outros grupos sociais. Ainda, Maly (2024) argumenta que o crescimento da violência simbólica, por meio dos discursos online, disparou tal qual a direita ocupou/dominou esse espaço digital.

Ao longo deste texto, observo que não somente a linguagem, mas também outros sinais, são exibidos publicamente na divulgação de informações online: uso de *emojis*, direcionamento de *links*, *hashtags*, referência a sites e outras redes sociais etc. Esses sinais são apresentados para um público em potencial que vai, ou não, se direcionar a níveis mais profundos e profundamente conectados com o antiestruturalismo (Cesarino, 2022), a partir de diferentes estratégias, como as que apresento nas seções seguintes.

Diante do exposto, reconheço que, no que diz respeito à política, a prática discursiva atualmente também decorre no nexo online/offline. Nos casos que abordo, pessoas políticas, influenciadores e outras lideranças da nova extrema direita reacionária, no Brasil, constroem uma imagem de autoridade discursiva nesse espaço digital. Além disso, constroem, ainda, uma base de apoio que é profundamente mobilizada por meio das interações nas plataformas. Nesses contextos, aponto que a linguagem não é utilizada somente para consolidar identidades, como *cidadão de bem*, noção de coletividade como *nós, brasileiros de verdade*, mas também para caracterizar a imagem do inimigo: *a esquerda, o comunista, o repugnante, o inimigo*.

Assim, a análise que desenvolvo me leva a entender que a política contemporânea, nos moldes que vemos em 2025, se dá, cada vez mais, discursiva e digitalmente, articulando-se por meio das estratégias linguísticas articuladas e pelas interpelações mediadas e direcionadas pelas plataformas.

CAPÍTULO 3

ESTRATÉGIAS LINGUÍSTICAS INDIRETAS E ABAIXO DO RADAR

PLANO DO CAPÍTULO

Neste capítulo, aprofundo a discussão em torno da estratégia linguística abaixo do radar (Abidin, 2021), uma forma de uso linguístico que funciona indiretamente, para que os efeitos perlocucionários (Austin, 1962) dos enunciados não sejam percebidos pelos sistemas algorítmicos de segurança das plataformas de mídias digitais e nem pelo público não alvo (Abidin, 2021).

Especificamente, discuto a atuação linguística indireta e abaixo do radar de Jair Bolsonaro e Ana Caroline Campagnolo, no Instagram e no X, como parte das estratégias utilizadas pela nova extrema direita brasileira para disseminação de discursos afetivo-reacionários, que mobilizam afetos como o ódio, por exemplo, no nexos online/offline da vida em sociedade.

3 ESTRATÉGIAS LINGUÍSTICAS ABAIXO DO RADAR E O PÚBLICO DO TIPO ANTIESTRUTURAL

Para os estudos da linguagem, o modo como os usuários de mídias digitais comunicam mensagens indiretamente é uma questão fundamental. A forma como os sentidos circulam de maneira indireta, e até mesmo ambígua, em interações sociais tem sido tema de extensas investigações em campos como a pragmática (Grice, 1988; Silverstein, 2010; Wierzbicka, 1985). Os estudos em torno da pragmática das línguas naturais incluem em suas discussões as motivações acerca do porquê de os falantes preferirem falar “está frio aqui” para incitar o interlocutor a realizar um movimento como fechar uma porta e/ou janela, por exemplo, em lugar de utilizar uma expressão direta. O uso de linguagem indireta envolve, portanto, inferências baseadas em normas sociais, expectativas contextuais e regimes de interpretação compartilhados entre os falantes, sendo algo comum no cotidiano das pessoas. É ainda mais

comum que os enunciados sejam interpretados não somente pelo que dizem de forma explícita, mas sobretudo por aquilo que são os sentidos possíveis.

Na tradição pragmática clássica, autores como Grice (1988) e Searle (1975) propuseram modelos que associam a linguagem indireta a princípios de racionalidade e cooperação comunicativa. Para Grice (1988), por exemplo, a comunicação se baseia em um princípio da cooperação, sustentado por quatro máximas, sendo (i) seja verdadeiro - qualidade; (ii) seja relevante - relação; (iii) seja breve - quantidade e (iv) seja preciso - modo. Quando uma dessas máximas é violada, o interlocutor tende a buscar sentidos implícitos — é o caso, por exemplo, da ironia, da sugestão ou do sarcasmo. Searle (1975), por outro lado, atribui à linguagem indireta uma motivação centrada na polidez e no cálculo racional de intenções, propondo que o uso indireto se dá como estratégia para suavizar imposições, como estratégia de polidez.

No entanto, essa abordagem racionalista foi amplamente questionada por diferentes pesquisadores, a partir de observações etnográficas em contextos plurais. Estudiosos como Rosaldo (1982), Briggs (1997), Silverstein (2003) e Silva (2017) demonstraram que nem sempre os sentidos implícitos seguem uma lógica universal ou puramente racional. Em muitas comunidades, a interpretação do que é indireto depende de normas culturais específicas, de ideologias linguísticas locais e de formas de uso que não se submetem às lógicas ocidentais da intencionalidade individual.

O conceito de indexicalidade, que surgiu da semiótica peirceana, tornou-se central para compreender como signos linguísticos não apenas apontam para significados preexistentes, mas também transformam contextos. Para Peirce (1900), a indexicalidade consiste em características dos índices, signos que não são contíguos ou causados fisicamente pelos objetos que representam. Um exemplo contemporâneo de indexicalidade, na antropologia linguística, é apresentado por Silverstein (2014). Para ele, os índices têm duplo funcionamento e um bom exemplo está no uso do pronome *they* que, no inglês, é utilizado como forma de referência a pessoas não binárias. Esse índice tanto pressupõe um contexto de uso quanto transforma esse mesmo contexto, ao posicioná-lo de um modo específico. Então, o autor sugere que os índices têm duplo funcionamento. No caso do *they*, além de pressupor um certo regime de reconhecimento identitário (funcionamento I: indexicalidade de pressuposição), atua

performativamente ao transformar a situação comunicativa em um espaço de afirmação de diversidade (funcionamento II: indexicalidade de consequência ou de criação).

Essas noções são cruciais para compreendermos as estratégias discursivas da nova extrema direita brasileira no meio digital, as quais ocorrem por meio de *indexicalidade de nicho* (Silva, Bonfante, Hahn, 2024). Políticos de extrema direita fazem uso intencional de imprecisões discursivas polissêmicas que funcionam como sinais de reconhecimento para seus seguidores. Não é necessário dizer tudo diretamente — bastam expressões ambíguas, piadas, trocadilhos e provocações para que públicos específicos reconheçam nelas mensagens codificadas. Esse fenômeno se fortalece em ambientes digitais, onde a linguagem é altamente circulável, entextualizável e propensa à polifonia de interpretações, recriminação social e jurídica. Políticos de extrema direita, como temos discutido, utilizam um modelo de comunicação condizente com a era digital contemporânea: demandando de pouca explicação — uma analogia que Blommaert (2020) faz para se referir ao limite de caracteres nas plataformas de mídias digitais.

Nas interações digitais que analisei ao longo desse estudo, identifiquei que o funcionamento indireto da linguagem é acionado justamente como estratégia de poder, controle e convocação: é a partir do “não dito” — ou do “dito em tom de chacota” — que se convoca a violência, se deslegitima o adversário e se constrói a aparência de espontaneidade. Com isso, cria-se um ambiente de tensão semântico-pragmática, no qual os sentidos semânticos circulam em camadas, estabelecendo conflitos pragmáticos de sentido. Trata-se de um modo de operar que, paradoxalmente, *diz* algo e *não diz*, simultaneamente, separando o público-alvo (quem entende explicitamente os comandos) do público não alvo (quem não entende como gatilho para um comando) (Abidin, 2021).

Nas mídias digitais, em plataformas como o Instagram, o YouTube e o X, vemos que a comunicação não é linear. A todo momento, as mensagens são filtradas, reorganizadas, redirecionadas e entregues a nichos algorítmicos ordenados conforme o perfil de cada usuário, conforme ação da arquitetura programada em cada plataforma, explicitada no capítulo anterior. Nesse cenário, os chamados *públicos refratados* (Abidin, 2021) passam a ser um conceito central para a análise: são audiências invisíveis que captam sentidos implícitos, funcionam como prolongamentos afetivos do enunciador e tornam-se agentes de disseminação e ataque. É justamente nesse espaço que atores políticos da nova extrema direita brasileira têm se

aproveitado, tanto de cenários de crises econômicas como de *affordances* para se colocaram (ou manterem) no poder político.

O conceito de público refratado (Abidin, 2021) refere-se a audiências construídas justamente a partir da possibilidade de não serem imediatamente visíveis ou reconhecíveis por todos. São públicos formados por sujeitos que compartilham determinadas referências culturais, códigos de leitura e afetos, o que lhes permite captar sentidos implícitos que passam despercebidos pelo público mais amplo. Essa é uma noção que surge a partir da ideia de *públicos em rede* (boyd, 2010), para se referir às práticas que ocorrem em sites e redes sociais, especialmente aos usuários que ocupam esses espaços para *ver e ser visto*. Para explicar, a autora define públicos refratados como *públicos que são contornados pelos usuários*. E,

Como tal, eles são simultaneamente (1) o espaço construído a partir do desejo de percepções refratas e (2) a coleção de práticas subversivas ou evasivas como resultado de manipulações analógicas e algorítmicas de visão de acesso. Os públicos refratados permitem que os usuários e seu conteúdo evitem a detecção por olhos humanos e visão de máquina não alvos, promovam o desvio para cortinas de fumaça ou iscas alternativas de atenção e ainda facilitem disseminação de mensagens de forma expansiva e acessível. [...] Em essência, as culturas de públicos refratados são moldadas por evasão e usos “off-label” (Albury; Bryon, *apud* Abidin, 2021) e permitem que os usuários permaneçam “abaixo do radar” (Abidin, 2021, p. 3).

Com base no que aponta a autora, percebo que a comunicação abaixo do radar atua nesse registro: uma mesma mensagem pode ser inócua para um segmento da audiência e, ao mesmo tempo, funcionar como convocação velada para outro, compondo parte das estratégias linguísticas utilizadas pela nova extrema direita brasileira.

Nas interações que analiso, essa lógica se manifesta em enunciados com aparência de humor, imprecisão discursiva ou informalidade, mas que têm o efeito concreto de disparar ataques coordenados, por meio de enunciados afetivo-reacionários que escapam da violência e do ódio explícitos. Esses usos linguísticos são típicos daquilo que Cesarino (2022) chama de *públicos antiestruturais*.

Como forma de intervenção em um problema social contemporâneo, Cesarino (2019; 2022) discute a cibernética das máquinas e a cibernética da vida.. Analisando os modos como influenciadores digitais e algoritmos agem juntos, a autora complementa e atualiza as ideias de boyd (2010) e Abidin (2021), discutidas acima, fornecendo um novo contexto – o brasileiro. Segundo a autora, os públicos antiestruturais constituem um tipo específico de públicos refratados. Nessa interface humano-máquina, em que as topologias fractais se desenvolvem

num *continuum* entre crise e reorganização ou em que, de acordo Cesarino (2022), uma nova ordem pode emergir a partir do caos da crise instalada, os múltiplos segmentos que entram em ressonância para formar o bolsonarismo e a nova direita reacionária compartilham uma cibernética comum, que se caracteriza por incluir, na esfera pública, bifurcações de viés antiestrutural.

Cesarino (2022) explica que um público antiestrutural não se organiza de acordo com a racionalidade, mas pelos afetos envolvidos nas dinâmicas em rede. Segundo a autora, para esse tipo de público, emoções partilhadas, afetos mobilizados, circulação de memes, piadas e ironias têm mais valor do que os programas políticos coerentes. Para ela, essa antiestrutura se configura não a partir de uma ausência total de estrutura, mas por uma suspensão parcial das mediações institucionais.

O público da nova extrema direita brasileira, como aponta Cesarino (2022), configura-se justamente como esse público antiestrutural, sobretudo porque atua com a mobilização intensa de sentimentos como raiva, medo, ódio e esperança, por exemplo. Ao mesmo tempo, realiza uma crítica constante e uma rejeição fervorosa a mediadores tradicionais de informação, como jornais e a ciência e de organizadores sociais, como partidos políticos. Na tensão que propõem, mobilizam as categorias típicas da nova extrema direita brasileira, por meio dos enunciados que aqui chamo de afetivo-reacionários, para mobilizar o público contra a instituição política vigente, se posicionando como a *solução do problema*. Essa é uma estratégia paradoxal de imprecisão discursiva polissêmica, na qual a nova extrema direita brasileira se posiciona contra o sistema ao mesmo tempo em que quer ser o topo do sistema que critica, alegando que poderia mudar algo estando *lá*.

Como função política, o público antiestrutural (Cesarino, 2022) se torna o propulsor dos discursos afetivo-reacionários porque não exigem demasiada coerência racional do interlocutor, privilegiam a performance e mobilizam o nexos online/offline em detrimento próprio, mas contra um inimigo comum – que pode ser o professor, a feminista, o jornalista, o artista etc.

Em sua argumentação, Cesarino (2022), ao apresentar as interferências do *eu* online no contexto offline, defende que a bifurcação do poder político, com a qual se chega à ideia de “direitos humanos só para humanos” – quem merece ou não esse direito, pensando no código amigo x inimigo – tudo tem a ver com o modo como as novas mídias apresentam uma aceleração

temporal. Nesse sentido, surge uma soberania paralela das novas mídias sobre o mundo externo/offline, cuja infraestrutura respalda a nova extrema direita no Brasil, que consegue justamente atuar abaixo do radar. Na construção desse cenário, a autora aponta que a sobreposição das mídias ao mundo físico ocorre e as mídias passam a ser altamente centrais na sociedade contemporânea. Podemos identificar esse padrão, por exemplo, no padrão mimético dos ataques políticos. Nós, enquanto público de superfície, navegamos entre fronteiras invisíveis, delimitadas por metacódigos.

O contexto em que vivemos hoje, no qual a comunicação envolve uma série de atores, que operam tanto como produtores quanto como receptores de mensagens políticas, surge de um cenário político cujas particularidades e diferenças entre grupos/indivíduos que compõem as diferentes camadas sociais são, segundo Cesarino (2019; 2022), seletivamente excluídas em favor da mobilização de símbolos e palavras de ordem que podem ligar todos ao líder. O líder populista molda o povo através de mediações diversas e a atuação de Jair Bolsonaro e seus apoiadores – humanos ou *bots* – é uma prova muito clara desse funcionamento. Não apenas a campanha eleitoral de Bolsonaro em 2018 se estruturou discursivamente nas redes, como também suas ações durante o mandato e de todos os políticos que fazem parte dessa nova onda política que se emerge desde 2018, como observo com os políticos que aqui discuto.

Cesarino (2019; 2022) defende que as mídias sociais se tornaram um espaço em que tudo é verdade e liberdade de expressão, fazendo dos espaços offline, sobretudo a esfera pública, um *locus* de *fakes* e manipulações, como foi o caso que ocorreu contra a jornalista Patrícia Campos Mello, por exemplo. Mello (2020), em *A máquina do ódio*, expõe um sistema de impulsionamento de *fake news* nas plataformas de mídias digitais, denunciando a situação como parte das estratégias políticas utilizadas pela nova extrema direita brasileira. Em contrapartida, apoiadores do ex-presidente iniciaram uma campanha para destruir a reputação da jornalista.

3.3 “ELA QUERIA DAR O FURO”: A MÁQUINA DO ÓDIO BOLSONARISTA

No ano de 2020, uma CPMI foi aberta para investigar as evidências que Mello (2020) expôs. De um dos depoimentos, prestados por Hans River do Nascimento (a quem Mello, 2020,

entrevistou), ex-funcionário da *Yacows*⁵⁶, surge uma distorção dos argumentos: enquanto Hans, segundo Mello (2020) teria utilizado a entrevista para, possivelmente, negociar um acordo melhor em seus processos trabalhistas, ele a acusa de oferecer sexo em troca das informações. Diante da acusação de Hans, não adiantou muito Mello e A Folha publicarem prontamente evidências de que a acusação era mentirosa: a situação era *perfeita* para a nova extrema direita brasileira, que reagiu com inúmeros ataques misóginos.

O episódio envolvendo a jornalista Patrícia Campos Mello tornou-se emblemático na análise das estratégias discursivas bolsonaristas e como parte fundamental para compreendermos o comportamento antiestrutural de intimidação online. Trata-se de um caso em que a linguagem indireta e o uso instrumental de ambivalências discursivas geraram uma avalanche de ataques de natureza misógina, com impacto direto na reputação, na segurança e na prática profissional da jornalista. Neste estudo de caso, proponho compreender esse episódio não somente como exemplo de violência de gênero mediada por tecnologia, mas como manifestação de uma tática discursiva reiterada: o uso de enunciados afetivo-reacionários com duplo sentido e piadas ambíguas para incitar públicos refratados do tipo antiestrutural à ação violenta.

O momento decisivo para a intensificação da violência discursiva veio dias depois, quando o próprio Jair Bolsonaro, ao ser abordado por apoiadores na saída do Palácio da Alvorada, ironizou a jornalista com a frase “*Ela queria um furo. Ela queria dar o furo*”.⁵⁷ A estrutura da frase carrega uma imprecisão discursiva polissêmica suficiente para que o conteúdo seja lido de diferentes formas, dependendo do repertório semântico do receptor. No jargão jornalístico, “dar o furo” significa antecipar uma informação relevante. No entanto, no contexto e com a entonação empregada por Bolsonaro, a expressão foi convertida em duplo sentido sexual, ecoando e reforçando a falsa acusação de assédio moral feita por Hans River.

⁵⁶ A *Yacows* é uma empresa de marketing digital que ficou conhecida por realizar disparos em massa de mensagens, principalmente durante as eleições de 2018. A empresa foi investigada por suspeitas de uso de dados fraudulentos para o registro em aplicativos de mensagens e disparo dessas mensagens em massa. A Justiça chegou a proibir a *Yacows* de usar o WhatsApp para esse tipo de operação, atendendo a um pedido da própria plataforma.

⁵⁷ O recorte da fala em questão circulou em reportagens como a que pode ser acessada em: <https://noticias.uol.com.br/videos/2020/02/18/bolsonaro-insulta-reporter-da-folha-ela-queria-dar-o-furo-0402CD99366AD8B96326.htm> (Último acesso em 16 de julho de 2025). Na época, inúmeros memes circularam na rede com esse recorte, especialmente no Instagram. Sinalizo, porém, que na ocasião, em 2018, eu ainda não pensava em realizar um estudo etnográfico com esse tipo de conteúdo e, assim, não construí um arquivo na época.

A polissemia da palavra ‘furo’ foi explorada em memes e outros vídeos de conotação humorística, como um produzido pelo *Canal Hipócritas*⁵⁸, que é mantido por apoiadores de Bolsonaro no *YouTube*. Tanto no vídeo quanto em memes, tal qual na fala original de Bolsonaro, ‘furo’, que no jargão jornalístico diz respeito a uma notícia importante publicada pela primeira vez, é uma expressão utilizada para induzir conotações sexuais na compreensão do interlocutor.

Para parte do público, o comentário de Bolsonaro poderia ser interpretado como uma simples brincadeira — “mal colocada”, mas não violenta. Para outros, especialmente aqueles já mobilizados ideologicamente, o enunciado operou como chamado simbólico à desqualificação moral da jornalista, reduzindo-a a um corpo disponível e transformando sua credibilidade profissional em alvo. O próprio efeito de riso coletivo, registrado em vídeo durante a fala presidencial, funcionou como sinal entre aqueles que compreendiam a verdadeira carga do enunciado. Ali, a linguagem serviu como código de pertencimento, como marcador identitário – de uma identidade masculina e misógina de objetificação das mulheres.

É nesse ponto que sinalizo para a eficácia da semiótica abaixo do radar: o ex-presidente se vale de um enunciado ambíguo o suficiente para não configurar, juridicamente, uma ofensa direta. Mas a pragmática do gesto, reforçada pela sua posição institucional e pela ativação afetuosa dos seguidores, evidencia que se trata de um disparo discursivo com alvos bem definidos. Como mostrou a própria jornalista em relatos posteriores, a repercussão da fala presidencial desencadeou um ciclo de novas agressões, incluindo ameaças de estupro, insultos de natureza sexual e ataques à sua família.

Além de *bots* e anônimos, figuras públicas — inclusive parlamentares — passaram a reiterar a narrativa difamatória, contribuindo para a manutenção do ataque. O deputado Eduardo Bolsonaro (PL), por exemplo, deu declarações sugerindo que Campos Mello teria se insinuado sexualmente em troca de informações, reiterando publicamente a versão que já havia sido desmentida. Nesse ponto, a violência discursiva extrapola os limites das redes e se institucionaliza, passando a compor o repertório retórico da política reacionária.

⁵⁸ Vídeo disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=rRLpnA03pbY>. (Último acesso em 16 de julho de 2025).

Essa combinação entre imprecisão discursiva, linguagem sexualizada, ironia e ativação digital revela uma forma de violência discursiva que não se limita a xingamentos diretos. Trata-se de uma tecnologia de desestabilização moral, que transforma a vítima em objeto de escárnio público e cria uma cortina de fumaça que desvia o foco da denúncia original e contra outras acusações de má-prática política. Como apontado por Letícia Cesarino (2022), essa lógica opera como modulação do escândalo: a denúncia jornalística se torna irrelevante diante do ruído produzido pela chacota, e o centro da narrativa desloca-se do conteúdo da matéria para a moralidade da repórter.

Não se trata de um episódio isolado, esse caso exemplifica uma prática sistemática de erosão da credibilidade institucional da imprensa, associada a uma performance discursiva que legitima a violência contra mulheres em posição de visibilidade. A repetição desses padrões demonstra que utilizar a linguagem indireta não é apenas um estilo retórico, mas uma engrenagem de poder na guerra discursiva promovida por populismos digitais. Observaremos um outro caso que coordena o mesmo tipo de ataque inferido contra Mello.

3. 4 “TABAJARA FUTEBOL CLUBE DIZ PORQUE NÃO QUER NEYMAR NO SEU TIME”: O *MITO* REJEITADO

No segundo estudo de caso, volto-me à análise do episódio em que Jair Bolsonaro, durante a campanha eleitoral de 2022, utilizou o humor como dispositivo de ataque velado contra a jornalista, advogada e comentarista política Gabriela Prioli. Assim como no caso de Patrícia Campos Mello, a linguagem empregada por Bolsonaro não apresentou insultos diretos. No entanto, os sentidos, implícitos em seu comentário, mobilizaram uma gramática misógina ancorada em associações simbólicas e referências culturais populares, resultando na ativação de seu público refratado com efeitos similares de violência discursiva e difamação moral.

Em uma publicação que circulou no Instagram e no X, no dia 1º de setembro de 2022, Bolsonaro compartilhou uma reportagem da revista *Veja* cujo título informava que Gabriela Prioli não havia convidado o presidente para participar de seu programa de entrevistas na CNN Brasil. A legenda que Bolsonaro adicionou à publicação dizia: *Tabajara Futebol Clube diz porque não quer Neymar em seu time.*

Figura 11: “Tabajara Futebol Clube diz porque não quer Neymar no seu time”



Disponível em: https://www.instagram.com/p/Ch_IrVVuwW7/. Último acesso em 17/07/2025.

Na imagem acima, vemos a manchete da revista Veja publicada no perfil de Bolsonaro no Instagram, em 1º de setembro de 2022, a mesma imagem, com a mesma legenda, que ele também publicou em seu perfil no X. Na cena, vemos estampado o rosto de Gabriela Prioli. Gabriela Prioli Della Vedova é advogada criminalista, professora universitária, comentarista política e apresentadora de televisão brasileira. Nacionalmente, ficou conhecida por integrar o quadro *O grande debate*, da rede CNN Brasil e, nas mídias digitais, por sua resposta, em vídeo, a essa publicação de Jair Bolsonaro⁵⁹.

A força desse comentário não reside no conteúdo factual, mas sim na forma como constrói analogias irônicas e simbólicas. O enunciado estabelece um paralelismo sintático e semântico entre Prioli e o Tabajara Futebol Clube — um time fictício, criado pelo programa humorístico *Casseta & Planeta Urgente*⁶⁰, conhecido por representar o fracasso e a desorganização, satirizando o submundo do futebol brasileiro. Nos anos 2000, fazia parte de um quadro humorístico na televisão brasileira, transmitido pela Rede Globo. Na sátira, o time

⁵⁹ Para mais discussões sobre o caso, ver Hahn (2023), disponível em: <https://revistas.ufpr.br/revistax/article/view/90670/50217>, e Silva, Bonfante e Hahn (2024), disponível em: <https://wpull.org/product/wp332-indireto-e-abaixo-do-radar-a-pragmatica-de-ataques-misoginos-no-populismo-digital-de-bolsonaro/>.

⁶⁰ Antigo programa humorístico da Rede Globo de Televisão. Mais informações disponíveis em: <https://memoriaglobo.globo.com/entretenimento/humor/casseta-planeta-urgente/noticia/casseta-planeta-urgente.ghtml>. Acesso em 07/09/2025.

era reconhecido como *o pior time do mundo* e estava sob comando de dirigentes incompetentes; a mascote do time era uma vaca; o patrocinador oficial era o *Leitinho Quentinho do Papai*; o time participava da série Z do Campeonato Brasileiro de futebol.

Ao mesmo tempo, a figura de Bolsonaro é associada a Neymar Jr, jogador de futebol, ícone do sucesso masculino, da performance esportiva e da fama global. A mensagem implícita é clara: Gabriela Prioli — mulher, apresentadora e crítica do governo — estaria recusando a participação de alguém muito superior a ela, tanto em *status* quanto em relevância. Além disso, a comparação incitada por Jair Bolsonaro coloca a credibilidade da mídia corporativa em posição de descredibilidade ao compará-la, a partir do nome da jornalista, com o *Tabajara F.C.*.

Ao lado da foto que estampa o rosto sorridente de Prioli, acompanha uma legenda que deixa de lado qualquer estratégia de polidez linguística que deva ser utilizada por alguém que ocupa o cargo de Presidente da República. Essa construção opera discursivamente em diversas camadas de sentido, por meio do que tenho chamado de discurso afetivo-reacionário. Em primeiro lugar, a analogia rebaixa Prioli, reduzindo sua autoridade profissional a uma caricatura. Em segundo, reforça uma hierarquia de gênero: o homem poderoso é visto como vítima de exclusão por parte de uma mulher supostamente arrogante, que “não sabe seu lugar”. Em terceiro, insinua que a crítica política feita por ela seria irrelevante ou desinformada — uma atitude típica do “pior time do mundo” tentando rejeitar o melhor jogador. A construção da frase permite que ela funcione como piada para uns (piada para quem ataca) e como ataque simbólico para outros (ataque para quem está sendo atacado) — o que caracteriza precisamente a eficácia da estratégia discursiva abaixo do radar.

O caso se intensifica quando consideramos o contexto biográfico de Prioli no momento do ataque: ela estava grávida de seis meses de sua primeira filha. Isso torna o alvo ainda mais sensível e, ao mesmo tempo, mais eficaz na lógica do populismo digital: ao atacar uma mulher grávida com uma piada que parece leve, mas que é carregada de desprezo simbólico, o discurso produz escândalo e engajamento — tanto por parte dos que apoiam quanto dos que repudiam o gesto. O riso e o horror se retroalimentam.

A resposta de Prioli, publicada em vídeo nas redes sociais, foi um contradiscurso metapragmático claro e direto. Ela denunciou a tentativa de desviar a atenção de escândalos envolvendo corrupção no entorno presidencial, interpretando o comentário de Bolsonaro como parte de uma estratégia recorrente de incitação de ataques digitais coordenados. Em sua fala,

Prioli não apenas recusa o lugar simbólico que lhe foi atribuído — o da mulher frágil, ressentida ou arrogante — como também denuncia o padrão de misoginia institucionalizada no discurso presidencial.

Além da crítica política, Prioli chamou atenção para o fato de que as consequências do ataque não se restringem ao campo simbólico. Ela recebeu centenas de ameaças nas horas seguintes à publicação de Bolsonaro. Conforme ela relata em seu vídeo, as palavras utilizadas por Bolsonaro reverberaram para além do meio digital, afetando sua vida offline, o que ela tornou público ao se pronunciar:

(A) *Eu recebi centenas de ameaças nas últimas horas e ele sabia que isso aconteceria. Esse era o objetivo dele.* (Gabriela Prioli)⁶¹.

O enunciado do então presidente, embora ambíguo, foi interpretado por seus apoiadores como permissão para agredir, humilhar e intimidar. Como todo performativo fere por meio de uma “acumuladora e dissimuladora historicidade da força [ilocucionária]” (Butler, 1997, p. 52), a analogia linguística estabelecida entre Gabriela Prioli e o Tabajara Futebol Clube acumula e dissimula uma história misógina. A jornalista é implicitamente posicionada como a pior comentarista política do mundo e seu desempenho é, ao mesmo tempo, dependente do poder masculino e sexualizado por ele. Assim como no caso de Campos Mello, trata-se de um chamado implícito à ação, veiculado por meio do humor — o que dificulta juridicamente sua responsabilização, mas amplifica seu efeito pragmático.

Esse episódio revela a recorrência de uma tática discursiva fundamental no populismo digital bolsonarista: a manipulação do humor como forma de ataque indireto. A piada, aparentemente inofensiva, funciona como dispositivo de destruição simbólica. Ao mesmo tempo em que permite negar qualquer intenção violenta (“era só uma brincadeira”), ela reitera lugares sociais de exclusão e inferioridade atribuídos a mulheres, jornalistas, críticos ou minorias. Aqui, com Prioli, acontece mais um dos tantos casos típicos da nova extrema direita brasileira, que utiliza de estratégias linguísticas do tipo afetivo-reacionárias como essa para mobilizar sentidos e efeitos de reação — tanto no direcionamento de ataques quanto no deslocamento da própria Prioli para o não-lugar (Butler, 1997), onde ela é depreciada.

⁶¹ O vídeo está disponível em: <https://www.instagram.com/p/CiArBWFLl2z/>. Último acesso em 17/07/2025.

Mais ainda: o uso reiterado de estratégias como essa ajuda a naturalizar a violência. Quando o insulto é apresentado em forma de riso e passa a circular amplamente nas redes sociais, ele se torna familiar — e o que é familiar tende a ser aceito. Como observa Judith Butler (1997), o poder performativo da linguagem injuriosa não está em sua originalidade, mas em sua repetição. Cada nova “piada” de Bolsonaro reforça um regime discursivo em que os corpos são expostos, desqualificados e colocados à disposição da zombaria pública.

O próximo caso ilustrará como outras pessoas políticas da nova extrema direita no Brasil seguem o mesmo estilo retórico de Jair Bolsonaro. Articulando elementos metafóricos, utilizando a imagem de uma criança e construindo analogias subentendidas, que escapam dos mecanismos que configuram violação nas plataformas de mídias digitais, o caso a seguir *escapa* dos radares, mas *salta aos olhos* de quem vê.

3.3.3 Era uma vez... Mamãe boa, juiz mau: a pedagogia do opressor político

Neste terceiro caso, analiso um vídeo publicado no perfil da deputada bolsonarista de extrema direita, Ana Caroline Campagnolo, no qual ela aparece em um cenário doméstico, sentada sobre a cama com sua filha mais velha, Catarina, em um cenário cuidadosamente composto — iluminação quente, cabeceira estofada, espelho ornamentado — enquanto lê em voz alta duas histórias: a do “juiz bom” e a do “juiz mau”, sendo o ‘juiz mau’ um personagem fictício criado por ela para representar uma crítica moral aos juízes contemporâneos que, conforme sua fala, libertam criminosos e prendem “mamães boas”. A performance se constrói como uma leitura dialogada, infantil e afetuosa, mas mobiliza um conteúdo altamente politizado e moralizante, embutido em estruturas de pensamento binários. O vídeo é legendado e narrado em tom afetuoso, com falas interativas entre mãe e filha. O conteúdo, embora apresentado como parte de uma rotina doméstica e educativa, atua como veículo de enunciados políticos profundamente ideologizados, mas sutis — configurando uma estratégia discursiva tipicamente abaixo do radar, articulando alguns elementos que discuto na sequência.

Figura 12: Capa do vídeo publicado no Instagram de Ana Caroline Campagnolo



Disponível em: <https://www.instagram.com/reel/DLftHaGSVot/?igsh=MWM1NzViMmxjcDlqcw%3D%3D>.

Acesso em 14/07/2025.

Quadro 2: Transcrição do diálogo encenado por Ana Caroline Campagnolo

Catarina: Me mostra um juiz? Primeiro um bom e depois um mau.

Ana: Esse é um juiz bom. O nome dele é Salomão e ele viveu mais ou menos 3 mil anos atrás. [corte de edição - começa a narrar uma história] Tinha duas mães, só que uma mãe dormiu em cima do seu bebê e o bebê ficou sufocado, sem ar. E acontece o que quando a gente fica sem ar?

Catarina: A pessoa morre.

Ana: E o bebê morreu. E essa mãe tentou enganar a outra mãe e trocou de bebê. Para dizer que o bebê dela *tava* vivo e o outro bebê que tinha morrido, fez uma troca maldosa. As duas foram lá falar com o juiz. E disseram assim: “juiz, só tem um bebê vivo e duas mães”. Uma *tá* falando a verdade e a outra está falando o quê?

Catarina: Mentira.

Ana: Mentira. “E agora, juiz Salomão? Como a gente vai saber quem é a mãe de verdade?”. Aí o juiz disse: “Eu já sei! Chamem as duas mães aqui”. Quando as duas mães chegaram, ele disse: “*Pra* vocês pararem de brigar, eu vou cortar o bebê no meio com uma espada. E vou dar metade do bebê *pra* cada uma”. E aí, uma das mulheres falou assim: “Não, não, não, não, não corta o bebê no meio. Eu prefiro que você dê o bebê para outra mulher”. Aí, o rei

Salomão, que também era juiz, percebeu: a verdadeira mãe não ia querer que cortasse um bebê no meio. Então, a mulher que defendeu o bebê é a verdadeira mamãe. Assim, o bebê não morreu e a mãe voltou para casa com seu filhinho. Por isso que ele era um juiz bom.

Catarina: E agora eu quero ver o juiz mau.

Ana: O que que tem de engraçado na aparência dele?

Catarina: Uma aparência malvada.

Ana: É. E cadê isso daqui? O que aconteceu aqui?

Catarina: Ficou careca.

Ana: Ele é careca? Cadê o cabelo dele?

Catarina: Careca.

Ana: Então, eu também vou te contar uma história de um juiz mau, igual eu te contei a história de um juiz bom. [*corte de gravação, começa a narrar outra história*] Era uma vez, um juiz mau. E apareceram duas pessoas para o juiz julgar. Uma dessas pessoas tinha traficando, matado, roubado, feito mal para os animais, feito mal para as crianças e era uma pessoa muito malvada, era um criminoso. E do outro lado apareceu uma mamãe, uma mamãe que era princesa, que era querida. E esse juiz malvado olhou para a mamãe boa e para o criminoso mau e disse assim: “O criminoso mau pode ficar solto, mas a mamãe boa eu vou mandar prender por muitos anos e ela vai ficar *pra* sempre presa e nunca mais vai ver os filhos dela”. Tá certo isso que ele fez?

Catarina: *hum hum* [som de negação]

Ana: Quem que *devia tá* preso?

Catarina: Criminoso.

Ana: E quem que *devia tá* solta?

Catarina: A mãe.

Ana: Então, isso é um juiz mau. Depois que ele deixou essa mamãe presa por muito tempo e esse bandido solto, começaram a acontecer cada vez mais crimes perigosos na cidade, começou a acontecer tráfico de drogas, soltaram o Diabo de Nove Dedos, soltaram todos os monstros do mau e prenderam todas as pessoas do bem. E a cidade virou o que desse jeito?

Catarina: Cidade do mau.

Ana: Uma cidade do mau, bagunça.

Catarina: Agora me explique como que o cabelo desse juiz mau caiu.

Ana: Esse juiz tinha um cabelo bem grande e ele tinha muito cabelo. Só que apareceu um anjo e disse assim: “Cada vez que você fizer uma injustiça, eu vou vir lá do céu e vou arrancar um fio do seu cabelo”. E ele começou a fazer coisas más e ele pensou: “Ah, tudo bem, é só

um fio de cabelo, não vai fazer falta”. Só que ele foi fazendo tanta maldade, que muitos anos depois, quando ele olhou no espelho...

Catarina: Careca. Daí o que que ele fez quando ele se olhou no espelho?

Ana: Ele Agora pensou: “Todos sabem que eu sou mau, porque eu perdi todos os cabelos para o anjo da justiça. Então agora todo mundo sabe que eu sou mau. Agora eu vou ser mau pra sempre mesmo”. E desde então ele nunca mais parou de fazer maldade. Então esse juiz aqui que é mau, ele não aprendeu com Salomão a fazer coisas boas e a ser uma boa pessoa. Não.

Transcrição: A autora.

A cena mimetiza a intimidade doméstica, com um enquadramento caseiro e um tom de voz de apelo emocional, que remete diretamente ao campo dos afetos. É justamente o campo dos afetos que permite à cena escapar às críticas convencionais de política – porque o conteúdo é familiar e pedagógico, não é apresentado como a política que conhecemos convencionalmente.

No caso em cena, a deputada utiliza a estrutura dos contos de fadas para construir um cenário dualista de bem *x* mal, no qual o juiz bom é religioso, justo e protetor das mães, enquanto o juiz mau é corrupto, injusto e símbolo do caos moral. Essa estrutura é facilmente assimilável por crianças, mas atua como uma forma de doutrinação ideológica, onde a justiça institucional é ridicularizada e deslegitimada, ao passo que valores conservadores (família, maternidade, punição) são exaltados por meio de uma pedagogização do discurso político.

A história narrada associa “a mamãe boa” a uma figura virtuosa, princesa, querida, que sofre injustamente por conta de um juiz malvado que prefere libertar “traficantes, monstros e o Diabo de Nove Dedos” — referência codificada, mas reconhecível, ao presidente Lula. Essa simplificação moral opera sob uma lógica referencialista, em que signos políticos são traduzidos em personagens arquetípicos para reforçar a oposição entre “gente de bem” e “inimigos da nação”. A “mamãe” boa pode, ainda, ser uma inferência à Débora Rodrigues dos Santos, cujo caso ganhou grande repercussão, com debates sobre sua prisão após escrever “perdeu, mané”, com batom vermelho na estátua da Justiça, em frente ao Supremo Tribunal Federal (STF), durante os atos de 8 de janeiro de 2023. Dado o contexto que a deputada apresenta, a referência fica ainda mais clara quando entendemos que o juiz mau se trata de Alexandre de Moraes, ministro do STF e figura central em decisões sobre temas como *fake news*, ataques à democracia e combate à desinformação.

Outro elemento que percebo ao observar a cena remete à construção do *ethos* materno como autoridade discursiva. Ao narrar essas histórias com tom afetuoso, didatismo e paciência, Campagnolo prefigura uma figura materna ideal — cuidadora, leitora, educadora. Essa performance reforça um perfil político já consolidado por ela: o da mulher conservadora que se opõe ao feminismo, valoriza o ensino doméstico e assume para si a tarefa de formar moralmente os filhos. Trata-se de uma maneira dissimulada de sustentar a crítica à escola pública e à mediação estatal na formação infantil.

A estética do vídeo, somada à linguagem simples e afetiva, mascara os elementos ideológicos subjacentes. A deputada fala de “justiça”, “mamães boas”, “juízes maus”, mas omite qualquer posicionamento partidário explícito. A ideologia da nova extrema direita brasileira é mascarada por valores morais genéricos e naturalizada pela narrativa emocional. Essa camuflagem é própria das estratégias que operam *abaixo do radar* — discursos que escapam à detecção imediata por parecerem “apenas” histórias de mãe para filha.

Ainda quanto à estética do vídeo, ele foi produzido de forma altamente otimizável para redes sociais: luz suave, cenário acolhedor, presença infantil, enredo emocional. Esse tipo de conteúdo tende a escapar à moderação algorítmica, ao mesmo tempo em que favorece o engajamento em bolhas conservadoras e familiares. O algoritmo tende a impulsionar vídeos com crianças, interação afetiva e ausência de linguagem agressiva direta — o que faz com que esse conteúdo seja um discurso reacionário altamente adaptado à circulação algorítmica em plataformas como o Instagram, por exemplo.

Esse caso ilustra uma forma sofisticada de disseminação discursiva em que a linguagem infantil, o *ethos* materno e a performance de cuidado funcionam como ferramentas ideológicas altamente eficazes. A naturalização da moral conservadora e a crítica indireta a instituições democráticas são disseminadas por meio da forma de falar (tonalidade) e da pedagogia familiar — produzindo um discurso que não apenas circula com facilidade, mas também goza de legitimidade simbólica no campo da família tradicional e da proteção infantil.

Além disso, a cena revela uma operação complexa de disseminação ideológica que combina afetividade e tecnologia. A deputada se vale da performance materna, inclusive expondo a imagem de sua filha mais velha, uma criança com 4 (quatro) anos de idade, para construir enunciados políticos ideologizados, mas que escapam à detecção crítica, ao radar do STF e aos mecanismos que impedem algumas violações diretas em plataformas como o

Instagram, porque operam indiretamente. A fábula que Campagnolo cria é, na verdade, uma narrativa carregada de justiça moral conservadora e que atua na formação subjetiva tanto de sua própria filha quanto na do público que a acompanha nas mídias digitais.

Nesse sentido, Campagnolo nos coloca diante de uma estratégia linguística abaixo do radar, mas que é também, simultaneamente, afetiva e algorítmica, na qual o discurso reacionário se apresenta na forma de cuidado, o ataque institucional veste a máscara da história infantil e a moral conservadora é apresentada como natural, justa e autoevidente. O que a deputada faz é, portanto, uma boa demonstração de como a direita brasileira, para além da figura do ex-presidente (mas sobretudo a partir dele), mobiliza formas discursivas aparentemente inofensivas para promover agendas ideológicas profundas e que, no limite, vivem de uma aparência que não indica estarem fazendo política.

3.4 A EFICÁCIA POLÍTICA ABAIXO DO RADAR

Os três casos que apresentei nesse capítulo – Mello, Prioli e Campagnollo – me permitiram observar as diferentes formas de atuação discursiva tanto de Jair Bolsonaro quanto de seus seguidores que, embora operem em torno de registros, plataformas e eixos temáticos distintos, compartilham um mesmo princípio de funcionamento: o avanço ideológico por meio de estratégias linguísticas, performativas e semióticas de baixa visibilidade, por meio de uma linguagem afetivo-reacionária. As cenas que observei ilustram, cada uma a seu modo, como discursos politicamente posicionados podem ser veiculados, especialmente nas mídias digitais, sem uma enunciação direta, sem indexação explícita de partidos específicos, pautas ou identidades políticas.

Tais estratégias, as quais denomino *abaixo do radar*, são eficazes não apesar de sua opacidade, mas justamente por causa dela. São usos linguísticos e as construções discursivas que permitem a eles escapar à vigilância dos filtros institucionais, dos algoritmos e até mesmo da crítica da opinião pública, especialmente porque se camuflam sob expressões de espontaneidade, neutralidade, entretenimento ou cuidado.

Apesar da diferença no que diz respeito aos estilos e campos discursivos entre as três cenas, alguns pontos convergem, auxiliando-nos na compreensão dos padrões metacomunicativos da nova direita reacionária no Brasil, dentre os quais, três são os pontos que

mais me chamam a atenção: Primeiramente, em todas as cenas percebo a mobilização de afetos como infraestrutura retórica. Seja com a forma como Prioli é tratada, como Mello é identificada ou um certo cuidado que Campagnolo tenta demonstrar, há um investimento emocional que torna os discursos menos questionáveis.

Em segundo lugar, percebo que todas as cenas são operacionalizadas sob o apagamento da indexicalidade ideológica direta. Não está em jogo a defesa aberta de uma determinada pauta, mas sim a construção de um imaginário social normativo que naturaliza determinados posicionamentos, tentando sobrepondo-o sobre as demais camadas sociais.

Por fim, o terceiro ponto que percebo é o fato de que todos os três discursos estão discursivamente moldados para maximizar a circulação algorítmica. As cenas otimizadas visualmente, emocionalmente e performativamente para *viralizar*⁶² a partir do engajamento, seja intelectual, afetivo ou familiar, por exemplo.

Essa forma de utilizar a linguagem abaixo do radar aponta para uma reconfiguração contemporânea das disputas simbólicas no meio digital, no qual a eficácia política já não depende exclusivamente da polarização explícita, mas da capacidade desses atores políticos inserirem ideologias por mecanismos de imprecisão discursiva polissêmica, movendo afetos enquanto parecem neutros.

As três cenas me permitem evidenciar como as estratégias discursivas da nova direita e seus efeitos simbólicos têm se sofisticado: não se trata mais somente de um discurso ‘aos berros’, vociferado para toda a população, mas de uma forma de encantar, envolver, parecer inofensivo. Ou seja, é o discurso de ódio dissimulado e apresentado na forma de amor, a manipulação que aparenta cuidado, o ataque que se encena com uma fábula que fogem dos radares possíveis do banimento, da crítica, da responsabilização. No capítulo que se segue, analiso como essas e outras estratégias são utilizadas na educação, utilizando-a como ferramenta de controle, especialmente no caso de uma professora da rede estadual de Santa Catarina, Juliana Andozio.

⁶² *Viralizar*, nas mídias digitais, significa que um conteúdo se espalha rapidamente, alcançando um grande número de usuários e repercutindo de forma massiva.

CAPÍTULO 4

A EDUCAÇÃO COMO MÁQUINA DE ASSÉDIO: LINGUAGEM E PERSEGUIÇÃO NO NEXO ONLINE/OFFLINE E O CASO JULIANA ANDOZIO

PLANO DO CAPÍTULO

No presente capítulo, discuto como a nova extrema direita brasileira entextualiza ou cita a fala de professores para mobilizar, no nexo online/offline da vida social, reações que promovem seu projeto de controle político.

Para delimitar a discussão que proponho, discuto o caso da professora Juliana Andozio, em Santa Catarina, bem como suas reverberações na política local e estadual; e o caso de uma professora na cidade de Videira, também em Santa Catarina, que repercutiu a partir do perfil no Instagram da deputada Federal Julia Zanatta.

4 CONTEXTUALIZANDO O CASO JULIANA ANDOZIO

(B) “*Nessa escola a gente não educa mais. A gente resiste. A gente documenta. A gente se protege.*”.⁶³

Não é somente na escola que apresentarei nesta seção, mas na escola como um todo, como entidade social multifacetada que desempenha múltiplos papéis na formação de indivíduos e da sociedade, enfrentamos problemas. Toda escola é espaço de (des) construção e, desde a ascensão do bolsonarismo, o chão da sala de aula tem se tornado um lugar que coloca a vida do professor em risco. Os motivos que nos chamam a atenção ao observar o que apresentarei nas próximas páginas são múltiplos; enquanto professora, acredito que também ter sofrido ameaças no espaço escolar foi meu combustível inicial para querer discutir a questão.

⁶³ Entrevista não publicada formalmente. Juliana Andozio consentiu a gravação da entrevista, transcrição e utilização dos dados, bem como autorizou manter seu nome na escrita deste trabalho, sem afetar direitos autorais. Tarjas foram acrescentadas sobre dois nomes de terceiros mencionados por Andozio. O contato foi realizado via WhatsApp e a autorização concedida em 10/09/2025.

O que me fez permanecer, porém, foram as outras experiências que me moldaram no âmbito da educação, na vivência na escola pública e, posteriormente, em uma posição de privilégio político para trabalhar por aquilo que acredito ser uma educação pública de qualidade.

A perseguição a professores no Brasil contemporâneo não pode ser tratada como *um ou outro* caso isolado de intolerância, sem conexão maior, mas como parte de um projeto político sistematicamente organizado que busca, também por meio da educação, uma reestruturação a partir de ultraconservadorismo. Conforme Rodrigues (2023), a perseguição docente se insere em um contexto mais amplo de práticas que buscam restringir a liberdade de cátedra e silenciar práticas pedagógicas críticas, instaurando o que a autora denomina “silenciamento antipedagógico”. Segundo ela, esse silenciamento opera como uma mordada simbólica, invisível, que não se apresenta explicitamente como censura, mas que, por meio de outros mecanismos de manipulação, evocando medo, pressão institucional e assédio, por exemplo, produz efeitos concretos de exclusão e censura (e autocensura).

Nos casos analisados nas próximas seções, aponto como esse processo se atualiza no nexo entre on e offline. A perseguição começa, frequentemente, no ambiente digital, com falas docentes que são recortadas, reinterpretadas e *viralizadas* sob a gramática do discurso ultraconservador da nova extrema direita brasileira. Rodrigues (2023) nos mostra que esse processo se desdobra em processos, quatro, especificamente, sendo:

I. Denúncia e exposição pública: quando docentes se tornam alvos em redes sociais, muitas vezes a partir de vídeos recortados, descontextualizados, entextualizados (Bauman; Briggs, 1990), denúncias anônimas ou narrativas produzidas por políticos e/ou grupos organizados.

II. Pressão institucional e judicialização: quando a perseguição é convertida em processos administrativos e jurídicos.

III. Criminalização de conteúdos pedagógicos: quando ensinar conteúdos ligados à questões de gênero, sexualidade e diversidade são colocados sob acusação de doutrinação.

IV. Autocensura e medo: quando, ao ver colegas expostos, violados, afastados ou sofrendo processos, os demais passam a ter a sensação de que determinados conteúdos e determinadas práticas pedagógicas podem ser interpretados como crime, passando a evitarem determinadas práticas.

Adiante, aponto que esses quatro momentos constituem elementos centrais dos métodos de ação política adotados pela nova extrema direita brasileira, que, no caso da educação, utiliza de perseguição a professores como um dispositivo de intimidação que se alimenta da circulação desse tipo de conteúdo nas redes digitais para alcançar efeitos concretos no espaço escolar. Ao que observo, a lógica é sempre a mesma: a relação amigo x inimigo, e os indexadores relacionados a essas categorias, compondo um discurso afetivo-reacionário que age performativamente (Austin, 1962) e tem efeitos perlocucionários (Austin, 1962) como silenciamento, exclusão e medo.

Segundo Blommaert e Maly (2019), observar o contexto a partir de um olhar etnográfico e linguístico tem sido um procedimento importante para discutir mudanças em ambientes que se constituem no nexo online/offline (Blommaert, 2020). Esse contexto fundido (Blommaert, 2020), no qual a vida nas redes digitais se mistura ao mundo fora das telas, e vice-versa, tal qual venho argumentando ao longo desse estudo, considerando que a vida social contemporânea não se desenvolve mais em um espaço offline somente, mas também em (e a partir de) espaços online que transpassam as fronteiras entre um e outro. Para Blommaert e Maly (2019),

Vivemos nossas vidas em um nexo online-offline. Essa simples observação nos torna conscientes do fato de que as ações sociais podem ser organizadas, montadas, "equipadas" e distribuídas em espaços online e offline; E nos ajuda a perceber que muito do que observamos em termos de ação social em áreas superdiversas (off-line, geográficas) foi, pelo menos, condicionado e talvez até possibilitado por infraestruturas on-line, tanto em termos de atores quanto de topografia. (Blommaert e Maly, 2019, n.p. – tradução própria).

Para eles, os processos de interação nesse nexo online/offline em que vivemos fazem parte da observação contínua uns dos outros e o nosso processo de formação social se dá também por meio do uso de parte do outro como um (re)direcionamento de nossas próprias ações. O *eu*, nesse caso, é uma performance construída, segundo Blommaert e Maly (2019), a partir da influência do outro. A subjetividade desse *eu* se dá a partir das práticas sociais que, atualmente, se materializa por meio de espaços digitais. Os autores defendem que os grupos sociais são formados não por indivíduos que possuem algo em comum, mas por um conjunto de práticas comuns e situações ou eventos particulares. Blommaert e Maly (2019) apontam que as identidades, tanto individuais quanto coletivas, são o efeito (o resultado) de ações sociais e não o oposto. Notadamente, tal qual já apontavam os autores, no ambiente digital a compreensão em relação a quais são os atores envolvidos nas ações sociais se complexifica.

No espaço digital, a linguagem é utilizada em uma cena interacional que lida com diferentes camadas, interlocutores, alternância entre alinhamentos, posicionamentos, posturas, projeções, significados, etc., alterando os modos de interação dos indivíduos e direcionando algoritmicamente os conteúdos e os usuários para determinados lugares. Notadamente, essa utilização advém do contexto offline, mas é no espaço digital que ela encontra força e reverberação ainda mais intensificadas. A comunicação é uma das funções do discurso, parte importante do processo de interação entre os indivíduos e, nas plataformas como as que discutimos aqui, relações sociais se estabelecem sempre mediadas por algoritmos.

Considerando o cenário para o qual direciono a discussão neste capítulo, em meio a um contexto em que vemos, nos canais de informação locais em diferentes suportes (perfis em mídias digitais e telejornais, por exemplo), a educação – com ênfase em Santa Catarina – sendo alvo de diferentes formas de violação. A violência física contra professores é um dos assuntos mais discutidos e mais recorrentes no momento, em diferentes escolas públicas. A Escola de Educação Básica de Muquém, por exemplo, vem sendo palco de diferentes episódios de violência, incluindo agressões e perseguições contra professores, gerando diversas manifestações, tanto nas mídias digitais quanto em espaços públicos. As manifestações, em especial, costumam ser em torno do pedido de mais segurança. No entanto, *segurança* é ideologicamente entendida de formas diferentes conforme o posicionamento político-partidário daquele que a defende – para a nova extrema direita brasileira, segurança consiste em transformar esta em uma escola cívico-militar; para a esquerda, segurança consiste em medidas que desencorajam perseguições e agressões, medidas punitivas aos agressores, investimento em infraestrutura e recursos humanos para prevenção de novos episódios.

(C)“*A própria secretária nova de educação foi pessoalmente na escola, no noturno, e eu estava lá, não deixei ela falar um minuto porque eu falei pra ela assim: ‘a senhora deveria contratar melhor seus funcionários, porque desde 2022 a gente tá pedindo segurança pra essa escola e vocês deixaram chegar nesse nível, né?!’, de ameaça até com arma, né?!’*”.

A EEB de Muquém é uma escola da rede estadual de ensino de Santa Catarina, que conta com 1.907 matrículas ativas, entre estudantes de ensino fundamental e médio; 122 professores contratados e uma taxa de 10% de participação dos estudantes do ensino médio no ENEM – Exame Nacional do Ensino Médio. Além disso, dados do INEP⁶⁴ 2024 apontam para

⁶⁴ Dados disponíveis em: <https://qedu.org.br/escola/42001080-eeb-de-muquem/distorcao-idade-serie>.

uma média na distorção idade-série de 28% – a cada 100 estudantes, 28 estavam com atraso escolar de dois anos ou mais.

A escola está situada na comunidade do Muquém, que é uma localidade dentro do bairro São João do Rio Vermelho – popularmente conhecido por Rio Vermelho, um dos maiores bairros da capital catarinense, Florianópolis. De modo geral, essa é uma região considerada segura e um bom lugar para morar, perto da praia e com um custo de vida mais acessível, além de ficar perto de outras áreas populares da região.

Apesar da aparência de tranquilidade, a escola em questão ganhou especial atenção a partir do episódio ocorrido com Juliana Andozio, em 2023. Como colega de profissão, ouvi falar do caso quando eu era membro suplente do SINTE São José⁶⁵. Pessoalmente, conheci a professora Juliana Andozio na noite de 11 de julho de 2025. Em uma entrevista marcada com ela para ouvir seus relatos a respeito da realidade enfrentada na EEB de Muquém ao longo de 2025, ela nos recebeu (a mim e meus colegas) em sua casa, localizada no mesmo bairro no qual a escola está situada.

Essa não é uma história aleatória, muito menos um caso isolado, e não chegamos até a professora por acaso. O caso Juliana Andozio nos oferece uma percepção do funcionamento do nexos online/offline daquilo que venho chamando de *discurso afetivo-reacionário*. A situação enfrentada por Juliana se trata de uma articulação entre ressentimento social, captura emocional e formas indiretas (e diretas também) de violência discursiva, originadas em posicionamentos políticos-ideológicos de extrema direita na capital catarinense, que circulam nas mídias digitais e reverberam na vida cotidiana, fora desse espaço online. O afeto mobilizado na situação em questão não é somente o ódio — há também medo, desconfiança, indignação moralizada. As figuras do *professor ideológico*, do *gestor que protege abusador*, da *aluna trans que ameaça valores* são signos acionados para gerar repulsa e não para provocar debate.

(D): “[...] A menina saiu da escola, eles conseguiram tirar ela da escola. Saiu. A [nome da aluna] não aguentou. [...] E aí no recreio ela falou: ‘ai, Ju, sinceramente, eu não aguento mais, vou pra outro lugar, essa escola não me merece’.”.

⁶⁵ SINTE - Sindicato dos Trabalhadores em Educação de Santa Catarina. A estrutura do sindicato é subdividida por regionais. Maiores informações disponíveis em: <https://sintof72.dohms.com.br/Interna/1559/sinte-regionais>.

Em 2023, a professora Juliana Andozio, servidora pública estável (efetiva) da rede estadual de educação de Santa Catarina, Brasil, na função de orientadora pedagógica, lotada⁶⁶ na EEB de Muquém, passou a ser perseguida por políticos, servidores e algumas pessoas da comunidade local. As perseguições foram fortemente influenciadas por políticos da nova extrema direita brasileira, após uma *fake news* sobre banheiro unissex na escola.

Primeiramente, a professora-orientadora foi confrontada por uma mãe de dois estudantes. Na ocasião, a mãe estava indignada por uma aluna trans de 16 anos de idade, estudante de uma das turmas de 9º ano da escola, utilizar o banheiro feminino. Conforme relatado por Juliana em boletim de ocorrência e em nossa conversa, a mãe chegou à escola para ameaçá-la e utilizou expressões como “*você não vale nada*” e “*passa pano para coisas erradas dentro da escola*”.

O que percebo, aqui já no início da história, é que justamente nesse campo afetivo-ideológico evocado pela mãe, se torna possível a legitimação da barbárie como proteção de si, de seus valores e seu ponto de vista. A mobilização de pais contra a professora Juliana Andozio se dá sob o pretexto da defesa da infância, da família, da ordem. Além da ofensa por meio da violência simbólica, há uma suposta preocupação, de suposta moralidade, que age como cortina de fumaça para práticas autoritárias e que, desde 2023, contribuíram para que atualmente, em 2025, a EEB de Muquém seja alvo de um projeto de militarização⁶⁷.

Segundo Andozio, além dessa mãe, outras seis famílias queriam saber qual banheiro a aluna trans utilizava. Além disso, queriam que as discussões em torno de temas como gênero, orientação sexual, diversidade, a mulher e a democracia parassem de ser debatidas na escola. Diante da situação, a professora procurou o NEPRE⁶⁸ – Núcleo de Educação e Prevenção às

⁶⁶ Expressão utilizada para se referir à unidade de ensino em que um servidor deve desempenhar suas atribuições de cargo.

⁶⁷ O atual governo do estado segue um projeto de transformar algumas escolas estaduais em escolas cívico-militares, apresentando a proposta para solucionar problemas sociais, como a violência, por exemplo. As informações sobre o projeto em andamento estão disponíveis no site da Secretaria de Educação do Estado e podem ser acessadas em:

<https://www.sed.sc.gov.br/santa-catarina-tera-cinco-novas-escolas-estaduais-civico-militares-em-2025/#:~:text=O%20Programa%20Estadual%20das%20Escolas%20C%C3%ADvico%2DMilitares%20de%20Santa%20Catarina,adjunta%20da%20Educa%C3%A7%C3%A3o%2C%20Patricia%20Lueders>.

⁶⁸ NEPRE, em Santa Catarina, refere-se ao Núcleo de Educação, Prevenção, Atenção e Atendimento às Violências na Escola. É uma iniciativa da Secretaria de Estado da Educação (SED) que visa lidar com a violência no ambiente escolar.

Violências na Escola, da Coordenadoria Regional da Grande Florianópolis⁶⁹ (CRE), para a mediação dos conflitos. Durante um tempo, a situação pareceu encerrada. No entanto, quando a professora-orientadora educacional visitou as turmas da escola para compartilhar com os estudantes informações sobre a criação do grêmio estudantil e sobre o uso do Disque 100⁷⁰, novas ameaças surgiram.

Juliana Andozio foi afastada do trabalho, com remuneração integral, pela Secretaria do Estado de Educação de Santa Catarina (SED-SC), com base em uma alegação de riscos à segurança da servidora. Na semana seguinte, a SED-SC publicou uma portaria que instaurou processo administrativo disciplinar (PAD) contra ela, sob acusação de falta de ética, doutrinação política e acusação a um estudante, chamando-o de *homofóbico* e *machista*. No momento em que nossa conversa ocorreu, Juliana havia, há poucos dias, recebido resposta do arquivamento do PAD em seu nome e retornado à escola e suas atividades. Na sequência de seu retorno, porém, outro professor foi agredido ao sair da escola, vítima de homofobia.

4.2 “ESSA É A JULIANA – PRA AQUELA ESCOLA ELA NÃO VOLTA, SIMPLES ASSIM”: O NEXO ONLINE/OFFLINE DA VIOLÊNCIA NO MUQUÉM

Em outubro de 2023, o *Intercept Brasil*⁷¹ divulgou uma matéria apontando a influência de parlamentares promovendo narrativas de pânico moral e preconceito contra Juliana. O subtítulo da reportagem, “*Inflamada por políticos de direita, fake news sobre banheiro unissex causa revolta entre pais e um inferno na vida de uma orientadora.*”, é uma denúncia da violência que Juliana e colegas têm enfrentado na EEB de Muquém. A revolta da comunidade, que surgiu contra de uma demanda que era simples: assegurar o uso do banheiro feminino, conforme identidade de gênero de uma estudante, tem se arrastado como pauta política para a

⁶⁹Em Florianópolis, CRE significa Coordenadoria Regional de Educação. É uma estrutura ligada à Secretaria de Estado da Educação (SED) de Santa Catarina, responsável por supervisionar e coordenar as escolas estaduais em sua área de abrangência, que no caso é a região de Florianópolis. A CRE atua no fornecimento de pessoal qualificado, gestão de recursos financeiros e infraestrutura das escolas, além de outras ações relacionadas à educação. Em sua maioria, os servidores que atuam na CRE são professores de carreira (efetivos), convidados a fazer parte da equipe de trabalho técnica. Outros são concursados específicos para os cargos de técnicos pedagógicos.

⁷⁰ Canal telefônico gratuito do governo federal brasileiro destinado à denúncia de violações dos direitos humanos.

⁷¹ Matéria disponível em: <https://www.intercept.com.br/2023/10/30/professora-aluna-trans-escola-florianopolis-sc/>. Acesso em 21/07/2025.

nova extrema direita brasileira, tanto para políticos locais, como vereadores, quanto para deputados estaduais e federais.

Um dos exemplos é um vereador do bairro, conhecido como Bericó, que ganhou destaque tanto nas mídias digitais quando na Câmara Municipal de Vereadores de Florianópolis com seus ataques à Juliana e aos direitos das pessoas trans. João Paulo Ferreira, o Bericó, eleito vereador de Florianópolis em 2020 pelo PSL e reeleito em 2024 pelo PL, é morador do Rio Vermelho e autodeclarado bolsonarista, conservador, de extrema direita e tem um filho estudando na EEB do Muquém. Em seu perfil oficial no Instagram, assim como em suas falas ao usar a tribuna na Câmara de Vereadores de Florianópolis, Bericó demonstra o ensejo à violência contra Juliana.

Após a professora Juliana ser falsamente acusada, o vereador Bericó a estabelece como um *inimigo interno*, em uma fala que teve sua origem quando ele, ao utilizar a tribuna da câmara de vereadores de Florianópolis-SC, em 08 de maio de 2023, direciona a ela ofensas simbólicas em meio a uma fala acalorada e ameaçadora.

Figura 13: Bericó utilizando a tribuna em sessão ordinária da câmara de vereadores de Florianópolis - SC



Fonte: <https://www.youtube.com/watch?v=fvism-Yj6Ak>. Acesso em: 01/09/2025.

As sessões da câmara de vereadores de Florianópolis são transmitidas e disponibilizadas no YouTube. Na ocasião de 08 de maio de 2023, Bericó utilizou a tribuna para

fazer menção ao debate sobre ideologia de gênero, em especial nas escolas públicas catarinenses. Em uma fala que já começa em tom apelativo, com ele se defendendo e falando que (E) “*eu sou um cara que eu jogo limpo na minha vida, eu nunca dou o tapa e escondo a mão*”, posicionando a si mesmo como o *amigo*, deslocando Juliana Andozio para a posição de *inimigo*, Bericó faz uso de elementos que produzem violência simbólica. Funcionando como uma ameaça velada, sua fala reforça essa ideia a partir de seu posicionamento político ideológico quando, logo na sequência dessa frase em (E) argumenta que (F) “*quem levar um pescoção*”⁷² *meu vai saber que é da mão direita porque eu não sou canhoto*”.

Em um discurso marcado pela pressão moral, a fala do vereador constitui um performativo (Austin, 1962) cujos efeitos são perlocucionários (Austin, 1962) e reverberam na vida da professora. Um efeito perlocucionário da linguagem, segundo Austin (1962), diz respeito ao que se consegue fazer ao dizer algo, ou seja, o que outras pessoas fazem a partir do que você diz, como quando falamos que está frio e alguém fecha a janela, ou empresta um casaco, por exemplo. No caso de Juliana Andozio, ao dizer que ela mesma foi a responsável por todos os problemas que enfrentou, porque (G) “[...] *tem a boca ruim, fala... quando abre a boca só fala asneira*”, Bericó incita, através de uma desqualificação profissional muito semelhante com a que acontece com Prioli e Mello, uma revolta em mais pessoas que compartilham do mesmo posicionamento que ele. As expressões que ele utiliza fazem parte de categorias-chave do vocabulário conservador da nova extrema direita no Brasil, que funcionam como afetivo-reacionários e que operam por meio da criação de um inimigo em comum, que precisa ser combatido.

Depois dessa fala na tribuna, que também repercute por ação algorítmica, Bericó aparece no Instagram com expressividade e tom de voz que carregam raiva, desdém e uma estranha segurança em poder falar da forma que o faz. O caso em tela ganha novos contornos quando vejo o vídeo: há o riso contido que comunica, o modo de olhar para a câmera que também comunica. Para além de uma opinião, ele executa uma performance política que engaja e convence, enquanto demonstra um *estar à vontade*, uma naturalidade e uma certeza de que ocupa um lugar que o deixa inabalável.

⁷² *Levar um pescoção* é uma expressão popular utilizada para se referir ao ato físico da violência de um tapa ou pancada forte no pescoço.

Figura 14: Capa de vídeo de Bericó no Instagram



Disponível em: <https://www.instagram.com/tv/CslbVFPrNyT/?igshidNzJjY2FjNWJiZg>. Acesso em 22/07/2025.

No vídeo acima, com data de 23 de maio de 2023, Bericó se apresenta como vereador e pai de estudante da escola EEB de Muquém, como a parte interessada na *defesa* da escola. Essa apresentação, no entanto, vem acompanhada por xingamentos diretamente dirigidos à Juliana Andozio, como na Figura 14: “eu não gosto é de gente de mau caráter, da tua espécie, ô Juliana”. O que Bericó faz se configura como uma convocação afetiva que chama quem assiste para se posicionar contra Juliana, numa tentativa de criar um *nós* contra *eles*, de maneira violenta, de forma que o *nós* é representado por ideologias da nova extrema direita brasileira, enquanto o *eles*, de esquerda. A fala dele, no vídeo, se constrói como uma retórica de ataque pessoal, carregada de um tom coloquial, mas que é, sobretudo, agressivo. Essa agressividade se dá por meio de uma fala com tom de voz elevado, agitação e timbre grosseiro, além de uma expressão facial que mostra, nitidamente, o desagrado de Bericó e seu posicionamento contra Juliana. Se trata da produção pública de um *discurso afetivo-reacionário* que criminaliza simbolicamente a professora Juliana, enquanto move diferentes afetos para a cena, como o ódio, por exemplo.

[H]: “*Eu quero dizer pra ti, Juliana, que dentro da legalidade eu vou fazer de tudo pra que tu saias do colégio do Muquém. Não só tu, mas a diretora também que tá sendo conivente. Tá sendo conivente. [...] Toca reto aí, Juliana. Toca reto com as tuas mentiras, que eu continuo com o trabalho. Mas toda vez que tiver papagaiada tua, eu vou combater. Beleza? E podes ter certeza que se depender de mim e se depender desse grupo de pais, tu não dá mais aula no Muquém.*”.

Os efeitos perlocucionários do que Bericó faz em sua rede se dão no nexo online/offline. Ao falar como está no excerto H, ele leva a discussão para além das redes sociais, alcançando a escola em si: ele tenciona a permanência de Juliana em seu local de trabalho, coloca em questionamento a gestão da unidade escolar e convoca mais pessoas a combaterem o inimigo que o nome *Juliana* representa. Na fala de Bericó, percebo o nome da professora como um indexador daquilo que a nova extrema direita brasileira, desde Jair Bolsonaro em 2018, quer extinguir no Brasil: professores progressistas, diversidade de gênero, pensamento crítico, posicionamento político progressista etc.

Acredito, também, que a influência de Bericó no nexo online/offline esteja atrelada também ao fato de ele ser morador do bairro em que a situação ocorre. Então, além dos algoritmos no espaço digital e do fato de que uma pessoa pública como um vereador já costuma ter mais visibilidade, ele se vale da rede de contatos que tem na própria comunidade, para incitar o público a se juntar a ele. Durante a entrevista que nos concedeu, Juliana conta que

(H) “[...] E aí o Ministério Público, que nem eu tava falando, quando o Bericó, nas férias, tem um vídeo dele com a camiseta dele, com todo mundo com a camiseta dele, do vereador, dentro de uma sala de aula, fazendo ‘huh haa huh haa’ [...]. Agora não lembro bem o que é, “Levanta a mão direita”, aí todo mundo “eee”, aí ele falou: “Tem uns lerdinho ali que levantaram a esquerda.”. Dentro da escola, vestido com a camiseta, numa sala de aula, fazendo HU HA HU HA. E a gente manda pra o Ministério Público, o Ministério Público fala que não tem problema aquilo ali e manda arquivar.”.

Ao observar o comportamento que Bericó desempenha em sua rede no Instagram e a maneira como se posiciona em suas falas oficiais ao utilizar a tribuna da câmara de vereadores, percebo que o vereador também performa superioridade e desprezo, seguindo uma estratégia de humilhação pública, tal qual vimos que fez o ex-presidente contra as repórteres que apresentei anteriormente, colocando o *inimigo* em uma posição simbolicamente de inferioridade. Não somente no caso do Muquém, mas ao longo de toda esse estudo, percebo que a linguagem funciona como uma arma. Tanto para Bericó, quanto para Zanatta e Campagnolo, como também para Bolsonaro e seus seguidores, trata-se de uma arma disparada, muitas vezes, nas redes sociais, que mobiliza afetos e produz efeitos como a demissão, o silenciamento e o exílio simbólico. Quando falo em demissão como efeito, me refiro ao fato de que durante a entrevista, Juliana Andozio contou que a diretora de quem Bericó fala no vídeo da tribuna ganhou a eleição para continuar na função de gestora da EEB de Muquém em 2023,

mas o governo do estado não a deixou exercer o cargo, realocando-a para o cargo de efetiva (professora) e colocando uma pessoa de confiança na função. Ainda, há também a ameaça constante de que *Bericó não deixará Juliana ficar na escola*, em sua função, como nos dois vídeos acima ele fala.

Cenas como essa não são isoladas em Santa Catarina. Inúmeras outras pessoas encontram respaldo político para serem violentas quando o assunto é também educação. Essa violência acaba encontrando legitimação em pessoas que ocupam cargos mais altos no meio político, como é o caso que apresento na sequência.

4.3 LINGUAGEM E CONTROLE POLÍTICO NO NEXO ONLINE/OFFLINE

Enquanto surgem novas formas de reintermediação das subjetividades, da política, da ciência, do jornalismo, das religiões, da educação, etc, segundo Cesarino (2022), o problema com a plataformização não é que ela oferece um meio de comando e controle sobre os indivíduos em um sentido linear, mas o fato de que ela introduz novas camadas de mediação cibernética que produzem efeitos de influência para além do controle das plataformas. Além disso, como aponta Maly (2024), percebemos que abordar a violência contemporânea, sobretudo pensando em questões como forma e conteúdo das mensagens que circulam através das mídias digitais, exige uma abordagem que compreenda, por exemplo, o fato de que a aparência do que está sendo dito é mais importante do que a mensagem em si, para que a estratégia de fato se concretize.

As diferentes maneiras com que vemos os posicionamentos linguísticos dos casos analisados até aqui representam uma ideia de politicamente correto, mascarada por meio das escolhas linguísticas – o que Cesarino (2022) chamou de linguagem antipoliticamente correta. Ao utilizar a linguagem como um meio para outros fins, seja por conta de um intelecto geral pobre ou por um limite intelectual daquele que profere determinados discursos, a distorção sistemática da comunicação levam a uma reconstrução dos padrões de pensamento (Bateson, 1972).

Agindo a partir da utilização de padrões discursivos que afetam diversas vulnerabilidades dos sujeitos imersos online, a influência digital produz uma realidade à parte. Segundo Cesarino (2022), o contexto de formação dos públicos antiestruturais surge justamente

desse isolamento de um certo público, retirando-o do contato com o que é contrário ao que ele vivencia nas redes. Para a autora, a dinâmica comunicacional do bolsonarismo e, assim, da atual e nova extrema direita reacionária no Brasil, segue a ideia de que a comunicação não é uma simples representação dos fatos, mas é o fato em si. Os usos linguísticos carregados de intensificadores vazios, que trazem para o discurso um efeito de *salada de palavras*, fazem parte das estratégias de construção da imagem política através do discurso. Em suas performances convencionalmente roteirizadas, as novas mídias, por meio da fragmentação e do direcionamento algorítmico dos usuários, apresentam uma visão personalizada da realidade para cada usuário e que cada um toma para si como a única verdade em relação a dadas situações.

É justamente nesse novo modo de vida em sociedade (constituída no nexo online/offline) que a metapolítica, nos termos de Maly (2024), ganha espaço como arma da nova extrema direita brasileira: falar de política e fazer política com um discurso que não é explícito em todo o tempo, mas que deixa seu posicionamento muito bem marcado por meio das escolhas linguísticas que faz. Segundo Maly (2024), essa metapolítica é um componente fundamental para a estruturação da nova direita reacionária, direcionando os políticos a uma luta intelectual por ideias. Notadamente, o caso brasileiro é refém de um intelecto geral pobre. A metapolítica contemporânea, nos termos do autor, liga uma série de cenas de violência ao redor do mundo aos políticos de direita/extrema direita. Maly (2024) aponta para a ligação das mídias digitais como a ferramenta utilizada para comandar diferentes ataques ao redor do mundo. Para o autor,

A alt-right nos Estados Unidos e os identitários na Europa foram provavelmente os grupos ativistas mais visíveis, mas certamente não são os únicos. É nas margens desse “novo normal” que vemos mais radicalizações no discurso dominante [...]. Vários estudiosos conectam a ascensão da extrema-direita, pelo menos parcialmente, às possibilidades da mídia digital. E enquanto alguns estudiosos se referem aos algoritmos nesses processos de radicalização, a maioria enfatiza a importância do agenciamento sociotécnico da nova batalha (meta) política digital. [...] A mídia digital convencional como Youtube, Facebook e Instagram é usada por atores de direita radical e extrema-direita e conexões com sites de nicho, conselhos, plataformas de crowdfunding, fazenda de cliques, redes de bots e alt-tech para se envolver em uma batalha metapolítica contemporânea. (Maly, 2024, p. 09).

É nesse sentido que Maly (2024) explica que a direita e, principalmente, a extrema direita consegue aumentar seu alcance: por meio das mídias digitais. Figuras políticas como as que estou analisando ao longo desse estudo compõem um recorte *minúsculo* se compararmos a gama de atuações desse mesmo padrão que podemos ver online. Esse recorte, notadamente, se

faz necessário para que a discussão possa seguir e ser, assim, exemplificada. O que não pode, por outro lado, é nos escapar a percepção de que é a partir desses espaços digitais que esse tipo de usuário/perfil/político-influenciador cria suas bolhas digitais: um nicho dentro do ecossistema digital (Maly, 2024), no qual as ideias circulam, discursivamente e são reforçadas constantemente, direcionando ações dentro e fora das plataformas.

Os efeitos que temos visto ao longo dessa pesquisa são vistos em diferentes esferas da sociedade. Nesse capítulo, em especial, aponto como também a educação é utilizada como *arma* de controle político no nexo online/offline da vida social. Os usos linguísticos que compõem as estratégias da nova extrema direita brasileira não fogem à regra quando o assunto é a educação. Para além do que aconteceu com a professora Juliana Andozio e outros colegas na EEB de Muquém, e que ocorre em muitas outras partes do Brasil, a atuação política de certos *representantes do povo* legitima determinadas práticas de violação do outro. A deputada federal Julia Zanatta, por exemplo, mais uma vez nos fornece dados para discutirmos os pontos em questão.

Figura 15: Publicação no perfil oficial da deputada federal Júlia Zanatta



Disponível em: <https://www.instagram.com/p/Cxik33eOpmN>. Acesso em 27/09/2023.

A Figura 15 é uma captura de tela de uma publicação feita no *feed* do Instagram da deputada federal Júlia Zanatta, a quem já apresentei anteriormente. Nessa publicação, ela faz menção a um caso que teria ocorrido na cidade de Videira⁷³- SC, retratando uma situação na qual o colégio Salvatoriano Imaculada Conceição, um colégio católico e privado, demitiu uma professora que, segundo a direção da escola, teria ensinado *dialeto LGBT*.

Na transcrição do vídeo compartilhado pela deputada, que é somente um recorte da aula em questão, podemos ouvir a professora falar o seguinte:

Quadro 3: Transcrição do vídeo representado em captura de tela na Figura 14

“Porque ela... é por isso que é uma questão de uso, tá entendendo? Se você fosse uma não-binária, digamos, binare, binário, é uma pessoa que é homossexual, e te ofendesse chamar de ‘todos’, porque ‘todos’ não abrangem o teu tipo de gênero. Aí, você pediria o seguinte: você teria que engolir, porque você é minoria, entendeu? Você tem que engolir [shhhh] você tem que engolir o ‘todos’. Tô tentando entender de outra ótica, porque eu também, eu sou uma pessoa heterossexual. Eu tenho que tentar entender da ótica de uma pessoa que não é heterossexual. Então, o que que acontece? Se eu sou uma pessoa que não me encaixo nem no sexo masculino e nem no sexo feminino, que é o neutro do português brasileiro, eu assim como as pessoas com deficiência[...]”.

Transcrição: A autora.

A deputada escreve, em sua legenda no Instagram, o seguinte título: “*Vitória da Família e da Língua Portuguesa em Videira SC*”, seguido de algumas colocações de viés político e ideológico. Em minhas buscas nos perfis e site oficiais do referido colégio, não encontrei o vídeo utilizado por Júlia Zanatta, o qual, conforme podemos verificar na publicação da deputada, consiste em uma gravação – aparentemente registrada por um estudante – na qual a professora demitida, cuja identidade não foi revelada, estaria explicando/argumentando oralmente (e visivelmente hesitante), em sala de aula, a respeito do uso da linguagem inclusiva, especificamente o uso de *todes* como parte da linguagem neutra/não-binária, em contraposição ao *todos* como marcador de gênero. O vídeo mostra a professora tentando construir um raciocínio com a turma, de forma empática, se posicionando como alguém que não seria heterossexual ou que não se encaixe nos padrões de gênero binário socialmente instituídos (masculino e feminino), de forma a demonstrar, metaforicamente, a perspectiva de pessoas não-binárias frente ao uso da norma padrão da língua portuguesa. É perceptível, ainda que não apareça na cena apresentada no vídeo, que a discussão surgiu no decorrer da aula em tela e que a professora não estava *preparada* para responder ao questionamento, pois demonstra uma certa

⁷³ Videira é uma cidade catarinense situada no Vale do Rio do Peixe, com pouco mais de 55.000 habitantes. A gestão municipal conta com o PL no cargo de vice-prefeito.

confusão na organização das ideias e dos argumentos que escolhe para explicar. Ao celebrar a *vitória da família e da língua portuguesa*, a deputada mobiliza uma ideologia linguística referencialista e purista, com uma legenda que segue ainda mais carregada de juízos de valor e formulações típicas da nova extrema direita brasileira que interpela o público por meio do discurso afetivo-reacionário.

As escolhas linguísticas da deputada, com o uso de expressões como *vitória* e *justiça*, diante do que ela mesma categoriza como *militantes travestidos de professores* em sua legenda, constroem uma retórica que leva a publicação a um deslocamento total da cena filmada, entextualizando o que está registrado em vídeo como uma narrativa que performa denúncia e realoca a professora para a posição de *inimigo*. Tudo que a deputada evoca na legenda que acompanha o vídeo se ancora na retórica já consolidada nessa nova extrema direita no Brasil, conforme aponto já anteriormente nessa pesquisa, como (i) a defesa da família; (ii) o apelo à infância e (iii) a ideia de uma ideologia sendo imposta por professores nas escolas brasileiras. É justamente a construção retórica, a partir desses elementos, que evoca as micro hegemonias (Cesarino, 2022) nas quais a disputa por sentido e valores de verdade é travada. Na cena em tela, Zanatta coloca em disputa os valores conservadores em contraposição às compreensões progressistas contemporâneas, personificadas pela figura do “militante travestido de professor”.

Quando a deputada escreve “por sorte, era um colégio católico particular”, ela reforça uma lógica disruptiva e ideológica que enxerga e dissemina a escola pública brasileira como ameaçadora, demarcando um território moral laico, progressista e inimigo que se contrapõe à escola segura: aquela privada, religiosa, conservadora, *amiga*. Essa oposição simbólica funciona em favor de uma legitimação da vigilância e do controle moral sobre os professores, favorecendo um regime de censura por meio do medo de retaliação, legitimando, inclusive, práticas de violência como o que aconteceu com Juliana Andozio - e não somente com ela, conforme relata na entrevista:

(I) [...] O [nome do professor] o ano passado já foi perssabaeguido por uma aluna, filmado e a Júlia Zanatta já fez isso com ele. Então é uma cidade que aceitou o gênero e a diversidade naquela época. Fez todo um trabalho, todo mundo aceitou no 7 de setembro. A gente estava com a nossa faixa, tem essas fotos, é muito linda. Assim, a gente fez blocos, porque lá é marcha mesmo. Tem marcha de 7 de setembro com fanfarra e tudo. [...] E aí a gente veio com o nosso bloco, né? Tem os blocos contra a violência da mulher, o bloco do gênero, bloco dos direitos humanos. A gente fez o bloco do “Mais Educação” com várias faixas e o prefeito amou. As pessoas amaram. Falaram que tinha que discutir mesmo violência contra as mulheres, que lá eles batiam muito nos... nos... os maridos, batia muito nas mulheres mesmo, que tinha que acabar com isso, que tinha que melhorar o

*conselho tutelar. Tava todo mundo apoiando. Veio o Bolsonaro... Acabou que... virou, cara. Foi uma coisa muito rápida. Não foi uma coisa devagar, entende? Criou, assim, dividiu as pessoas.*⁷⁴

Diante do relato, a cena na Figura 15, recupera, de diferentes formas, o caso Juliana Andozio (e tantos outros) na escola do Muquém. Em ambos os casos, percebemos um processo de criminalização da tentativa de construir um ambiente escolar mais diverso e respeitoso com as diferenças em relação à sociedade cis-heteronormativa defendida pela nova extrema direita brasileira. Se na EEB de Muquém, Juliana foi acusada de *doutrinação ideológica* por acolher e proteger uma aluna trans, a cena que ocorreu na escola particular a professora é acusada de *forçar uma ideologia* apenas por tentar refletir sobre as práticas linguísticas contemporâneas. Nos dois casos percebo que o discurso afetivo-reacionário se ancora em uma *maioria* – as famílias, os *bons* professores, as crianças inocentes – que estaria sendo ameaçada por “*militantes travestidos de professores*” – professores progressistas, ideológicos de gênero, uma minoria *barulhenta* e de esquerda. Discursivamente, as duas cenas vitimizam as estruturas hegemônicas e constroem um inimigo moral.

A relação entre as cenas nonexo online/offline mostra como o discurso afetivo-reacionário circula e produz efeitos materiais e institucionais. Percebo que, nos dois casos, o meio digital possibilita e legitima violência. No caso da professora em Videira, a entextualização de Zanatta realoca a fala da professora ganha visibilidade porque circula, no Instagram, entre públicos que compartilham da mesma compreensão de mundo. No caso de Juliana Andozio, as denúncias foram também impulsionadas no espaço digital, espaço em que a cena foi ressignificada como *ameaça à infância*⁷⁵. Diante disso, entendo o espaço online como um amplificador semiótico, que desloca *uma* situação offline para o digital – a sala de aula, que repercute nas mídias digitais. Nas plataformas, há uma reinterpretação a partir de narrativas típicas e polarizantes da nova extrema direita brasileira – família *x* ideologia; professor bom *x* militante.

A violência que inicia simbolicamente, por meio da linguagem, no meio digital, não permanece somente no espaço online, pois se materializa offline por meio de ações institucionais e sociais concretas. No caso de Videira, Zanatta dá a entender que a escola agiu

⁷⁴ Ao longo da entrevista, Juliana Andozio conta, também, episódios de perseguição e violência contra outros colegas, além de sua própria história e que se liga ao que aponto nas análises.

⁷⁵ Possibilidade de sentido da legenda do vídeo de Bericó disponível na Figura 13.

mediante sua intervenção, pois ela escreve que “*Recebi essa denúncia em meus canais de comunicação e o colégio foi muito rápido, fazendo prevalecer o respeito com as famílias.*”. No caso Andozio, a perseguição e as ameaças online passam a intimidações reais, no espaço físico da escola e há, também, tentativas de afastamento da servidora de suas funções. Assim, nesse colapso de contexto (boyd, 2010), ou contexto fundido (Blommaert, 2020), o nexo online/offline mostra uma relação de retroalimentação circular, em que os espaços se borram e refletem mutuamente. Nos dois casos, percebemos que o espaço online favorece a visibilidade que a nova extrema direita brasileira utiliza para moldar as narrativas e mobilizar afetivamente os sujeitos, enquanto o offline propicia a materialidade, como a punição de corpos mais vulneráveis do que outros (Butler, 1997). Nesse nexo entre online/offline, o que perpetua é um regime discursivo de vigilância, controle e censura sobre o trabalho docente.

A fala de Zanatta sobre ideologias nas escolas é uma estratégia muito conhecida na nova extrema direita brasileira, por meio da qual a deputada, com seus usos linguísticos afetivo-reacionários, transforma um acontecimento localizado, entextualizando (Bauman; Briggs, 1990) o ocorrido e transformando a cena em uma espécie de evidência de uma ameaça difusa e contínua. A exemplo disso, a forma como Zanatta narra o episódio é como uma representação de que essa não seria uma cena isolada, mas parte de um contexto muito maior, no qual a nova extrema direita brasileira luta contra uma doutrinação ideológica forçada, que ameaça a *típica família brasileira*. Em sua enunciação, a deputada tanto mobiliza afetos quando produz indignação moral, raiva e medo, mantendo sua base engajada na discussão, tanto online quanto offline, como também mobiliza uma reação política e discursiva ao alinhar o episódio a um repertório que já é pauta da nova extrema direita brasileira – a denúncia contra *professores ideológicos*. Contribuindo para uma visão de mundo que se reforça no nexo online/offline a partir da continuidade dessas narrativas, Zanatta mobiliza os usuários em torno do que apresenta como *problema*.

Na cena, percebo que, ao entextualizar o caso, Zanatta amplifica o contexto ao mesmo tempo que omite e transforma outros aspectos da situação. No offline, a repercussão pública do episódio é uma forma de pressionar a escola e a comunidade local a agirem. Os efeitos, como temos discutido, são perlocucionários (Austin, 1962) e se concretizam com a demissão da professora nessa situação.

A professora de Videira viveu uma situação que se aproxima de Juliana Andozio e tantos outros colegas da categoria, na qual o discurso é uma forma de legitimar uma força política de controle que parte da nova extrema direita brasileira como forma de governar a vida. Com ações desse tipo, essa nova extrema direita delimita o que pode ser dito, quem pode dizer certas coisas e quais são as consequências de outros pronunciamentos. Esse tipo de controle político no nexo online/offline da vida, é sustentado pelo público do tipo antiestrutural (Cesarino, 2022), que faz circular a versão da nova extrema direita brasileira como sobreposição às discussões, transformando os discursos que *eles* propagam em uma espécie de *senso comum*.

Especialmente no caso de Videira e no caso de Juliana Andozio, a vida das professoras, antes localizadas em suas cidades, são capturadas pela visibilidade digital. Os casos, que não ficam somente *entre os muros da escola*, viram conteúdos para plataformas de mídias digitais, memes, vídeos, postagens em diferentes plataformas e repercutem em reuniões escolares, famílias questionando a ação docente, constrangimentos sociais e até mesmo riscos de segurança pessoal. Desse nexo online/offline de efeitos da linguagem em circulação, a pauta da nova extrema direita brasileira ganha força e reverbera entre seus simpatizantes. Os efeitos de uma fala numa plataforma de mídia digital de uma deputada federal, que poderia estar em Brasília ou em qualquer outro lugar, ou de um vereador de Florianópolis, na câmara de vereadores ou onde quer que esteja, atingem a prática docente de ambas as professoras. A vida das duas passa a ser permeada por uma política de exposição e, no limite, as coloca em uma situação na qual cada *simples gesto* pode ser capturado, descontextualizado e ressignificado em detrimento de uma construção política de controle sobre a vida humana.

Nesse sentido, percebo que a batalha simbólica que a nova extrema direita brasileira trava nas plataformas de mídias digitais, não somente mobiliza afetos e narrativas já disponíveis, por meio de discursos afetivo-reacionários, enquadrando episódios locais como parte de algo maior, mas também controlam o campo discursivo em que atuam, pois restringem o espaço de fala dos discentes, ceifam a liberdade de cátedra e impõem consequências àqueles que resistem. Esse tipo de controle, que opera no nexo online/offline, mostra que o discurso afetivo-reacionário mobilizado pela nova extrema direita brasileira está muito além de uma estratégia linguística, mas que compõe uma infraestrutura política que governa vidas, sobretudo por meio da manipulação.

Percebo a educação, ao observar o caso de Juliana Andozio e da professora de Videira, em relação à forma com que Júlia Zanatta e Bericó falam sobre elas, como um campo privilegiado de disputa e de exercício de poder, no qual a perseguição, o assédio e o controle político se manifestam. Ao mesmo tempo em que a escola constitui lugar de saber, também se torna arena de vigilância e disciplinamento, nas quais a nova extrema direita brasileira investe para cercear a autonomia docente, silenciar vozes críticas e impor uma ordem moralizante. Essa disputa revela que a educação não é apenas espaço de formação, mas também de produção de hegemonias e contra hegemonias, pois os ataques a professores e estudantes, o assédio e a mobilização midiática de parlamentares traduzem estratégias discursivas que visam transformar o campo educacional em laboratório político de vigilância e medo. Nesse sentido, a análise etnográfica desses casos mostra que o assédio não se restringe a episódios isolados, mas se estrutura como projeto metapolítico que busca capturar afetos, controlar práticas pedagógicas e redefinir o próprio papel da educação na vida democrática, enquanto move a comunidade offline por meio de discursos afetivo-reacionários que circulam online.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo desse estudo, busquei compreender como determinadas formas de utilizar a linguagem, aparentemente inofensivas e *comuns*, são incorporadas como recursos estratégicos de mobilização na política da nova extrema direita brasileira. A hipótese central foi a de que tais usos linguísticos não se configuram como discurso de ódio explícito, mas configuram o que chamei de discurso afetivo-reacionário. A utilização dessa nomeação para os usos linguísticos com os quais me deparei consiste em um gesto analítico de nomear enunciados que combinam a mobilização de afetos, ressentimentos, moralidades e estilos linguísticos em detrimento da construção e fortalecimento de comunidades políticas do tipo antiestrutural (Cesarino, 2022).

As publicações em mídias digitais que utilizei para compor esse estudo etnográfico me possibilitaram demonstrar que o campo político contemporâneo se reorganiza não somente em torno de partidos políticos, mas sobretudo a partir de estilos linguísticos que circulam no meio digital, ganham espaço e se consolidam como prática coletiva e estilo linguístico de um determinado grupo.

Penso o discurso afetivo-reacionário, então, como uma categoria analítica que contribui para um gesto de pesquisa que tenta dar conta de uma discussão em torno de usos linguísticos dos quais a nova extrema direita brasileira se apropria para transmitir como *fala do povo* ou *linguagem comum*. Enquanto faz esse movimento, ao mesmo tempo os efeitos perlocucionários são, também, intermediados por algoritmos. Tomando Austin (1962) e Butler (1997) como base, apontei para a performatividade política da nova extrema direita brasileira como um operador em forma de registro indexical, criando continuidades entre micro enunciados e macro formações ideológicas.

Busquei *escapar* do sentido rígido de ‘discurso de ódio’ como insulto direto, porque percebo que muitos desses usos linguísticos mobilizam diferentes afetos, dentre eles o ódio e outras formas de violação do corpo do outro, mas que não necessariamente o ódio e a violência apareçam de forma explícita. Penso, então, que *afetivo-reacionário* seja uma forma de utilizar a linguagem que contribui, inclusive, para outras estratégias, como a semiótica abaixo do radar, por exemplo, pois eles facilmente escapam dos mecanismos de controle das plataformas de mídias digitais.

As estratégias de deslocamento dos sentidos das expressões em circulação fazem parte de uma retórica da nova extrema direita brasileira, especialmente desde 2018, com a ascensão do bolsonarismo. A força desses enunciados, penso, está justamente no cuidado com que as palavras são escolhidas e, dessa forma, mobilizam ressentimentos familiares, religiosos ou comunitários, senso de valor e pertencimento etc, transformando a política em um campo de disputas afetivas e simbólicas, que se realizam por meio da linguagem.

Penso que analisar a linguagem a partir da categoria de *discursos afetivo-reacionários* seja uma contribuição importante ao campo da linguística, pois se trata de mais uma ferramenta que auxilia no processo de análise dos usos linguísticos em circulação, em especial no meio político contemporâneo. Percebo essa categoria como uma contribuição a partir da noção de indexicalidade (Silverstein, 2014), pois nos ajuda a pensarmos não somente nos traços linguísticos que apontam para identidades sociais, mas também para os arranjos afetivos que esses traços inauguram.

Além disso, pensar as reações possíveis a partir de tais enunciados, percebendo as mobilizações possíveis a partir de determinadas construções linguísticas, parece-me um caminho possível para avançarmos na compreensão dos novos moldes de vida que surgem no nexo online/offline da vida. Entendo que o mundo digital, tal qual se configura hoje, *está aí* e é algo com o qual temos que lidar, nas diferentes esferas da sociedade. Os problemas, como apontei anteriormente, já existiam na era pré-digital, apenas tomam outras proporções no meio a essa aceleração que vemos hoje. Então, as mídias digitais funcionam como uma lente que, no limite, permitem enxergarmos etnograficamente cenários que, antes, talvez não pudessemos alcançar. Nesse sentido, quero dizer que a partir da compreensão do funcionamento dessa estrutura sociotécnica em que estamos inseridos, em lugar de não compreendermos a sociedade e os problemas contemporâneos, na verdade precisamos é mudar de perspectiva para podermos encontrar os caminhos de avanço.

Essa percepção, notadamente, é possível ao dialogarmos com as perspectivas antropológicas mobilizadas ao longo dessa pesquisa, as quais auxiliam na compreensão de que não é suficiente sabermos ou explanarmos como as plataformas ou os algoritmos funcionam em termos técnicos, mas que um olhar etnográfico contribui para compreendermos a linguagem em circulação e os sentidos que surgem nesse novo contexto – o nexo online/offline.

Para além do incômodo em que consiste acompanhar pessoas políticas da nova extrema direita brasileira, um olhar etnográfico nas mídias digitais dessas pessoas, para além do meio social em que estou inserida, me possibilitou contribuir também para o campo da comunicação política. Percebi e argumentei em torno de uma certa eficácia no discurso extremista e que esta não reside somente em mentiras ou *fake news*, mas na capacidade que eles – os políticos da nova extrema direita brasileira – possuem de mobilizar afetos e converter suas falas em coesão política, solidificando, ainda que por meio de enunciados vazios de significação, uma base apoiadora. É possível perceber, dessa forma, os porquês de determinadas pessoas políticas prosperarem mesmo diante do conflito de suas falas com os fatos ou as críticas.

Reconheço, também, que as limitações dessa investigação são lacunas importantes a serem preenchidas no futuro. Percebo, primeiramente, que o recorte empírico privilegiou parlamentares catarinenses, o que restringe um pouco uma certa generalização de minha parte, ainda que em contraposição eu tenha apresentado casos envolvendo o próprio ex-presidente. Nesse sentido, ainda que eu direcione uma generalização como característica da nova extrema direita brasileira, o gesto analítico maior para essa compreensão cabe ao leitor, que deve perceber os políticos de extrema direita do seu entorno – social, local e/ou midiático. Os mecanismos que observei podem ser encontrados em outros lugares do Brasil – e fora dele também – e com outros atores políticos, mas sei que os resultados aqui apresentados são situados e, portanto, devem ser lidos e interpretados nesse horizonte etnográfico.

Sei, também, que esse texto ficou concentrado em plataformas digitais (Instagram, YouTube e X), das quais o Instagram se destacou mais, sobretudo por questões de afinidade de minha parte com a plataforma. Desse modo, em se tratando de plataformas abertas, públicas, ficam de fora outras formas de interação fechadas que podem ocorrer nesses mesmos espaços, como a interação via *story* ou mensagens via *direct*, por exemplo. Ainda, descartar os comentários das publicações consistiu em um gesto analítico de delimitar as fronteiras do que é possível realizar etnograficamente. Não quero dizer que não é possível acompanhar, mas as interações se modificam tanto a cada dia que, em termos de quantidade de dados, muito possivelmente eu não conseguiria acompanhar da forma que deveria para abordar diferentes casos, mas sim se – e acho que somente se – me dedicasse a um único caso e seus comentários. No entanto, outras formas de direcionamento e interação, como compartilhamentos por exemplo, ficariam fora do alcance e, portanto, optei pela delimitação com a publicação em si. Ainda, porque mesmo que tenhamos abordado as reações e mobilizações, que são públicas e

visíveis para aqueles que acessarem os conteúdos, meu interesse maior esteve centrado nas ações específicas da nova extrema direita brasileira, ou seja, em como essa extrema direita mobiliza a linguagem em favor de seus objetivos.

Há, ainda, que reconhecer, que a dimensão temporal influenciou a essa investigação em termos também de certa limitação. Isso porque alguns efeitos, ainda que diante de disputas políticas anteriores sejam possíveis de observar, outros efeitos futuros escapam do gesto analítico. Ou seja, não é possível verificarmos de que modo determinadas estratégias linguísticas se transformarão em conjunturas posteriores, como nas eleições presidenciais e de governo de estado que se aproximam, para 2026.

Diante das observações que apresento e das limitações que também observo, acredito que múltiplas possibilidades se inauguram para pesquisas futuras, sobretudo as que busquem por uma interface entre linguística e antropologia. Acredito ser possível realizarmos gestos analíticos de comparações internacionais, investigando se essa lógica afetivo-reacionária que proponho encontra paralelos em outros movimentos de extrema direita de forma global ou se essa é uma forma de utilizar a linguagem mais típica da nova extrema direita brasileira.

É possível pensarmos, ainda, em ampliar o campo de investigação. Notadamente, em pesquisas diferentes, etnografar grupos de WhatsApp e Telegram, como já faz Cesarino (2022; 2024), outras redes emergentes e perfis específicos nas plataformas, por exemplo, deve contribuir para mapear como as estratégias da nova extrema direita brasileira se desdobram, especialmente as que atuam abaixo do radar por meio de adaptações.

Outro ponto que acredito ser importante, e que por um momento senti muita vontade de implementar nessa pesquisa (mas que não foi possível), é investigar de forma mais aprofundada a dimensão algorítmica. Penso que é de grande valia para entendermos tanto a estrutura sociotécnica vigente, quanto os efeitos da linguagem no nexos online/offline se analisarmos profundamente as *affordances* e o papel da economia da atenção na sustentação das práticas da nova extrema direita brasileira.

Diante dos *insights* que discuto, penso que é fundamental, ainda, considerarmos a interferência desses discursos nas práticas pedagógicas mais situadas nas salas de aula, na construção dos currículos e nas políticas públicas de educação, ampliando a educação midiática, tal qual propõe Cesarino (2024), como possibilidade para que as pessoas aprendam com o que

estão lidando nas plataformas de mídias digitais, em especial para contornarmos, tanto quanto for possível, essa manipulação algorítmica.

Então, um olhar etnográfico que observa a linguagem utilizada como estratégia política da nova extrema direita brasileira em tempos extremos, consiste na compreensão de que a política contemporânea não é somente um espaço de negociação racional dos interesses político-partidários, mas sim uma instância atravessada por regimes de valor que se mostram por meio da linguagem em uso. As estratégias linguísticas da nova extrema direita brasileira mobilizam, no nexos online/offline, os sujeitos a tornarem-se parte de uma engrenagem poderosa de manipulação da vida.

Ao chegar ao final desse estudo, acredito que eu não tenha uma resposta definitiva quanto às questões apresentadas, mas sim um olhar analítico que contribui com possibilidades para ver sob outra perspectiva. O que desenvolvo com essa tese não é somente uma denúncia de violências e ódio nos discursos em circulação nas mídias digitais, mas uma reflexão sobre os mecanismos que tentam controlar nossas vidas e os efeitos sociais desses discursos.

Para a linguística e para outros campos da ciência, em especial as ciências sociais, permanece o desafio de continuar a acompanhar os modos com que a linguagem é utilizada no nexos online/offline na composição de um campo privilegiado de disputas políticas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABIDIN, C. From “networked publics” to “refracted publics”: A companion framework for researching “below the radar” studies. **Social Media + Society**, v. 7, n. 1, p. 1-12, 2021.
- AGHA, A. **Language and social relations**. Cambridge: Cambridge University Press, 2007.
- AHMED, S. The Cultural Politics of Emotion. In: The Cultural Politics of Emotion. NEDNew edition, 2 ed. [s.l.] Edinburgh University Press, 2014. p. i–iv.
- Ana Caroline Campagnolo (@anacampagnolo) - Instagram photos and videos. Disponível em: <https://www.instagram.com/anacampagnolo/>. Acesso em: 11 set. 2025.
- ARENDT, H. On violence. [s.l.] Orlando [U.A.] Harcourt [Ca, 2009.
- AUSTIN, John Lagshaw. (1962). **Quando dizer é fazer**: palavras e ações. Porto Alegre: Artes Médicas, 1990. Tradução de Danilo Marcondes de Souza Filho.
- BATESON, G. Rumo a uma ecologia da mente. [s.l.] Ubu Editora, 2025.
- BAUMAN, R.; BRIGGS, C. Poetics and performance as critical perspectives on language and social life. **Annual Review of Anthropology**, v. 19, n. 1, p. 59-88, 1990.
- BAUMAN, R.; BRIGGS, C. **Voices of modernity: Language ideologies and the politics of inequality**. Cambridge: Cambridge University Press, 2003.
- BENTES, A. C. F. **Quase um tique**: economia da atenção, vigilância e espetáculo em uma rede social. Rio de Janeiro, RJ: Ed. UFRJ, 2021. 254 p.
- BERICÓ. (@bericosc) - Instagram photos and videos. Disponível em: <https://www.instagram.com/bericosc/>. Acesso em: 11 set. 2025.
- BLOMMAERT, J. (2014). **Ideologias linguísticas**. Tradução de Ive Brunelli. In: SILVA, D.N.; FERREIRA, D.M.M.; ALENCAR, C.N. (Org). Nova Pragmática: modos de fazer. São Paulo: Cortez, p. 67-77.
- BLOMMAERT, J. From groups to actions and back in online-offline sociolinguistics. **Multilingua**, v. 38, n. 4, p. 485-493, 2019.
- BLOMMAERT, J. Political discourse in post-digital societies. **Trabalhos em Linguística Aplicada**, [S.L.], v. 59, n. 1, p. 390-403, abr. 2020. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/01031813684701620200408>.
- Bolsonaro insulta repórter da folha**: “ela queria dar o furo”. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/videos/2020/02/18/bolsonaro-insulta-reporter-da-folha-ela-queria-dar-o-furo-0402CD99366AD8B96326.htm>. Acesso em: 12 set. 2025.
- BOLSONARO, J. M. **Tabajara Futebol Clube diz porque não quer Neymar em seu time**. 01 set. 2022. Instagram: jairmessiasbolsonaro. Disponível em: https://www.instagram.com/p/Ch_IrVVuwW7/. Acesso em: 28 set. 2022.

BOYD, D. “**Social Networks Sites as Networked Publics: Affordances, Dynamics, na Implications**”. In *Network Slef: Identity, Community, and Culture on Social Network Sites*, organizapo por Zizi Papacharissi, 39-58. New York: Routledge, 2010.

BRIGGS, C. L. Notes on a “confession”: On the construction of gender, sexuality, and violence in an infanticide case. **Pragmatics**, v. 7, n. 4, p. 519-546, 1997.

BROWN, W. **American Nightmare: Neoliberalism, Neoconservatism, and De-Democratization**. *Political Theory*, v. 34, n. 6, p. 690–714, 2006.

BUTLER, J. **Excitable speech: A politics of the performative**. Routledge, 1997.

CÂMARA MUNICIPAL DE FLORIANÓPOLIS / CANAL OFICIAL. SESSÃO ORDINÁRIA - 08/05/2023. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=fvism-Yj6Ak>. Acesso em: 12 set. 2025.

CANAL HIPÓCRITAS. Jornalista da Folha [vídeo]. 2020. YouTube. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=rRLpnA03pbY>. Acesso em: 10 set. 2025.

CESARINO, L. Como vencer uma eleição sem sair de casa: A ascensão do populismo digital no Brasil. **Internet & Sociedade**, v. 1, n. 1, p. 91-120, 2020.

CESARINO, Le. **O mundo do avesso: verdade e política na era digital**. São Paulo: Ubu Editora, 2022. 304 p.

CLIPES DE FILMES. Peter Parker Recebe Seus Poderes | Cena de Transformação | Homem Aranha (2002). Clipe do Filme HD. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=a9TQ604NHJY>. Acesso em: 12 set. 2025.

CRARY, J. **Terra arrasada**. [s.l.] Ubu Editora, 2023.

DERRIDA, J. **Margens da Filosofia**. Campinas: Papirus, 1991.

DIJCK, J. V.; POELL, T. Understanding Social Media Logic. **Understanding Social Media Logic**, v. 1, n. 1, p. 2–14, 12 ago. 2013.

Entenda como os algoritmos do Instagram funcionam e como eles afetam a classificação. Disponível em: https://creators.instagram.com/grow/algorithms-and-ranking?locale=pt_BR.

FOLHA DE S. PAULO. Ex-funcionário de empresa de disparo em massa mente a CPI e insulta repórter da Folha. **Folha de S. Paulo**, 2020. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2020/02/ex-funcionario-de-empresa-de-disparo-em-massa-mente-a-cpi-e-insulta-reporter-da-folha.shtml>. Acesso em: 11 fev. 2025.

GAL, S.; IRVINE, J. T. **Signs of Difference**. 27 jun. 2019.

GILLESPIE, T. **The Relevance of Algorithms**. *Media technologies: Essays on communication, materiality, and society*, p. 167–194, 28 fev. 2014.

GRICE, H. **Studies in the way of words**. Cambridge: Harvard University Press, 1988.

Guia para iniciantes do X | Mailchimp. Disponível em: <https://mailchimp.com/pt-br/resources/twitter-guide-for-beginners/>. Acesso em: 12 set. 2025.

HAHN, G. Bullying: **Violência na linguagem e sua dimensão perlocucionária**. Revista Linguagem Em Foco, v. 15, n. 1, p. 152-176, 2023b.

HAHN, G. **Discurso de ódio e estratégias linguisticamente abaixo do radar**: a amplificação bolsonarista através dos públicos refratados. Revista X, v. 18, n. 2, 2023a.

HANKS, W. **Language form and communicative practices**. In: GUMPERZ, J. & LEVINSON, S. (Orgs.) Rethinking Linguistic Relativity. Cambridge: Cambridge University Press, 1996.

IRVINE, J.T.; GAL, S. (2000). **Language ideology and linguistic differentiation**. In: KROSKRITY, P. (Org.). Regimes of language, ideologies, politics and identities. Santa Fe: School of American Research Press, p. 35-83.

Júlia Zanatta (@juliazanattasc) - Instagram photos and videos. Disponível em: <https://www.instagram.com/juliazanattasc/>. Acesso em: 11 set. 2025.

LEMPERT, M.; SILVERSTEIN, M. **Creatures of politics**: media, message, and the American presidency. Bloomington, Ind.: Indiana University Press, 2012.

MALY, I. **Algorithmic populism and the datafication and gamification of the people by flemish interest in belgium**. Trabalhos em Linguística Aplicada, v. 59, n. 1, p. 444-468, abr. 2020.

MALY, I. **Metapolitics, algorithms and violence**: New right activism and terrorism in the attention economy. Londres: Routledge, 2023.

MALY, I.; BLOMMAERT, J. **Invisible Lines in the Online-Offline Linguistic Landscape**. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/332495586_Invisible_Lines_in_the_Online-Offline_Linguistic_Landscape_Invisible_lines_in_the_online-offline_linguistic_landscape>.

MELLO, P. C. **A máquina do ódio: Notas de uma repórter sobre fake news e violência digital**. São Paulo: Companhia das Letras, 2020a.

MELLO, P. C. Depoimento: No Brasil, ser mulher nos transforma em alvo de ataques – Tem gente que vê graça em linchamento misógino; o que achariam se a piada fosse com a filha deles? **Folha de S. Paulo**, 2020b. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2020/03/depoimento-no-brasil-ser-mulher-nos-transforma-em-alvo-de-ataques.shtml>. Acesso em: 11 fev. 2025.

MELLO, P. C. Empresários bancam campanha contra o PT pelo WhatsApp. **Folha de S. Paulo**, 2018. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2018/10/empresarios-bancam-campanha-contra-o-pt-pelo-whatsapp.shtml>. Acesso em: 11 fev. 2025.

MILLER, D. *et al.* **Como o Mundo Mudou as Mídias Sociais**. [s.l.] University College London, 2019.

MILLER, D.; HORST, H. A. **Six principles for a digital anthropology**. Routledge eBooks, p. 21–43, 17 abr. 2021.

MOITA LOPES, L. P. **Estudos queer em linguística aplicada indisciplinar: gênero, sexualidade, raça e classe**. [s.l.] Parábola Editorial, 2024.

PARISER, E. **The Filter Bubble**. What the Internet is Hiding from You. The Pinguim Press. New York. 2011

PEIRCE, C. Logic as semiotic: The theory of signs. In: BLUCHER, J. (Ed.). **The Philosophy of Peirce: Selected Writings**. Londres: Routledge, 1900. p. 98-119.

PESSOA, F. “**É para matar**”: professora é perseguida por apoiar aluna trans em SC. Disponível em: <https://www.intercept.com.br/2023/10/30/professora-aluna-trans-escola-florianopolis-sc/>. Acesso em: 12 set. 2025.

PLANETA,. Casseta & Planeta, Urgente! Disponível em: <https://memoriaglobo.globo.com/entretenimento/humor/casseta-planeta-urgente/noticia/casseta-planeta-urgente.ghml>. Acesso em: 12 set. 2025.

PRIOLI, G. **A gente sabe quem você é!** 2022. Instagram: @gabrielaprioli. Disponível em: <https://www.instagram.com/p/CiArBWFLl2z/>. Acesso em: 28 set. 2022.

QEDU. Taxa de Distorção Idade/Série - EEB DE MUQUEM. Disponível em: <https://qedu.org.br/escola/42001080-eeb-de-muquem/distorcao-idade-serie>. Acesso em: 12 set. 2025.

RADU, A. Understanding How the X (Twitter) Algorithm Works in 2024. Disponível em: <https://socialbee.com/blog/twitter-algorithm/>.

Rafael Kiso on Instagram: “Quais são as mídias sociais com mais usuários no Brasil? [...]”. Disponível em: <https://www.instagram.com/p/DNp0NcEx9de/>. Acesso em: 12 set. 2025.

RD Station Blog. Disponível em: <https://www.rdstation.com/blog/marketing/redes-sociais-mais-usadas-no-brasil>. Acesso em: 12 set. 2025.

RODRIGUES, R. A. “**Minha prioridade número 1 é sobreviver**”: Silenciamento antipedagógico e estratégias de resistência. 2023. 186 f. Tese (Doutorado em Linguística Aplicada) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2023.

ROSALDO, M. The things we do with words: Ilongot speech acts and speech act theory in philosophy. **Language in Society**, v. 11, n. 2, p. 203-237, 1982.

SANTOS, M. A. M. dos. **O discurso de ódio nas redes sociais**. São Paulo: Lura Editorial, 2016

SAUSSURE, F. de. **Curso de linguística geral**. Tradução de José Paulo Paes e Izidoro Blikstein. 16. São Paulo: Cultrix, 1991.

SEARLE, J. Indirect speech acts. In: COLE, P.; MORGAN, J. (Eds.). **Syntax and semantics: Vol. 3. Speech acts**. Nova York: Academic Press, 1975. p. 59-82.

SILVA, D. N. Investigating violence in language: An introduction. In: SILVA, D. N. (ed.). *Language and Violence: Pragmatic Perspectives*. Amsterdam: John Benjamins, 2017. p. 1-29.

SILVA, D. N. The pragmatics of chaos: parsing Bolsonaro's undemocratic language. *Trabalhos em Linguística Aplicada*, v. 59, n. 1, p. 507-537, 2020.

SILVA, D. N. **Pragmática da Violência: O Nordeste na mídia brasileira**. 2010. 181 f. Tese (Doutorado) - Curso de Linguística, Unicamp, Campinas, 2010.

SILVERSTEIN, M. "Direct" and "indirect" communicative acts in semiotic perspective. *Journal of Pragmatics*, v. 42, p. 337-353, 2010.

SILVERSTEIN, M. Indexical order and the dialectics of sociolinguistic life. *Language & Communication*, v. 23, n. 3-4, p. 193-229, 2003.

SILVERSTEIN, M. Pragmatic indexing. In: MEY, J. (Ed.). **Concise Encyclopedia of Pragmatics**. London: Elsevier, 2006. p. 14-17.

SINTE-SC. SINTE-SC. Disponível em: <https://sintof72.dohms.com.br/Interna/1559/sinte-regionais>. Acesso em: 12 set. 2025.

SLOTTA, J. The significance of Trump's incoherence. In: MCINTOSH, J.; MENDOZA-DENTON, N. (Eds.). **Language in the Trump era: Scandals and emergencies**. Cambridge: Cambridge University Press, 2020. p. 52-62.

TOLEDO, C. M. S. **O instagram como campo etnográfico digital: compreendendo aspectos da cultura digital a partir dos perfis de dois influenciadores digitais da cidade de maceió - alagoas**. 2023. 129 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Antropologia Social, Universidade Federal de Alagoas, Maceió, 2023.

VEJA. **Gabriela Prioli diz por que não quer Bolsonaro em seu programa na CNN**. Disponível em: <https://veja.abril.com.br/coluna/veja-gente/gabriela-prioli-diz-por-que-nao-quer-bolsonaro-em-seu-programa-na-cnn/>. Acesso em: 28 set. 2022.

WIERZBICKA, A. Different cultures, different languages, different speech acts: Polish vs. English. *Journal of Pragmatics*, v. 9, p. 145-178, 1985.

WOOLLEY, S. C.; HOWARD, P. N. Automation, Algorithms, and Politics| Political Communication, Computational Propaganda, and Autonomous Agents — Introduction. *International Journal of Communication*, v. 10, n. 0, p. 9, 12 out. 2016.

YOUTUBE. **How YouTube Works** - Product Features, Responsibility, & Impact. Disponível em: <https://www.youtube.com/howyoutubeworks/>.

PAPACHARISSI, Z. **Affective Publics: sentimento, technology, end politics**. [s.l.] Oxford Studies in Digital Politics, 2015.

ZUBOFF, S. **Big Other:** Surveillance Capitalism and the Prospects of an Information Civilization. *Journal of Information Technology* (2015) 30, 75–89. Disponível em: https://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract_id=2594754.

ZUBOFF, S. **The Age of Surveillance Capitalism:** The Fight for a Human Future at the New Frontier of Power. New York: Public Affairs, 2019.

BROWN, W. **In the ruins of neoliberalism:** The rise of antidemocratic politics in the West. New York: Columbia University Press, 2019.